

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**  
**Área de Concentração: Organizações e Empreendedorismo**

**RODRIGO ROBINSON**

**O CAMPO DO FOMENTO À INOVAÇÃO NO PARANÁ:  
os significados que conformam as relações entre o público e o privado**

**Maringá**  
**2017**

RODRIGO ROBINSON

**O CAMPO DO FOMENTO À INOVAÇÃO NO PARANÁ:  
os significados que conformam as relações entre o público e o privado**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Administração, do Programa de Pós-Graduação em Administração, da Universidade Estadual de Maringá.

Orientador:

Prof. Dr. Maurício Reinert do Nascimento

Agência Financiadora: CAPES

Maringá  
2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Biblioteca Central - UEM, Maringá, PR, Brasil)

R663c      Robinson, Rodrigo  
            O campo do fomento à inovação no Paraná: os  
            significados que conformam as relações entre o  
            público e o privado / Rodrigo Robinson. -- Maringá,  
            2017.  
            113 f. : il. color., quadro, gráfico + apêndices

            Orientador: Prof. Dr. Mauricio Reinert do  
            Nascimento.  
            Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de  
            Maringá, Programa de Pós-Graduação em Administração,  
            2017.

            1. Inovação - Fomento. 2. Teoria dos campos. 3.  
            Significados - Inovação. 4. Corporativismo. 5.  
            Macroeconomia - Brasil. 6. Capitalismo -  
            Patrimonialismo. 7. Socialmente imerso  
            (Embeddedness). I. Nascimento, Mauricio Reinert do,  
            orient. II. Universidade Estadual de Maringá.  
            Programa de Pós-Graduação em Administração. III.  
            Título.

CDD 23.ed. 322.3

MN-004006

RODRIGO ROBINSON

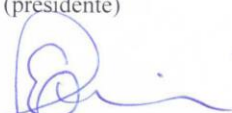
**O CAMPO DO FOMENTO À INOVAÇÃO NO PARANÁ:  
os significados que conformam as relações entre o público e o privado**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Administração, do Programa de Pós-Graduação em Administração, da Universidade Estadual de Maringá, sob apreciação da seguinte banca examinadora:

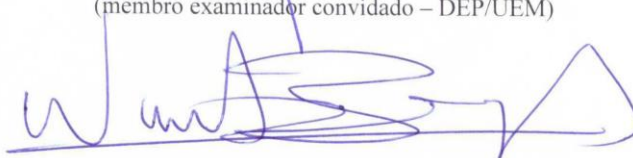
Aprovada em 17 de março de 2017



Prof. Dr. Mauricio Reinert do Nascimento  
(presidente)



Prof. Dr. Edwin Vladimir Cardoza Galdamez  
(membro examinador convidado – DEP/UEM)



Prof. Dr. William Antonio Borges  
(membro examinador PPA)

MARINGÁ  
2017

*Dedico este trabalho aos meus filhos Rafael e Leonardo, como forma de agradecer o amor que eles me oferecem. Espero que, se um dia lerem este texto, sintam-se motivados e inspirados a dedicarem-se ao aprendizado contínuo.*

## **APÊNDICE**

### **(Agradecimentos)**

Chamei esses agradecimentos de apêndice (peço desculpas pela quebra das normas e padrões acadêmicos), porque, assim como o apêndice do trabalho acadêmico que normalmente está no final do trabalho, começo a agradecer de trás pra frente. Os últimos sessenta dias foram de muita luta, bem na fase de conclusão deste trabalho, o meu apêndice estourou e uma infecção terrível atacou meu corpo. Foram quarenta dias internado, muito antibiótico, três cirurgias, e muitas pessoas pedindo para que Deus me livrasse dessa. E livrou! Então começo agradecendo ao autor e consumidor da vida. Ao Deus criador a quem, eu, consagrado, sirvo.

Sou muito grato por ter encontrado uma esposa tão especial quanto a Bárbara e pelo presente que são Rafael e Leonardo em nossas vidas. Mais uma vez, nesse tempo de enfermidade a sua presença, meu amor, deixou tudo mais leve e suportável. Obrigado por seu carinho e atenção, e por suprir-nos com seu amor!

Agradeço aos meus queridos familiares, em especial à Brenda, Jucinei, Luizinho e Júlia, que fizeram tudo que o que podiam para nos suportar desde os primeiros dias em que adoeci. Aos meus amados pais Marco e Susana que viajaram mil e oitocentos quilômetros para estarem conosco e nos ajudar nesse tempo de internação. Queridos, sem a presença e o cuidado de vocês nesses dias, teria sido tudo muito mais difícil, obrigado por cuidarem tão bem do Rafa e do Leo e por se importarem tanto comigo.

Eu não sei quantas, mas muitas, muitas pessoas se envolveram em oração pela minha recuperação. Agradeço em especial minha família, aos meus avós Iraci e Norberto, aos queridos Dinda, Geraldo, Pablo e Natália; aos amados Dati e Beto, aos primos Davi, Elias, Adriano e Eduardo; Liane e Amauri; à minha irmã Priscila e ao Vagner e aos amigos do clube do chá.

Agradeço à minha sogra Maria Helena, ao Vicente, e ao meu cunhado Bruno pelo incentivo. Sou grato à Tia Ana, pastor Arão e toda a nossa igreja de Paranavaí e ao Corpo espalhado pelo Brasil, em Birigui, Canguçu, Curitiba, Florianópolis, Estância Velha, Lindolfo Collor e não faço ideia de mais quantos lugares.

Por fim, como disse, comecei cronologicamente de trás pra frente, agradeço aos funcionários do PPA, professores e amigos que fiz nessa caminhada do mestrado. Muitos momentos especiais, de aprendizado, amizade, alegrias e medos nos fizeram crescer não só em conhecimento mas como seres humanos. Obrigado professora Olga Pépece pelas discussões a respeito do significado do consumo e por me emprestar o computador onde mais da metade desta dissertação foi escrita. Obrigado professor Márcio Cassandre pela forma como nos recebeu na primeira matéria desse mestrado. O seu jeito encorajador e os desafios que a disciplina nos ofereceu foram fundamentais para que eu pudesse assumir minhas posturas e viver integralmente esse tempo de aprendizado.

Sou muito grato ao meu orientador Maurício Reinert, por sua compreensão e sabedoria em todo o tempo, e em especial nesse período de doença. Obrigado Maurício pela amizade, orientação e encorajamento, e pela forma respeitosa e honesta com que sempre se dedicou a mim. Estou feliz que continuaremos essa caminhada de aprendizado!

## RESUMO

A presente dissertação busca analisar o campo do fomento à inovação no Paraná, não apenas de uma perspectiva econômica, instrumental, mas, a partir de seu imbricamento social. Procura compreender, à partir da Federação das Indústrias do Estado do Paraná-FIEP, como os aspectos históricos, culturais e as relações sociais produzem significados que orientam as relações entre os atores no campo, em especial as relações entre o público e o privado. Os processos de inovação pressupõem a colaboração entre diversos atores: empresas privadas, o Estado, as universidades, agências de fomento. Cada um com seus interesses, o que faz do fomento à inovação um campo complexo. Os manuais de inovação abordam a cooperação para a inovação do ponto de vista instrumental, muitas vezes sem considerar os aspectos institucionais que favorecem ou dificultam essas relações colaborativas. A perspectiva econômica, do ator racional autointeressado, é limitada em explicar porque esses atores se envolveriam em processos de inovação cooperando na busca de resultados incertos. Por meio da Teoria dos Campos olha-se para o fomento à inovação como um campo de disputas, onde os atores competem por uma posição que lhes traga vantagens. Nesse sentido evidencia-se pela pesquisa empírica que o Estado brasileiro ocupa uma posição de dominante (*incumbent*). O Estado brasileiro tem oferecido significados que orientam as ações de empresários e centros de pesquisa ao redor dos processos de inovação. A construção de um *frame* teórico que compreende as relações entre o Estado e o mercado de uma perspectiva social e historicamente localizada, permite essa leitura. Dessa maneira a compreensão de que vivemos no Brasil um capitalismo dependente com características patrimonialistas aponta para a presença “forte” do Estado na economia. As relações históricas de dependência entre a indústria e o governo no Brasil deixaram marcas profundas. Empreendedores corporativistas esperam do Estado até mesmo a motivação para inovar. O que contrasta com a premissa do empresário empreendedor como indutor de inovações que impulsionam a economia. Os principais significados que circundam o campo são: a dependência do Estado, a desconfiança nas relações, o protecionismo corporativista do sindicalismo patronal, o descrédito no sistema educacional. Esses significados estão estruturados em dois discursos principais que podem ser lidos a partir da FIEP. O discurso da **Inovação como uma estratégia de desenvolvimento** e o discurso da **Inovação à serviço do corporativismo**. Por fim, acredita-se que os processos inovativos são uma oportunidade para a mudança social. Para que isso aconteça, esse trabalho aponta para a necessidade de assimilar esse contexto, afim de que atores habilitados socialmente sejam capazes de ressignificar as relações e promover as mudanças que precisamos como nação.

**Palavras-chave:** Fomento à inovação; Teoria dos campos; Significados; Corporativismo.

## ABSTRACT

This master thesis seeks to analyze the field of innovation promotion in Paraná, not only from an economic, instrumental perspective, but from its social embeddedness. It tries to understand, from the Federation of Industries of the State of Paraná-FIEP, how the historical, cultural and social aspects produce meanings that guide relations among the actors in the field, especially the relations between the public and the private. Innovation processes presuppose collaboration among several actors: private companies, the State, universities, development agencies. Each one with its own interests, which makes the innovation promotion a complex field. Innovation manuals approach the cooperation to reach innovation from the instrumental point of view, often without considering the institutional aspects that promote or obstruct these collaborative relationships. The economic perspective of the rational self-interested actor is limited on explaining why those actors would be involved in innovation processes by cooperating in the search of uncertain results. By using the Theory of Fields the promotion of innovation is taken as a field of disputes, in which the actors compete for a position that brings them advantages. In this direction, it is shown by empirical research that the Brazilian State takes up a dominant position (incumbent). The Brazilian State has provided meanings that guide the actions of businessmen and research centers around innovation processes. The construction of a theoretical framework that understands the relations between the State and the market, from a social and historically localized approach, enables this reading. That way, the understanding that what we live in Brazil is dependent capitalism with patrimonial characteristics points to the "strong" presence of the state in the economy. The historical relations of dependence between industry and Brazilian government have left deep marks. Corporative entrepreneurs expect of the state even the motivation for innovation. This stands in contrast with the entrepreneur businessmen assumption as an inductor of innovations that drive forward the economy. The main meanings surrounding the field are: state dependence, mistrust in relations, corporatist protectionism of employers' trade unionism, disbelief on the educational system. These meanings are structured in two main speeches that can be read from FIEP. The discourse of Innovation as a development strategy and the discourse of Innovation at the service of corporativism. Finally, it is believed that innovative processes are an opportunity for social change. To make that happen, this study suggests the need to assimilate this context, for the purpose of socially skilled actors are able to re-signify relationships and support the changes we need as a nation.

**Keywords:** Fostering innovation; Theory of Fields; Meanings; Corporativism.



## LISTA DE QUADROS

Quadro 1	-	Perspectivas teóricas sobre o campo.....	19
Quadro 2	-	Lista e qualificação das entrevistas.....	60
Quadro 3	-	Relação de objetivos e teorias.....	62
Quadro 4	-	Outros atores da inovação no Paraná.....	81
Quadro 5	-	Linha do tempo de ações de fomento à inovação.....	84
Quadro 6	-	Significados da inovação como estratégia macroeconômica.....	87
Quadro 7	-	Significados da inovação a serviço do corporativismo.....	91

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	- <i>Framework</i> Teórico.....	55
Gráfico 2	- Radar da inovação no Paraná.....	68
Gráfico 3	- Mapa teórico de sistema brasileiro de inovação.....	70

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>09</b>
1.1	OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICOS.....	12
1.2	JUSTIFICATIVA.....	13
<b>2</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....</b>	<b>16</b>
2.1	TEORIA DOS CAMPOS.....	16
2.2	SIGNIFICADOS .....	26
2.3	A INOVAÇÃO E O FOMENTO .....	31
2.4	ESTADO E CAPITALISMO.....	35
2.5	CONTEXTO HISTÓRICO-CULTURAL BRASILEIRO.....	40
<b>2.5.1</b>	<b>Capitalismo Patrimonialista.....</b>	<b>40</b>
<b>2.5.2</b>	<b>Os governos e o empresariado.....</b>	<b>47</b>
2.6	<i>FRAMEWORK</i> TEÓRICO.....	53
<b>3</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>56</b>
<b>4</b>	<b>ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO: DESENHANDO O CAMPO DO FOMENTO A INOVAÇÃO NO PARANÁ.....</b>	<b>63</b>
4.1	OS SIGNIFICADOS DA INOVAÇÃO - CONCEPÇÕES DE CONTROLE.....	85
<b>4.1.1</b>	<b>Inovação como estratégia macroeconômica.....</b>	<b>85</b>
<b>4.1.2</b>	<b>Inovação à serviço do corporativismo.....</b>	<b>88</b>
4.2	DISCUSSÃO.....	92
4.3	CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS.....	95
<b>4.3.1</b>	<b>Habilidades sociais.....</b>	<b>95</b>
<b>4.3.2</b>	<b>Estado imparcial.....</b>	<b>96</b>
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>97</b>
	REFERÊNCIAS .....	101
	APÊNDICES.....	109

## 1. INTRODUÇÃO

A inovação tem sido apresentada, desde Schumpeter (1997), como o motor do desenvolvimento capitalista, nas organizações atende ao papel central para o crescimento e é essencial para a manutenção da competitividade na economia. Schumpeter creditou **papel central ao empresário** e ao seu ímpeto inovador que propulsiona a economia a partir das inovações. Porém essa visão não foi historicamente adotada pelo *mainstream* da teoria econômica e até hoje encontra dificuldades de ser explicada pela lógica da eficiência neoclássica (BECKERT, 1997).

A teoria econômica neoclássica entende que a economia tem uma tendência para a estabilização. Estabilização que é alcançada quando o ator racional autointeressado age sempre buscando a maximização dos seus resultados em uma lógica de eficiência (WILLIAMSON, 1985; SMITH, 2003). A teoria econômica tem dificuldades de explicar as inovações e talvez por isso tenha ignorado os conceitos Schumpeterianos.

Para Beckert as inovações desafiam a teoria econômica neoclássica em dois aspectos fundamentais: os processos de inovação não garantem resultado positivo, portanto, estão envoltos em uma incerteza de resultados que se mostra incompatível com a busca da eficiente alocação dos recursos propagada pela teoria do ator racional; um segundo aspecto é que a inovação pressupõe cooperação, sem a qual as possibilidades de sucesso são muito restritas, esse aspecto também contraria a teoria de que a mais eficiente alocação dos recursos e portanto o equilíbrio desejado é alcançado quando cada ator busca racionalmente os seus próprios interesses (BECKERT, 1997).

Os manuais abordam a inovação a partir desta lógica econômica e defendem que a ela só acontece quando existe ganho real econômico (OECD, 2005), quando o que se inventou, criou, adaptou, modificou, apresenta resultados sendo adotado pelos usuários e gerando um salto nas receitas do empresário empreendedor. Esse olhar, porém, não consegue explicar muitos aspectos como a presença da cooperação, a disposição para alocar recursos em empreitadas com resultados incertos e especialmente os significados e as motivações para além dos fatores econômicos que movem as pessoas. A lógica econômica tende a ignorar e tratar como exógenos os fatores sociais, culturais e temporais que quando levados em consideração podem ampliar a compreensão desse fenômeno e ajudar-nos a entender de maneira mais profunda e

completa não só os resultados mas também como os processos se estabelecem (BECKERT, 1997).

A inovação não acontece em um vácuo, ela se concretiza a partir das relações entre diferentes organizações (CASTILLA; HWANG; GRANOVETTER; 2000), mas essas relações nem sempre são colaborativas e harmoniosas, como tem sido na maioria das vezes estudada na perspectiva de redes de cooperação. O fomento à inovação pode ser visto como um campo de disputas onde os diferentes atores interagem e onde diferentes interesses estão em jogo (FLIGSTEIN; McADAM, 2012). Nesse sentido abordamos os processos de fomento à inovação da perspectiva da Sociologia Econômica, em especial a compreensão da nova sociologia econômica a partir da visão de Mark Granovetter, de que a ação econômica está socialmente imersa, e portanto não pode ser entendida apenas como uma ação individual e racional e de que as instituições são socialmente construídas. A noção de imersão social (*social embeddedness*) desenvolvida inicialmente por Karl Polanyi nos ajudou a olhar a inovação como um fenômeno socialmente imbricado, imerso em instituições econômicas e não econômicas (SWEDBERG, 2005).

O fomento à inovação parece estabelecer um campo mais complexo que as fórmulas econométricas dão conta de mapear. As relações entre organizações públicas e privadas, agências de fomento, instituições científicas e tecnológicas, empresários, pesquisadores, inventores parecem constituir um campo complexo com muitos interesses e formas diferentes de compreender e promover os processos inovativos. Fourcade ao falar sobre a relação entre o Estado e Mercado ressalta a noção de que a cultura política, molda profundamente a forma como as pessoas encaram seus problemas econômicos (FOURCADE; STREECK, 2015).

A teoria que norteou este trabalho foi a Teoria dos Campos de Fligstein e McAdam, nela os campos são vistos de uma maneira mais localizada, constituídos de indivíduos, grupos, organizações, indústrias e estados nação que de alguma forma se relacionam, ou são levados em consideração pelos outros participantes (FLIGSTEIN; McADAM, 2012).

Para Fligstein, *os atores tentam produzir um mundo estável 'local' onde os atores dominantes produzem significados que permitem a eles reproduzir suas vantagens* (FLIGSTEIN, 2001, p. 29). Os significados construídos nas relações são também expressos nas ações dos atores. Eles ajudam a sustentar o campo, por isso compreender os significados da

inovação para os diferentes atores é importante para entender como os interesses e as compreensões dos atores dominantes se estabelecem.

No caso brasileiro, a inovação tem sido abordada seguindo a cartilha internacional, muitas vezes sem considerar o contexto histórico e social e a forma como os arranjos sociais se formam e funcionam. Em 2004 foi aprovada a lei 10.973 (BRASIL, 2004), a Lei da Inovação procurou regulamentar o incentivo à inovação no Brasil, nela estão assinaladas as possibilidades de relações entre institutos e órgãos públicos e privados, bem como diretrizes para financiamentos e participações no resultado das inovações (BRASIL, 2003). O fomento a inovação passou a relacionar atores públicos e privados ao redor do incentivo à inovação. Muitos estudos foram realizados a partir de então procurando analisar e medir o impacto da legislação e das ações de fomento à inovação (AVELAR, 2009), porém uma parte significativa desses estudos apesar de recorrer à análises qualitativas associadas à quantitativas, procura medir, por meio de modelos econométricos, os impactos dessas ações de incentivo no resultado da inovação (QUANDT, 2012; LUENGO; OBESO, 2013; BALESTRIN, A.; VERSCHOORE, J. R.; REYES JUNIOR, 2010).

No Paraná, no ano de 2014 a Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP) divulgou os resultados do programa Bússola da Inovação que pretendeu fazer um diagnóstico e apontar caminhos para a inovação no estado. O resultado revela um baixo índice de inovação, considerando dez variáveis. Embora o item com menor pontuação tenha sido Pesquisa e Desenvolvimento, uma reportagem da Gazeta do Povo (2014) revelou que, a leitura dos empresários e dos envolvidos na pesquisa é de que o problema está na falta de recursos, na falta de apoio (investimento financeiro) do governo e nas incertezas de se investir em inovação, sem garantias de retorno.

Os resultados da Bússola da Inovação e os indícios sobre a leitura que os empresários fazem das dificuldades de inovação no País, nos motivaram a investigar as relações entre atores públicos e privados, entre o empresariado e o governo. Fizemos com a intenção de compreender como o capitalismo se organiza no Brasil e quais os significados dessas relações que influenciam as ações desses atores no campo do fomento à inovação.

Estudiosos do contexto social, cultural e econômico brasileiro, como Faoro, Castor, Da Matta e Bresser Pereira, apontam para a existência de características próprias das relações econômicas e do capitalismo no Brasil. Especialmente a forma como a forte tradição

patrimonialista e os longos períodos autoritários marcaram a formação sociocultural, e fortaleceram os mecanismos coercitivos de manutenção e mudança social que precisam ser considerados em uma análise contextual (MACHADO-DA-SILVA; GONÇALVES, 2001; MACHADO-DA-SILVA; GUARIDO FILHO; REINERT, 2003).

As características patrimonialistas são base para as relações entre empresariado e governo, e produziram uma espécie de capitalismo dependente (BRESSER-PEREIRA, 2011) que interfere na intensidade e na forma que empreendedor busca por inovações no país e especialmente no arcabouço institucional do fomento à inovação.

Essas perspectivas nos levam a olhar o fomento à inovação no contexto brasileiro e perguntar: **Como os significados da inovação orientam as ações de atores públicos e privados conformando o campo do fomento à inovação no Paraná?**

## 1.1. OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICOS

Esta dissertação tem como objetivo geral: **Compreender como os significados orientam as ações de atores públicos e privados conformando campo do fomento à inovação no Paraná, tendo a FIEP como ponto de partida.**

Para atingir o objetivo geral do trabalho, os objetivos específicos compreendem:

- Descrever o campo social do fomento à inovação no Paraná;
- Identificar os atores do campo do fomento à inovação no Paraná, tendo a FIEP como ponto de partida;
- Compreender como os significados da inovação para os atores públicos e privados orientam as ações que conformam o campo;

## 1.2. JUSTIFICATIVA

O fomento à inovação em uma sociedade capitalista se dá em um ambiente complexo de relações e interesses públicos e privados. Ao mesmo tempo em que as empresas onde as inovações acontecem, têm interesse privado e buscam uma vantagem que lhes dê aumento de lucros, elas também representam, na visão capitalista, uma mola propulsora do desenvolvimento que, em tese, beneficiaria a sociedade como um todo (SCHUMPETER, 1997).

Na visão de Schumpeter o desenvolvimento é promotor de justiça social, ele é visto como parte interna da vida econômica, está atrelada ao desequilíbrio, à mudança que a inovação provoca em seus *ciclos econômicos* que impulsionam a economia. O desenvolvimento econômico não é simplesmente parte da história econômica, não é possível explicar uma mudança econômica apenas olhando para as questões econômicas, mas se faz necessário considerar as condições sociais e os indivíduos históricos no tempo histórico (SCHUMPETER, 1997). Essa visão contrapõe o *mainstream* da economia que acredita no equilíbrio e no mero crescimento da população e da riqueza como sendo o processo de desenvolvimento.

É nessa relação complexa entre Estado e Capital, entre interesses públicos e privados, entre o aumento do bem estar social e o enriquecimento particular é que esse campo se conforma (SPINK, 2013). É nesse contexto que escolhemos a Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP) como ator a partir do qual iremos buscar entender o campo do fomento à inovação no estado.

A FIEP é a entidade de representação da indústria paranaense, ela atua em defesa dos interesses da indústria coordenando, protegendo e representando legalmente empresas do setor industrial do Paraná. A FIEP foi criada em 1944, como resultado da associação de sindicatos empresariais. O sistema FIEP é formado pelo Sesi, Senai e IEL e atua buscando o desenvolvimento da indústria paranaense (FIEP, 2016a).

A FIEP é uma instituição privada sem fins lucrativos que se enquadra nas paraestatais. Marçal Justen Filho (2005), define entidades paraestatais da seguinte forma:

Entidade paraestatal ou serviço social autônomo é uma pessoa jurídica de direito privado criada por lei para, atuando sem submissão à Administração Pública, promover o atendimento de necessidades assistenciais e educacionais de certas atividades ou categorias profissionais, que arcam com sua manutenção mediante contribuições compulsórias (JUSTEN FILHO, 2005, p.847).



O fato de receber recursos públicos por intermédio de contribuição compulsória, suscita dúvidas quanto ao caráter público ou privado da entidade, e mesmo as relações entre as entidades do sistema FIEP já foram alvo de investigação do Tribunal de Contas da União (TCU, 2004). Embora essa mesma resolução do TCU ratifique a autonomia dessas entidades e reconheça que o dinheiro uma vez que ingressa nos cofres dos serviços sociais autônomos deixam de ser público e podem ser administrados conforme interesse da entidade (TCU, 2004). Exatamente por perceber que a FIEP representa, ou contem em si mesma, essas complexidades que a escolhemos como ponto de partida para mapear o campo do fomento à inovação no Paraná.

Além da referida complexidade que a FIEP representa enquanto entidade, a sua atuação tem se mostrado importante na formação do campo do fomento à inovação no estado, muitas iniciativas revelam um interesse em desenvolver um ambiente propício à inovação. Ações como a Bússola da Inovação, e a criação do Centro Internacional de Inovação indicam o desejo de colocar-se como ator importante neste campo.

Nossa abordagem procurou olhar para o fomento à inovação como um campo inserido em um contexto histórico e social e a FIEP como um ponto de partida para desenhar esse campo no estado do Paraná. Essa abordagem se diferencia do que tem sido publicado sobre o tema da inovação de maneira geral, não só no Brasil. Ao considerar a inovação como um processo que envolve diferentes organizações, com diferentes orientações e interesses, e inseridos em um ambiente institucional (MACHADO-DA-SILVA; GONÇALVES, 2001), nos parece necessário olhar o processo de maneira mais ampla e entendermos melhor essas relações, os interesses e os significados que estão em jogo nesse campo (FLIGSTEIN; McADAM, 2012).

Estudo bibliométrico realizado (por este autor) entre os meses de dezembro de 2015 a Fevereiro de 2016, buscou artigos em 51 periódicos e eventos nacionais e internacionais de Administração, publicados entre os anos de 2011 e 2015. A primeira pesquisa encontrou 522 artigos com o tema inovação, destes, apenas 58 artigos foram considerados pois tratavam das relações entre atores envolvidos na inovação. A abordagem predominante nos artigos analisados estuda a inovação pelo prisma instrumental, da cooperação, das redes de relacionamento que a favorecem. O levantamento bibliométrico também revelou uma diminuição de estudos com a Teoria dos Campos no Brasil, enquanto os periódicos estrangeiros apresentam crescimento do uso dessa abordagem, em nossa análise isso se deve ao fato de os artigos estrangeiros utilizarem as novas abordagens, especialmente de Fligstein e McAdam,

enquanto os artigos nacionais ainda utilizam autores e abordagens mais tradicionais na Teoria Institucional, e de outro lado especialmente Bourdieu.

Tanto a Teoria Institucional, quanto as abordagens estruturalistas baseadas em Bourdieu têm sido acusadas de deterministas, ou seja, de não considerarem a possibilidade de agência dos atores (MISOCZKY, 2003; MACHADO DA SILVA, GUARIDO FILHO; ROSSONI, 2006). A Teoria dos Campos de Fligstein e McAdam (2012) propõe avançar na compreensão das habilidades sociais dos atores que provocam mudanças em determinados momentos de ruptura.

Nesta pesquisa, compreende-se os seres humanos como seres capazes de interferir no rumo da história, de influenciar mudanças, dotados de potencial criador, de capacidade para mudar as realidades. Mas isso só é possível em uma perspectiva social, de significados compartilhados, de relacionamentos, de compartilhamento do mundo. Mesmo que as estruturas sociais e a história pesem sobre os indivíduos, existem momentos de ruptura, de transformação, onde indivíduos socialmente habilidosos podem influenciar e redirecionar as compreensões de mundo. Nesse sentido também a Teoria dos Campos de Fligstein e McAdam (2012) nos oferece um *frame* teórico que permite compreender as mudanças considerando as habilidades sociais de atores estratégicos.

A inovação acontece nesses momentos de ruptura, são oportunidades de mudar o rumo das coisas, de ressignificar. Porém, a inovação também é um campo de disputas de interesses, e a construção dos valores, dos significados, das compreensões sobre o que é inovação podem tolher o seu potencial transformador. Se os indivíduos socialmente hábeis tiverem a mesma compreensão dos *incumbents*, poderosos, dominantes; se os valores culturais moldarem os indivíduos socialmente habilidosos ao ponto de estes verem a realidade da mesma forma, pouco de novidade pode se esperar. Nessa perspectiva a decisão de um olhar mais profundo, de procurar compreender as relações dos atores nesse campo e conhecer quais são as suas visões sobre a inovação, que significado eles dão para ao processo de inovação. Ao olharmos para esse campo e entender essas relações, pretendemos jogar luz sobre esses aspectos e trazer à tona algumas discussões que podem contribuir para a construção de novas práticas por parte dos inovadores, tanto em nível gerencial, empresarial, quanto para as inovações sociais.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para construir uma boa fundamentação teórica, a escolha de teorias é mais importante do que uma extensa bibliografia que as vezes traz confusão de paradigmas (TRIVIÑOS, 1987). As teorias são uma forma de iluminar a realidade, que, sendo nas Ciências Sociais, são fortemente influenciadas pelas condições socioeconômicas, históricas e culturais dos povos. Neste sentido, procuramos apoiar este trabalho em teorias que pudessem nos ajudar a compreender o objeto de nossa pesquisa de maneira a considerar além das questões econômicas, as questões sociais, históricas e culturais.

A ciência progride procurando formular teorias cada vez mais amplas e profundas procurando explicar uma maior variedade de fenômenos (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 1999). Este trabalho foi desenvolvido pelo prisma da Sociologia Econômica e está ancorado na Teoria dos Campos de Fligstein e McAdam (2012), que de certa forma representa um esforço de avançar nas compreensões teóricas oferecidas pelo Neo-institucionalismo, especialmente as ideias de Giddens e Bourdieu. Através desse caminho olhamos para o fomento à inovação no Paraná com a intenção de compreender os significados da inovação para os diferentes atores do campo, levando em consideração os arranjos históricos revelados por Raymundo Faoro em sua teoria sobre o Capitalismo Patrimonialista no Brasil.

Olhamos para o fomento à inovação da perspectiva da Sociologia Econômica, procurando extrapolar os entendimentos da teoria econômica e de uma visão mais positivista geralmente dada ao tema. Nesse sentido, queremos entender como essa relação se constrói socialmente. Investigar os significados envolvidos nesse processo e perceber como esses fatores influenciam a formação do campo da inovação.

### 2.1. TEORIA DOS CAMPOS

Trigilia define a Sociologia Econômica como “*um corpo de estudos e pesquisas com o objetivo de estabelecer relações entre economia e o fenômeno social* (TRIGILIA, 2002).”. Apesar de utilizar a economia para relacionar com os fenômenos sociais, a compreensão sobre economia e mercados é bastante diferente entre economistas e a Sociologia Econômica. Karl

Polanyi define essas duas visões: para a sociologia o mercado é entendido como *um grupo de atividades as quais são usualmente realizadas por membros de uma sociedade buscando produzir, distribuir e trocar bens e serviços* (TRIGILIA, 2002, p.2). Para economistas trata-se de *atividades que envolvem a racional alocação dos escassos recursos buscando obter o máximo retorno através dos meios disponíveis* (TRIGILIA, 2002, p.2). A Sociologia Econômica questiona e confronta algumas posições da teoria econômica e este trabalho também o faz quando entende a inovação como um processo complexo e sem a garantia de resultados positivos.

A Sociologia Econômica confere maior importância para a forma como as instituições econômicas determinam o comportamento individual. Essa compreensão social permite uma visão mais complexa e variável sobre o ator e suas motivações, do que simplesmente considerar as orientações utilitárias (TRIGILIA, 2002). Não se trata apenas de simples determinismo institucional, mas de considerar a influência que as instituições exercem sobre os indivíduos. Compreender como suas motivações individuais conversam, negociam com as instituições ou contrapõe-se a elas, modificando-as, construindo-as.

A Nova Sociologia Econômica a partir da visão de Mark Granovetter, baseia-se em duas proposições: uma de que ação sempre é fruto da imersão social, e portanto não pode ser entendida apenas como uma ação individual e racional; e de que as instituições são socialmente construídas. A noção de imersão social (*social embeddedness*) desenvolvida inicialmente por Karl Polanyi nos ajudará a olhar a inovação como um fenômeno socialmente imbricado, imerso em instituições econômicas e não econômicas (SWEDBERG, 2005).

O fomento à inovação pressupõe uma complexa relação entre atores públicos e privados, individuais e coletivos, com diferentes interesses que se expressam em ações de cooperação e disputa, simultaneamente e em muitos lugares. Além disso, o processo de inovação ainda pressupõe rompimento, novidade, mas também aceitação e adoção, ou seja, está intencionalmente direcionado para a quebra de estruturas postas, mas ao mesmo tempo precisa encontrar eco estrutural para ser aceita. Essa relação ação-estrutura é central para compreender o fomento à inovação.

Na tentativa de compreender essas relações complexas é que buscamos uma teoria que pudesse nos auxiliar a mapear o fomento à inovação como um campo.

O campo científico pode ser entendido como uma arena de disputas por reconhecimento, prestígio e monopólio da competência (BOURDIEU, 1983). Disputas que nem sempre têm o interesse de fazer progredir o conhecimento humano, na maioria das vezes longe de qualquer valor altruísta ou de um interesse genuíno na ciência. As guerras por espaços, capitais, são em última análise, guerras por interesses, poder e status acadêmico. É nesse contexto que a própria teoria dos campos também se constitui, com diferentes abordagens, paradigmas e ontologias, em uma disputa por legitimidade e poder.

No contexto acadêmico dos Estudos Organizacionais no Brasil, uma discussão sobre as características **deterministas** das teorias utilizadas para compreender os campos se travou em meados dos anos 2000. Nesse sentido, Misoczky (2003) acusa a teoria institucional e a tradição dos Estudos Organizacionais de uma abordagem que, a partir de um paradigma positivista funcionalista, deslocou sua análise para as estruturas, reificando as organizações e abandonando a compreensão sobre a capacidade de agência dos sujeitos. Como alternativa, sugere que a utilização das formulações de campo de Bourdieu poderiam conferir outro olhar sobre a ação social e mudança, rompendo com a visão estruturalista de forma a ampliar a compreensão sobre a posição dos agentes e os recursos de poder em espaços de força e lutas.

Por outro lado, Machado da Silva, Fonseca e Crubellate (2005) apresentam uma leitura multiparadigmática da teoria institucional, reconhecendo que foi utilizada largamente da perspectiva positivista, mas abrindo espaço para compreensão mais dialética entre estrutura e agência em uma posição intermediária, nem voluntarista e nem determinista.

As compreensões e abordagens a respeito dos campos sociais são múltiplas, de diferentes perspectivas teóricas, e revelam escolhas epistemológicas. Machado da Silva, Guarido Filho e Rossoni (2006) classificam seis diferentes perspectivas teóricas sobre campos organizacionais:

**Quadro 1 - Perspectivas teóricas sobre o campo**

<b>PERSPECTIVA TEÓRICA</b>	<b>AUTORES</b>	<b>ELEMENTOS-CHAVE</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
Campo como a totalidade dos atores relevantes	DiMaggio; Powell	Significação e Relacionamento	Conjunto de organizações que compartilham sistemas de significados comuns e que interagem mais frequentemente entre si do que com atores de fora do campo, constituindo uma área reconhecida da vida institucional.
Campo como arena funcionalmente específica	Scott; Meyer	Função Social	Conjunto de organizações similares e diferentes, porém interdependentes, operando numa área funcionalmente específica, compreendida técnica e institucionalmente, em associação com seus parceiros de troca, fontes de financiamento e reguladores.
Campo como centro de diálogo e de discussão	Hoffman; Zietsma; Winn	Debate por interesse temático	Conjunto de organizações, muitas vezes com propósitos díspares, que se reconhecem como participantes de um mesmo debate acerca de temáticas específicas, além daquelas preocupadas com a reprodução de práticas ou de arranjos institucionais relacionados à questão.
Campo como arena de poder e de conflito	Vieira; Carvalho; Misoczky	Dominação e Poder de Posição	Campo como resultado da disputa por sua dominação numa dinâmica pautada pela (re)alocação de recursos de poder dos atores e pela sua posição relativa a outros atores.
Campo como esfera institucional de interesses em disputa	Fligstein; Swedberg; Jepperson	Poder e Estruturas cognitivas	Construções produzidas por organizações detentoras de poder que influenciam as regras de interação e de dependência do campo em função dos interesses, que por sua vez, são reflexos da posição delas na estrutura social.
Campo como rede estruturada de relacionamentos	Powell; White; Owen-Smith	Articulação Estrutural	Conjunto formado por redes de relacionamento usualmente integradas e entrelaçadas, que emergem como ambientes estruturados e estruturantes para organizações e indivíduos, revelados a partir de estudos topológicos e de coesão estrutural.

Fonte: Machado-da-Silva; Guarido Filho; Rossoni (2006).

A perspectiva teórica “Campo como arena de poder e de conflito”, segundo os mesmos autores, é a que recebe maior destaque na academia brasileira. Ela tem como base os estudos de Bourdieu especialmente sua compreensão de que o poder e sua reprodução são a chave para a compreensão das relações entre os agentes e suas posições nos campos sociais.

Na leitura de Machado da Silva, Guarido Filho e Rossoni (2006) essa perspectiva revela uma visão estruturalista que localiza os agentes em posições de acordo com seu poder e essa estrutura **determina** os valores e crenças em um campo organizacional, devolvendo a acusação de Misockzy (2003).

Em função da leitura determinista que fazem da forma como Bourdieu tem sido utilizado, posicionam Fligstein, Swedberg e Jepperson em outra perspectiva: “Campo como esfera institucional de interesses em disputa” (MACHADO-DA-SILVA; GUARIDO FILHO; ROSSONI, 2006). Até aquele momento esses estudos ainda não haviam sido compilados em uma teoria, o que aconteceu em 2012, com o livro *Theory of Fields*, escrito por Fligstein e McAdam.

Utilizamos neste trabalho a Teoria dos Campos de Fligstein e McAdam (2012) por apresentar-se como uma possibilidade de compreender como mudança e estabilidade social são alcançadas por atores nas arenas sociais onde estão inseridos. Essa teoria se propõe a oferecer uma visão integrada e explicar a forma como a estabilidade e a mudança acontecem, integrando conhecimentos da sociologia econômica, teoria institucional, estudos organizacionais, ciência política e movimentos sociais.

Neste sentido ela está descolada da discussão polarizada que aparece em certa medida nos estudos no Brasil. Oferece mais do que uma discussão abstrata sobre o assunto, tem a preocupação de oferecer um quadro teórico que possa ajudar a compreender **como** as dinâmicas complexas de emergência e institucionalização, estabilidade, mudança, ruptura e liquidação dos mundos sociais acontecem. Que tipos de processos e habilidades sociais ajudam os atores a resistirem ao poder de outros atores. Dessa forma, oferece a possibilidade de superar as visões deterministas a partir de um arcabouço teórico que permite compreender empiricamente as complexas relações sociais.

Resolver a dicotomia estrutura-agência mostrou-se um ponto importante para uma compressão da ação social que permitisse explicar manutenção e mudança. Nesse sentido Bourdieu e Giddens têm em comum o interesse em abordar e elaborar uma proposta de solução

teórica para essa questão. Apesar de na academia brasileira eles terem aparecido em lados opostos das disputas no campo (MISOCZKY, 2003; MACHADO-DA-SILVA; GUARIDO FILHO; ROSSONI, 2006), seus trabalhos apresentam pontos em comum e complementares. Porém, na visão de Fligstein e McAdam (2012), tratam-se de visões insuficientes para explicar a complexidade da dinâmica social.

A Teoria dos Campos de Fligstein e McAdam tem como base as ideias de Bourdieu (1983) sobre campo social, a sua dimensão relacional e as influências de poder e interesses. As teorias de Bourdieu e Fligstein são consonantes também no que diz respeito à existência de um *frame*, uma ordem social estabelecida, padrões de ação que se reproduzem na ação.

Uma questão importante para essa Teoria dos Campos é o reconhecimento do papel central das pessoas reais como agentes sociais; em especial dos atores dotados de habilidades sociais (FLIGSTEIN, 2007) que atuam tanto para a manutenção dos arranjos dos campos como para sua mudança em momentos de crise, de rearticulação social, nos episódios de disputa (FLIGSTEIN; McADAM, 2012). Esses assumem um papel de construir **identidades coletivas**, oferecendo novos **significados** que permitam que diferentes atores cooperem para a construção de um novo arranjo; mudando ou reajustando o campo.

Fligstein e McAdam (2012) reconhecem a importância dos estudos de Bourdieu para a construção da teoria, e apontam três aspectos fundamentais sobre os quais acreditam que sua teoria faz avançar os estudos e ajudam a compreender a dinâmica dos campos nos dias de hoje.

A principal diferença na abordagem de Fligstein e McAdam em relação à Bourdieu, está em procurar compreender **os agentes como atores coletivos**. Quase todo o trabalho de Bourdieu tem seu foco sobre atores individuais, que motivados por seus próprios interesses entram em disputas por capital. A abordagem de Fligstein e McAdam coloca o foco sobre como acontecem as relações entre um coletivo de atores, que interagem cooperando ou competindo, para fornecer significados e identidades que estruturam as disputas e os campos. Abordaremos esse aspecto com mais detalhes adiante.

Outra diferença está no foco que Fligstein e McAdam conferem à **emergência e transformação dos campos**. A maior parte do trabalho de Bourdieu está orientado para os campos estabelecidos e como eles moldam os comportamentos dos atores. Por fim, Bourdieu pouco se dedicou ao fato de que os campos estão ligados a outros campos, o que trouxe críticas sobre a dificuldade de definir as fronteiras dos campos estudados. Fligstein e McAdam (2012)



reconhecem a **fundamental importância das conexões entre campos próximos e distantes** para compreender as mudanças e a estabilidade dos campos, bem como definir suas fronteiras.

Bourdieu não foi o único a se dedicar aos campos e a relação estrutura-agência. Nesse sentido a Teoria dos Campos utilizada, também incorpora conhecimentos de outros estudiosos na tentativa de construir um teoria integrada e capaz de explicar a complexidade das relações sociais, com essa intenção também incorpora os estudos de Giddens. A partir de agora vamos nos debruçar sobre as diferenças e as contribuições de Giddens para a Teoria dos Campos que escolhemos.

O primeiro passo dado por Giddens se apresenta no aspecto ontológico, oferecendo uma visão de dualismo entre estrutura-agência que procura superar antinomia subjetivismo/objetivismo. Nesse sentido difere da tradição funcionalista e estruturalista de considerar que a estrutura se impõe de maneira coercitiva ou como constrangimento sobre a ação humana, oferecendo uma visão de dualidade interdependente (CARNEIRO, 2006; MACHADO-DA-SILVA; GUARIDO FILHO; ROSSONI, 2006). Ao mesmo tempo que a estrutura **constrange e limita** a ação humana, ela cria um quadro que **habilita** o sujeito e dá **possibilidades** de ação (GIDDENS, 1989). Dessa forma rompe com a polarização subjetivismo/objetivismo e oferece um caminho intermediário, uma compreensão de que as estruturas são **regras**, mas também **recursos** para organização da vida social (GIDDENS, 2003).

As estruturas sociais entendidas como regras, criam um ambiente de estabilidade baseadas na legitimação, significação, dominação. São, portanto, sistemas de regras morais que dão legitimidade às ações, oferecem significados para que os atores ajam daquela forma, ao mesmo tempo, permitem dominação.

As estruturas também criam um ambiente de estabilidade social, seguro e previsível, que confere aos atores os recursos necessários para agirem. Nessa perspectiva, os atores têm papel importante na reprodução da vida cotidiana. Estas estruturas criam um quadro que permite que os atores reflitam suas ações e possam agir, reproduzindo-as em tempos de estabilidade ou reinterpretando-as quando os significados e a dominação se enfraquecem.

Apesar das importantes contribuições de Giddens, para uma compreensão das complexidades da manutenção e das mudanças da sociedade atual, alguns aspectos se mostram um tanto vagos. Um primeiro ponto apontado por Fligstein e McAdam (2012) é a falta de uma

compreensão sobre a ação coletiva, o que torna obscuras as estruturas sociais e as relações com outros atores. Outro ponto importante é a ausência de um conceito de arena social, ou de campos de ação estratégica, fazendo com que a compreensão de estrutura social se torne algo distante, geral e vaga.

Porém para Fligstein e McAdam (2012), apesar de muitos dos conceitos de Bourdieu e Giddens estarem presentes em sua teoria, a visão estruturalista desses autores não oferece respostas para as mudanças e a estabilidade da vida institucional na sociedade moderna.

Os *campos de ação estratégica* são como arenas socialmente constituídas onde os atores disputam para obter vantagens (FLIGSTEIN, 2001), *como ordens sociais de nível meso, como o bloco básico de construção estrutural da vida política/organizacional moderna da economia, da sociedade civil e do Estado* (FLIGSTEIN, 2012, p.3). Os campos se constituem em um nível intermediário das estruturas sociais, servem como mediadores entre um nível cultural mais amplo e as compreensões micro, pessoais ou das organizações (MACHADO-DA-SILVA, FONSECA; CRUBELLATE, 2005). A visão de campo que adotaremos tenta combinar as compreensões de institucionalistas e construcionistas sociais. Faz isso no sentido de considerar as instituições como determinantes de comportamentos, porém, compreendê-las como construídas socialmente, e portanto, em constante negociação. Também no sentido de compreender o campo como subjetivo, desenhado a partir do olhar do pesquisador que investiga as relações dentro dele.

O campo não é visto como uma estrutura real, mas de forma mais subjetiva, dependendo do fenômeno e das relações que se pretende analisar. Nesse sentido compreende-se que não existe apenas uma lógica institucional, consensual, estruturando o campo, mas sim, entendimentos compartilhados de mundo que estão constantemente sendo moldados pelos interesses, cooperação e disputas dos atores no campo (FLIGSTEIN; McADAM, 2012).

A Teoria dos Campos, de Fligstein e McAdam, está amplamente baseada na compreensão da **função existencial do social**, essa ideia trata do reconhecimento de que as relações sociais estão para além de razões instrumentais, elas ocupam papel central também em questões existenciais, no sentido weberiano. Trata-se do entendimento de que a ação coletiva do homem não está apenas baseada numa relação autointeressada de sobrevivência, de melhoria e eficiência, mas sim em questões que dão significado à vida e por isso motivam à ação. O ser humano responde a questões existenciais, através dos significados e identidade que encontra

nos grupos sociais e por isso se motiva a cooperar ou competir por algo no campo (FLIGSTEIN; McADAM, 2012).

Este é um dos aspectos centrais da Teoria dos Campos de Fligstein e McAdam, e também a posiciona dentro do corpo de estudos da Sociologia Econômica que entende os fenômenos econômicos como imbricados nos processos sociais, extrapolando os entendimentos da teoria econômica neoclássica e o postulado de um ator independente, autointeressado, que toma decisões unicamente buscando maximizar seus resultados (WILLIAMSON, 1985; SMITH, 2003). A visão econômica neoclássica limita profundamente a compreensão da dinâmica social ao passo que não consegue explicar, por exemplo, como a **cooperação** acontece (BECKERT, 1997). A cooperação foi o que tornou possível, a partir do desenvolvimento da linguagem, um salto evolutivo impressionante na história da humanidade (FLIGSTEIN; McADAM 2012).

Mais do que isso, a Teoria dos Campos dá conta de que é no compartilhar dos entendimentos do mundo que o homem é capaz de criar, de evoluir, de inovar. Esses entendimentos compartilhados podem ser entendidos como **discursos**. Os discursos são um conjunto de significados, representações, imagens, histórias e afirmações que conformam uma visão de mundo, um entendimento, uma versão particular sobre determinado objeto (WETHERELL; STIVEN; POTTER, 1987).

A compreensão dos significados e discursos está intimamente ligada a outro pressuposto teórico: as habilidades sociais, que são adquiridas na vivência social. Para Fligstein (2007), as **habilidades sociais** dizem respeito à capacidade de o ator influenciar socialmente as decisões de outros atores. Todos os seres humanos desenvolvem habilidades sociais, porém uns possuem mais habilidades que outros. Os atores mais hábeis são capazes de perceber e aproveitar situações para influenciar o rumo das coisas. Esses indivíduos não estão apenas focados em seus interesses próprios, mas estão abertos para o que o ambiente, a situação pode lhes oferecer. Dessa forma, são capazes de influenciar outras pessoas a colaborarem para atingir os melhores resultados que esta situação pode lhes oferecer. Estes atores têm uma compreensão coletiva de uma visão de mundo emergente, de uma identidade partilhada (FLIGSTEIN, 2007; FLIGSTEIN; McADAM, 2012). O conceito de habilidades sociais, e principalmente quais seriam essas habilidades, em nosso ponto de vista, ainda pode ser mais bem desenvolvido. Será que as habilidades sociais dos atores mais hábeis funcionam em todas as situações, ou haveria situações em que as habilidades de um ator teoricamente menos hábil tenham mais sucesso?

Atores socialmente hábeis atuam conforme a posição que ocupam no campo. O campo é constituído por atores dominantes (*incumbents*) e atores desafiantes (*challengers*). Os atores dominantes (*incumbents*) são aqueles que historicamente constituíram-se como os mais poderosos do campo, que possuem influência desproporcional. Suas visões e interesses tendem a ser reproduzidas. A estrutura do campo é organizada e as posições definidas conforme seus interesses. Os significados compartilhados entre os atores tendem a legitimar seus discursos e apoiar a sua posição privilegiada e as regras do campo tendem a favorecê-los (FLIGSTEIN; McADAM; 2012).

Atores desafiantes (*challengers*), por outro lado, ocupam espaços menos privilegiados, nichos de atuação, e normalmente exercem pouca influência sobre o funcionamento do campo. Os atores desafiantes reconhecem os **discursos dominantes**, mas podem articular visões alternativas do campo para encontrar uma posição mais favorável para eles, sem necessariamente revoltar-se abertamente e de forma agressiva contra os dominantes (FLIGSTEIN; McADAM; 2012).

Isso significa que existem diferentes lógicas atuando, e sendo negociadas, em um mesmo campo. Esse é o processo de construção da qualidade, onde esquemas de classificação são negociados quando os atores interpretam as categorias e criam cadeias de valor decidindo quais são as características mais apropriadas. De certa forma, este pressuposto quebra a visão estruturalista de Bourdieu, ao considerar que não apenas **uma** lógica institucional imposta pelos poderosos está estruturando o campo, mas outras lógicas também estão sendo construídas oferecendo a possibilidade de que os atores desafiantes também sejam providos de recursos materiais e existências (BECKERT; MUSSELIN, 2013, p.12-13). Essa perspectiva ajuda a explicar o porquê de atores desafiantes às vezes cooperarem para a manutenção do campo ao invés de entrarem em disputa direta e agressiva contra os dominantes. Construir qualidade, categorias, classificação, são assuntos que dizem respeito aos significados e discursos que sustentam o campo, tema que será melhor explorado em um capítulo posterior.

As relações entre dominantes e desafiantes constroem significados que estruturam e sustentam o campo. Uma das formas de sustentação do campo são as **unidades internas de governança (IGU)**, são associações, agências reguladoras, institutos que recebem a função de zelar pela manutenção e supervisão das regras do campo. As IGUs atuam diretamente no campo e sofrem influência direta dos dominantes, estão a serviço da manutenção e oferecem legitimidade aos arranjos instituídos (FLIGSTEIN; McADAM, 2012).

Quando os discursos e arranjos dominantes enfraquecem, as lógicas alternativas que vinham sendo construídas por atores com habilidades sociais têm a possibilidade de se legitimarem. Isso acontece em episódios de disputa.

Os **episódios de disputa** podem ser definidos como períodos de contendas, disputas, discórdias no campo entre os atores que buscam novas formas de ação, buscam inovações no campo. São momentos de incertezas, crises, onde as estruturas de poder são ameaçadas e podem ser reconfiguradas (FLIGSTEIN; McADAM, 2012). Os episódios de disputas por vezes reconfiguram o campo, modificam suas fronteiras e podem mesmo acabar com o campo como ele é conhecido criando um novo campo. Essas percepções passam pela interpretação do pesquisador.

As fronteiras do campo são definidas por suas interações com outros campos, e sua definição passa pela interpretação do pesquisador. Quais são os discursos que sustentam e conformam esses campos? Quem são os atores que sustentam esses discursos?

## 2.2. SIGNIFICADOS

Os significados ocupam papel importante nas relações sociais. Para Weber (1999), os seres humanos são fabricantes vorazes de significados e simbolistas colaborativos que estão envolvidos em teias de significados que eles mesmos criaram. Não se trata apenas de uma capacidade cognitiva de se ver de fora e pensar sobre si mesmo de uma perspectiva externa, trata-se da **necessidade** de produzir entendimentos compartilhados, relações coletivas simbólicas e significados para sustentar a própria vida. Simmel (2011) entende que é da incerteza das relatividades compartilhadas que surge a verdade que sustenta o valor assimilado por um grupo. Os significados só fazem sentido se forem compartilhados pelo grupo, se o grupo credita valor a essa compreensão e orienta suas ações a partir deles.

A importância de compartilhar visões do mundo, de se construir relações a partir de verdades compartilhadas, está na necessidade de aplacar o medo existencial que a autoconsciência e a capacidade de refletir sobre o sentido da vida trazem em seu bojo. A capacidade de comunicação e autorreflexão desenvolvida pelos seres humanos trouxeram a liberdade de uma vida essencialmente materialista agora permeada pela arte, pensamento simbólico e razão expandida, mas também, por outro lado, instauraram um medo existencial e

uma incerteza quanto ao “sentido da vida” (FLIGSTEIN; McADAM, 2012) que só podem ser minimizados com a construção de verdades compartilhadas. De certa forma ao preencher o vazio do sentido, ao combater o medo existencial com significados compartilhados e identidade, os humanos optam por abdicar da autoconsciência, ou pelo menos relegar esses pensamentos a um segundo plano, para que a vida tenha algum sentido.

Nessa perspectiva não só as religiões respondem às questões existenciais, mas tudo que os homens fazem, ou em tudo que se envolvem, de alguma maneira, está relacionado com a produção, manutenção e reprodução de significados. Importante para nossa reflexão é perceber que as relações sociais não se dão apenas por motivos instrumentais, buscando a eficiência ou a maximização dos resultados, elas acontecem também, e principalmente, porque os significados compartilhados coletivamente abrangem uma função existencial para o ser humano, é o que Fligstein e McAdam chamam de **função existencial do social**. Os atores agem no campo não somente por questões instrumentais, mas ao mesmo tempo, respondem à anseios existenciais expressos nos significados.

Isto posto, os significados ocupam importante papel na Teoria dos Campos (FLIGSTEIN; McADAM, 2012) porque estão diretamente ligados às ações. Os significados influenciam, mais do que isso, orientam as ações no campo. As disputas em um campo em última análise, são disputas pela criação, manutenção ou mudança de significados. Os significados criados e legitimados como entendimentos compartilhados revelam as relações entre os atores do campo e como esses acordos (*settlement*) ajudam a sustentar o campo.

A construção de significados se dá nas relações entre os atores no campo e por isso mesmo está intrinsecamente ligada às questões de *status*, poder e interesses, mesmo que não estejam dissociadas de questões existenciais. Nessa lógica, a posição que o ator ocupa no campo diz muito sobre a forma como ele entra em uma disputa por significados e a influência que ele tem sobre os outros atores:

As concepções que os atores têm de si mesmos são fortemente moldadas pelas suas interações com os outros. Ao interagir, os atores tentam criar um senso positivo de si mesmos ao moldar significados e identidades partilhadas para si e para os outros. Identidades referem-se a conjuntos de significados que os atores têm, que definem quem eles são e o que eles querem em uma situação particular. Atores em posições dominantes que são eficazes e bem sucedidos podem ter a autoestima elevada. Atores em posições dominadas podem ser estigmatizados e forçados a se envolver em estratégias de enfrentamento para

contestar a sua estigmatização (FLIGSTEIN; McADAM, 2012. p.62 - tradução nossa).

A Teoria dos Campos fala da relação entre atores dominantes (*incumbents*) e desafiantes (*challengers*), evidenciando que alguns atores dominam historicamente os campos, porém o *status* atual do campo, apesar de se basear em entendimentos compartilhados, está sempre na eminência de ser desafiado, confrontado. Dessa relação destacamos duas questões relevantes para nossa discussão: 1) Atores dominantes são eficazes na construção e manutenção de significados que sustentam sua posição no campo; 2) apesar de os atores dominantes possuírem uma rede de sustentação para sua posição no campo, os significados que sustentam o campo estão sempre em negociação, na eminência de uma disputa.

Pensando sobre o primeiro aspecto, é importante entendermos *como* os atores dominantes sustentam sua posição no campo a partir da criação de significados que legitimam o seu domínio. A Teoria dos Campos credits essa capacidade à *habilidade social* desses atores em construir significados que os favoreçam, porém, antes de entrarmos nesse conceito, vamos nos debruçar rapidamente sobre outros dois conceitos que nos ajudam a entender como os dominantes constroem esses significados. Os conceitos de criação de *valor* e *qualidade*.

Quando entendemos que algo tem valor? Ou como sabemos se um produto ou serviço ou pessoa tem boas qualidades? Os significados, o valor que atribuímos às coisas e as qualidades que valorizamos em determinada relação são todas construções sociais, que estão imbricadas (*embedded*) no contexto histórico e social onde essas percepções acontecem.

Para Simmel, o Valor nasce de uma série de percepções não lógicas que surgem da visão de mundo compartilhada, do contexto onde o sujeito está inserido. É fruto dos sentimentos, das sensações, das experiências e crenças, uma construção psicológica que não afeta a realidade. O valor dado ao objeto em determinado contexto não passa a pertencer ao objeto real, isso porque em outro contexto o mesmo objeto pode adquirir um valor diferente, ou em um mesmo contexto pode ter valor diferente para diferentes sujeitos (SIMMEL, 2011).

O valor é construído na relação social de troca e é nesse movimento que o valor efetivamente se objetiva e é aperfeiçoado no aprendizado decorrente dessas trocas. É nessa relação também que as visões de mundo compartilhadas se cristalizam como verdades (SIMMEL, 2011). Atores dominantes possuem habilidades sociais para criar valor ao redor das suas qualidades de maneira que os outros atores reconheçam aquelas qualidades como legítimas

e atribuam valor a elas, legitimando os dominantes em suas posições no campo (DUBUISSON-QUELLIER, 2013).

A construção das qualidades se dá através de um processo de categorização. Criar categorias é um processo de diferenciação, de classificação, de colocar as coisas em caixas e facilitar o julgamento sobre elas. Ao categorizar e associar as coisas a essas categorias, fica mais fácil de compará-los e de criar sistemas de qualificação, escalas de medidas e justificação para as diferenças e desigualdades (BECKERT; MUSSELIN, 2013).

É desse processo social, onde os diferentes atores, como o governo, as empresas e os intermediários (profissionais de *marketing*, avaliadores) interagem é que a qualidade se torna conhecida. O processo de categorização não acontece sem lutas, os diferentes atores defendem seus interesses porque essas classificações muitas vezes definem as estruturas sociais. “*As disputas sobre as classificações são disputas sobre o valor dos bens e dos atores* (BECKERT; MUSSELIN, 2013, p. 8)”.

Atores dominantes, portanto, criam valor ao redor de suas qualidades e o processo se completa quando outros atores com menos poder reproduzem as características dos dominantes procurando imitar suas qualidades, e dessa forma acabam por fortalecer e legitimar o valor dos dominantes, moldando os arranjos no campo e os desejos de outros atores, oferecendo significados que sustentem suas posições. (DUBUISSON-QUELLIER, 2013).

...a avaliação da qualidade e a classificação dos produtos de acordo com as diferenças de qualidade avaliadas muitas vezes **formam a base para a apreciação de valor** e o preço de mercadorias... Assim, o valor econômico nunca pode ser considerado fora do contexto sociocultural no qual os atores estão situados. (BECKERT; MUSSELIN, 2013, p. 21, grifo nosso.)

Não é uma qualidade particular dos objetos da avaliação, mas consiste antes no significado que os objetos têm para nós como sujeitos, através da sua posição na ordem daquele reino ideal. (SIMMEL, 2011, p. 71)

Ou seja, o valor dado à inovação não diz respeito ao que ela é em si, mas às compreensões do significado que ela tem para os atores. Esses significados são construídos a partir dos interesses, ou das qualidades da inovação, especialmente para os dominantes do campo. As qualidades da inovação para os dominantes são, portanto, valorizadas e ao redor delas um conjunto de significados (discurso) são construídos. Esses discursos legitimam, e motivam as ações distribuindo os poderes e as posições no campo.



O segundo aspecto a se destacar da relação entre Dominantes e Desafiantes é que apesar de os atores dominantes possuírem uma rede de sustentação para sua posição no campo, os significados que sustentam o campo estão sempre em negociação. Atores desafiantes não necessariamente assumem posturas agressivas, de combate aos dominantes; eles podem atuar na construção de lógicas alternativas que ofereçam recursos materiais e existenciais para a sua posição no campo. Significados, classificações, qualidades diferentes ou parecidas com as dos líderes, que os coloquem em uma posição, menos privilegiada, mas suficientemente confortável para que sobrevivam (BECKERT; MUSSELIN, 2013; FLIGSTEIN; McADAM, 2012; DUBUISSON- QUELLIER, 2013).

Considerar que atores desafiantes estão produzindo lógicas alternativas, implica em reconhecer que não apenas uma lógica estrutura o campo, mas diferentes lógicas estão sendo negociadas. Em alguns momentos, os significados fornecidos pelos atores dominantes podem se fragilizar e nesses **episódios de disputa** desafiantes habilidosos socialmente podem desestruturar e reorganizar o campo ao redor de novos significados. Obviamente os atores dominantes são hábeis socialmente e utilizarão de toda a sua rede de significados para manter o *status quo*. Porém atores desafiantes, em momentos de crise, ganham a oportunidade de oferecer seus significados para que outros atores cooperem para mudar o campo.

Mas, em condições de crise ou formação, os empreendedores institucionais podem criar sistemas completamente novos de significado. Esses empreendedores são atores estratégicos hábeis que encontram formas de induzir grupos muito diferentes a cooperar colocando-se na posição dos outros e criando significados que exercem apelo a um grande número de atores. Esses momentos são o objeto de muitos de nossos estudos empíricos da política, movimentos sociais, empresas e mercados. (FLIGSTEIN, 2007, p.64)

Ao compreender que o valor se estabiliza nas trocas (nas relações) e que atores habilidosos podem reorganizar as bases que sustentam o campo, podemos pensar na importância que tem as disputas para a consolidação dos significados. Significados que servirão de lente para enxergar os fenômenos e como orientadores das formas de agir dos atores. Nesse sentido, conhecer os valores percebidos pelos atores e entender os significados da inovação nos permitirá enxergar o campo de uma maneira mais profunda, de certa forma explicitar interesses e até mesmo entender porque o fomento à inovação vai por um caminho e não por outro.

### 2.3. A INOVAÇÃO E O FOMENTO

Nem sempre a inovação foi central para a teoria econômica. Os economistas neoclássicos entendiam os processos de inovação tecnológica como exógenos, não pertencentes ao processo de desenvolvimento econômico. Porém, Schumpeter (1997) já anunciava que a inovação era o motor do capitalismo e que as inovações dependiam da ação do empresário inovador, criativo, colocando-o como uma figura central na análise do desenvolvimento capitalista (BECKERT, 1997).

A inovação desafia a ideia de ator racional da teoria econômica neoclássica em dois aspectos importantes: primeiro pela incerteza do resultado da inovação (portanto um investimento sem garantias de retorno) e por outro lado que um resultado positivo para a inovação está atrelado à cooperação (BECKERT, 1997).

Para Schumpeter a inovação não só fazia parte do desenvolvimento econômico, ela era a mola propulsora que levaria a sociedade a encontrar a justiça social que seria viabilizada por meio desse desenvolvimento. Sua visão contrapunha o *mainstream* econômico da época que apostava na estabilidade, chamado por ele de fluxo circular. Para Schumpeter, o Empresário inovador precisa de crédito para viabilizar a inovação, dessa forma, ele pode criar um novo ciclo de desenvolvimento à medida que surgem novos mercados e outros empresários copiam essa inovação, entram nesse mercado até que se estabilize novamente. Uma outra inovação quebraria novamente esse fluxo circular impulsionando o desenvolvimento, o que ele chamou de *ciclos econômicos* (SCHUMPETER, 1997).

O desenvolvimento... É uma mudança espontânea e descontínua nos canais do fluxo, perturbação do equilíbrio, que altera e desloca para sempre o estado de equilíbrio previamente existente. Nossa teoria do desenvolvimento não é nada mais que um modo de tratar esse fenômeno e os processos a ele inerentes. (SCHUMPETER, 1997, p. 75)

A inovação, na visão de Schumpeter, é a “real semente do capitalismo” e envolve uma incerteza que não cabe na definição de ator racional da Teoria Econômica clássica exatamente pela incertezas dos resultados. Seria **heroico** conseguir prever os resultados da inovação (BECKERT, 1997). O investimento em inovação envolve o risco da incerteza do resultado final: *o desenvolvimento consiste primariamente em empregar recursos diferentes de uma*

*maneira diferente, em fazer coisas novas com eles, independentemente de que aqueles recursos cresçam ou não.* (SCHUMPETER, 1997, p. 78)

Segundo Schumpeter (1997), o Produtor é o principal agente na implementação de inovações, é ele o responsável por moldar as preferências dos consumidores ao redor de seus produtos, criando significados que conformem sua posição de liderança nos mercados.

Entretanto, é o produtor que, via de regra, inicia a mudança econômica, e os consumidores são educados por ele, se necessário; são, por assim dizer, ensinados a querer coisas novas, ou coisas que diferem em um aspecto ou outro daquelas que tinham o hábito de usar. Portanto, apesar de ser permissível e até necessário considerar as necessidades dos consumidores como uma força independente e, de fato, fundamental na teoria do fluxo circular, devemos tomar uma atitude diferente quando analisamos a mudança. (SCHUMPETER, 1997, p. 76)

Essa visão de Schumpeter (1997) encontra eco nos estudos de Dubussion-Quellier (2013) sobre a qualidade e valor e mesmo na dinâmica entre dominantes e desafiantes em Fligstein e McAdam (2012) apresentados anteriormente.

A inovação tem sido descrita como a adoção, a introdução com êxito de um produto (ou serviço) no mercado, ou um processo, método ou sistema aceito e implementado. Pode se tratar de uma melhoria de algo que já existe ou da implementação de algo completamente novo. Para ser considerada inovação precisa estar associada a algum resultado positivo, ganho ou vantagem competitiva (OECD, 2005).

Segundo Amabile e Gryskiewicz (1989), inovação é a implementação exitosa de ideias criativas dentro da organização. West e Farr (1990) conceituam inovação como a introdução intencional de ideias, processos, produtos ou novos procedimentos relevantes para a unidade, os quais, adotados, visam gerar benefícios para o indivíduo ou grupo, a organização ou a sociedade (FARIA; ALENCAR, 1996).

A inovação pode ser classificada em cinco tipos: de produtos, de serviços, de processos, de *marketing* e operacional. Comumente tem sido ainda a dividida em duas categorias: Incremental e Radical. É considerada uma inovação incremental aquela proveniente da melhoria contínua, dos processos de melhoramento e aperfeiçoamento que apresentem uma melhora significativa, ou substituição de materiais que tornem mais fáceis de utilizar, mais ergonômicos e práticos. Trazem melhorias para o consumidor e vantagens competitivas às empresas. Já a inovação radical ou disruptiva é quando uma ideia resulta em um processo ou produto totalmente novo, inexistente no mercado, um novo paradigma, uma nova forma de ver

as coisas. Elas promovem uma ruptura estrutural, criam um novo segmento, novas empresas e até mesmo um novo mercado (CARVALHO; REIS; CAVALCANTE, 2011).

Para Bessant e Tidd (2009), a inovação acontece em um processo que envolve conhecimento, informação e criatividade, e que depende da ação de diferentes atores e visões sobre o assunto. A inovação depende da cooperação de diversos atores, é impossível encontrar resultados positivos na inovação sem colaboração. A inovação não acontece em um vácuo, ela nasce na relação entre diferentes organizações (CASTILLA; HWANG; GRANOVETTER; 2000) e está inserida em um contexto institucional que exerce influência sobre ele. Porém nem sempre o fomento a inovação acontece de maneira colaborativa e harmoniosa, antes disso pode ser visto como um campo de disputas de interesses. (FLIGSTEIN; McADAM, 2012).

Um dos conceitos mais difundidos a respeito da relação entre diferentes atores para promover a inovação é a “Hélice Tríplice-HT” (LEYDESDORFF; ETZKOWITZ, 1998). Trata-se da relação entre Universidades-Indústria-Governo como fundamental para impulsionar as inovações. Apesar da grande profusão dos conceitos da HT no Brasil, estudiosos, como Bunders e Broerse, tem apontado para suas limitações em explicar o contexto de países de terceiro mundo, defendendo a ideia de que as ONGs tem papel importante para a transferência de tecnologia nesses contextos (LEYDESDORFF; ETZKOWITZ, 1998). Leydesdorff e Etzkowitz (1998) alertam para o fato de que o modelo foi desenvolvido principalmente para analisar a inovação em países com a economia baseada no conhecimento.

Alguns aspectos institucionais também deveriam ser levados em conta ao pensar essa relação no Brasil. Mazzucato e Penna (2016) apresentam como falhas do Sistema Nacional de Inovação brasileiro, a fragmentação e até mesmo um antagonismo entre os subsistemas educação e pesquisa e o subsistema de produção e inovação. Além disso, os baixos investimentos em P&D e baixa propensão para inovação dificultam ainda mais essa relação. Ou seja, a realidade estrutural histórica precisa ser considerada para ser possível encontrar novas relações institucionais entre esses atores.

Apesar dos ideais neoliberais desejarem manter o governo de fora dos mercados, e portanto, fora dos processos de inovação; os governos sempre foram peça importante não só para regulamentação, mas criando significados e reproduzindo entendimentos compartilhados. Especialmente no caso brasileiro, a participação do Estado é fundamental nesse campo (MACHADO-DASILVA; GONÇALVES, 2001; MACHADO-DA-SILVA; GUARIDO FILHO; REINERT, 2003).

A realidade da colonização portuguesa no Brasil deixou marcas culturais profundas e um Estado presente e ativo que produziu um capitalismo com características muito peculiares (FAORO, 2013; CASTOR, 2000; BRESSER-PEREIRA, 2011). O capitalismo patrimonialista, capitalismo à brasileira pressupõem uma dependência muito forte do Estado e uma relação de proteção e favorecimentos aos amigos da coroa. *Essa profunda dependência psíquica em relação ao Estado ainda está fortemente enraizada em nossa cultura empresarial e administrativa* (CASTOR, 2000. p.28).

A Lei da Inovação (BRASIL, 2004) procurou regulamentar as relações de diferentes atores, inclusive a participação e financiamento do governo em projetos de inovação. Essas relações de cooperação e disputa por recursos apontam para a existência de um campo do fomento a inovação no país. Um campo complexo, ainda em construção, e que trata de interesses bastante diferentes em um espaço híbrido.

Peter Spink (2013) ao analisar as políticas públicas de fomento ao empreendedorismo, ressalta essa complexidade de interesses difusos mas completamente interdependentes:

O objetivo da ação é o fomento; buscam-se maneiras de apoiar, mas espera-se do outro a iniciativa porque – antes de mais nada – um é estado e o outro é mercado, com todas as implicações sobre propriedade, liberdade e lucratividade. Os dois se mesclam num espaço híbrido, onde ambos precisam e dependem um do outro, mas as relações não são aquelas do estado e do cidadão, dos governos e das pessoas físicas (SPINK, 2013. p. 44-45).

Um dos aspectos complexos abordado por Spink (2013) no campo do empreendedorismo, é a relação entre os interesses público e o privado. Fomentar o empreendedorismo, assim como fomentar a inovação, passa pelo interesse privado, da lucratividade, da propriedade particular. É uma relação diferente da relação entre governos e pessoas físicas. O fomento à inovação favorece o interesse privado de empresários por isso espera-se que parta do empresário a iniciativa, a atitude de fazer os negócios prosperarem.

Essa relação complexa e multifacetados também pode ser definida como os interesses do Estado e do Mercado, que representam dois diferentes modos de alocação dos recursos. Pode ainda ser definida como a diferença entre o Estado e Capitalismo que se refere à relação entre os poderes políticos e econômicos, ou aos interesses dos cidadãos e aos direitos de propriedade (FOURCADE; STREECK, 2015). Muitos aspectos do capitalismo patrimonialista aparecem nessa relação, que aprofundaremos no próximo capítulo.

Ficou evidente que não poderemos entender os significados se não soubermos interpretar os aspectos socioculturais onde esses processos estão inseridos. Para isso vamos nos valer da visão de antropólogos e sociólogos brasileiros como Raymundo Faoro, Bresser Pereira, Da Matta, Belmiro Castor, entre outros para tentar compreender como os significados se formam neste campo. Especialmente nas relações entre atores públicos e privados e da importância do Estado no contexto brasileiro, não somente como regulador mas como poderoso produtor de significados, bem como orientar nossa visão para compreender o seu papel no campo do fomento à inovação no Paraná.

#### 2.4. ESTADO E CAPITALISMO

A relação entre o Estado e o mercado sempre esteve presente nas teorias econômicas e diz respeito à interação entre dois tipos de poderes, respectivamente, o político e o econômico (FOURCADE; STREEK, 2015). Não estamos preocupados em entrar na discussão sobre maior ou menor participação do Estado na economia, mas em reconhecer que existem diferentes formas de o Estado se relacionar com outros atores e isso permitirá compreender como essa relação facilita ou dificulta o fomento à inovação no Brasil.

As perspectivas econômicas liberal e neoliberal entendem que existe uma oposição entre o Estado e o capitalismo e, portanto, quanto menos intervenção estatal houver, melhor para o desenvolvimento de um estado de bem estar social. O precursor da perspectiva liberal, Smith (2003), argumenta que o progresso da sociedade é o resultado de um ajuste natural do mercado, como se uma “mão invisível” alinhasse as desproporcionalidades sem a intervenção do Estado. A lógica baseia-se na assertiva de que o indivíduo livre que busca seu autointeresse é mais eficiente na promoção do bem estar social do que regras estatais.

A proposta Smithiana percebe o mercado como uma propensão natural do ser humano que produz. O excedente de produção naturalmente seria trocado e as regras naturais do mercado se apresentam como explicação para a ordem social capitalista. A solução do mercado é, portanto, a explicação para a emergência da ordem social; solução amplamente aceita por representar uma ruptura com as teorias que recorriam a uma intervenção divina para explicar a emergência e a regulação do capitalismo (GANEM, 2012). Embora aceitasse a ideia de intervenção do Estado para correção de possíveis falhas do mercado, trata-se da concepção de que o mercado é o suficiente e único desejável instrumento de ordem social.

Quase um século adiante os economistas neoliberais, embebidos de uma lógica de positividade e cientificidade, expulsam do seu domínio a moral, os valores e o Estado. Priorizando fundamentos racionalistas e aprioristas, a matemática, a formalização e modelização passam a ser os critérios de cientificidade. O sujeito autointeressado de Smith dá lugar ao homem econômico de Mil, que através do cálculo racional procura maximizar seus resultados. Para Ganem (2012), Leon Walras inaugura na visão econômica de mercado os critérios de cientificidade exigidos para uma ciência positiva e verdadeira, mantendo a proposta Smithiana de mercado, mas conferindo-lhe os cálculos necessários para transformar a ciência econômica em um teorema (GANEM, 2012):

Em finais do século XIX, não bastava afirmar que os interesses individuais produziam algo que se traduzia na noção coletiva de bem-estar. Para a teoria marginalista, além do instrumento do cálculo diferencial ser aplicado aos desejos e às decisões econômicas, fazia-se necessário **demonstrar lógico-matematicamente a ordem racional do mercado**. E será este desafio que Walras enfrentará dentro da perspectiva de transformar a ciência econômica em um teorema. A partir de uma abordagem axiomática, ideal e de hipóteses irreais e parâmetros altamente restritivos pretenderá demonstrar que o equilíbrio do mercado existe, é estável e ótimo e, de uma certa forma, revelar o desejo de construir aprioristicamente os fundamentos rigorosos de uma ciência que se pretende exata. Não é à toa que a ambição walrasiana está no *hard core* da teoria neoclássica, sendo considerada, por Schumpeter, como um marco teórico da ciência econômica (GANEM, 2012. P. 151 – Grifo nosso).

A ordem racional do mercado abandona assuntos clássicos como a distribuição de renda, o trabalho e os problemas de desenvolvimento e se concentra exclusivamente no mercado. O cálculo racional e a busca pela eficiência dos mercados se restringe aos fatores considerados endógenos, precisamente quantificáveis. A busca pela eficiência, em um regime de concorrência perfeita, passa a ser a única moral implícita do mercado (HEATH, 2011).

Este modelo excessivamente racional, no entanto, foi criticado por Friedrich Hayek, exatamente por deixar de fora o aspecto natural e espontâneo de formação e autorregulação do mercado. As ideias de Hayek são consideradas um marco para o nascimento do neoliberalismo como uma ideologia (MORAES, 2004; ANDERSON, 1995) que extrapola todos os limites da economia num sentido estrito, contrapõe visões puramente matemáticas como a de Walras, para trazer a discussão para o campo da filosofia social. No entanto, não só mantém como aprimora de uma maneira ideológica, o entendimento do mercado como ordem social; em sua proposta se articulam a *teoria e o projeto político ideológico da doutrina ultraliberal do mercado como ordem social* (GANEM, 2012. p.155).

No cerne do projeto ultraliberal de Hayek (1948) está uma nova compreensão sobre o significado da concorrência para o mercado, e conseqüentemente como proposta de ordem social. Em sua visão a teoria da “concorrência perfeita” é na verdade a ausência total de concorrência. Os pressupostos da concorrência perfeita, a saber: a) Produtos homogêneos ofertados e demandados por pequenos vendedores e compradores, que não pretendem exercer influência sobre os preços; b) Livre entrada e nenhuma restrição para os movimentos de preços e recursos; c) Conhecimento completo dos fatores relevantes por parte de todos os participantes do mercado. A eficiência da concorrência perfeita é o equilíbrio do mercado o que é em última análise o fim da concorrência nos termos que conhecemos hoje. Hayek critica essas formulações e postula a importância da diferenciação entre os produtos e das diferenças entre o conhecimento dos produtores como pontos importantes para concorrência como regulador de preços no mercado.

Ao criticar o racionalismo da concorrência perfeita, Hayek aponta para uma forma espontânea de organização do mercado. A concorrência, em seus termos, permite a auto-organização e autorregulação do mercado através da dinâmica oferta-demanda. Ele parte de um indivíduo ignorante, com conhecimento limitado que mesmo agindo irracionalmente busca seus interesses e através do processo de experimentação expressa sua liberdade. A liberdade do indivíduo por sua vez colabora com a auto-organização e regulação do mercado, uma vez que permite ao indivíduo examinar os fatos e se adaptar-se, selecionando regras de comportamento que funcionem para o grupo. *As regras selecionadas, produto da experiência de gerações, são sobretudo gerais porque não podem atender a fins particulares e, sim, respeitar o princípio de aumentar a oportunidade de todos* (GANEM, 2012). Nesse processo espontâneo de organização o único papel aceito para o Estado é o de garantidor de uma sociedade livre, assegurando os direitos do cidadão (HAYEK, 1948).

Em decorrência da compreensão central da concorrência como organizadora do mercado, Hayek e outros neoliberais levantam-se fortemente contra qualquer intervenção estatal. O papel do estado é, na perspectiva de Hayek, desenvolver um sistema legal forte para promover e proteger a concorrência, criando um “referencial” para a ordem social (ALDRIDGE, 2005). Nessa perspectiva, a coordenação central estatal é incompatível com a concorrência. O estado deve atuar pelo “regime da lei” sustentando uma estrutura permanente de normas anunciadas antecipadamente que garantam um referencial estável de como as



autoridades irão agir em cada circunstância, oferecendo assim um *framework* para que os indivíduos possam realizar seu próprio planejamento (MORAES, 2004).

Na visão de Hayek, a coordenação central do mercado pode acabar com a liberdade individual, uma vez que as definições das regras e da dinâmica do mercado ao invés de estarem sujeitas à concorrência, ficam à mercê do balanço de interesses de vários grupos e pessoas, e que no fim as opiniões de alguém resolverão quais os interesses prevalecerão (HAYEK, 1946). No projeto teórico-político-ideológico neoliberal o mercado deveria ser deixado sozinho para encontrar o seu equilíbrio, sem intervenção do Estado (BLOCK, 2002).

De uma maneira mais prática, o neoliberalismo traz para a pauta temas como desestatização, reinserção no sistema internacional, abertura da economia, desregulamentação, diminuição do serviço público, privatização e antipatia aos sindicatos (DINIZ, 1997; FOURCADE; STREEK, 2015). A teoria da autorregulação não apenas exclui o Estado do mercado, mas propõe uma separação da “Economia” do resto da sociedade, como se existisse uma categoria de ações “econômicas” que pudessem ser analisadas sem as referências culturais humanas (ALDRIDGE, 2005).

O *mainstream* da teoria econômica, mesmo em suas formas mais recentes elaboradas como a Teoria dos Custos de Transação, mantém esses pressupostos do homem autointeressado buscando maximizar seu resultado econômico, o mercado autorregulado pelas ações individualistas destes homens que buscando seu interesse produzem o equilíbrio regulador.

A teoria neoliberal tem se apresentado como o modelo ideal para o desenvolvimento das sociedades, arrogando critérios de universalidade que permitiriam qualquer sociedade desenvolver-se. Então modelos de relação entre capitalismo e Estado em uma determinada etapa do desenvolvimento viram prognósticos de como essa relação deveria acontecer em qualquer outro contexto nacional. O que Martins (1985) chamou de *fundamentos lógicos do pensamento doutrinário*, que produzem e generalizam efeitos intelectualmente paralisantes. Nessa perspectiva *não apenas se operou a dissociação entre Estado e as estruturas de classe, ou estabeleceu-se a confusão entre Estado e sistema político, como chegou-se a negar explicitamente que o Estado pudesse constituir-se objeto de reflexão.* (MARTINS, 1985. P.19)

Esta estratégia de desenvolvimento, sob a égide de criar instituições básicas de qualidade, tem imposto planejamentos institucionais uniformes, especialmente aos países em desenvolvimento, como se o modelo anglo-americano fosse a garantia de enriquecimento, o

que Peter Evans (2003) denominou “monocultura institucional”. A presunção de que os países desenvolvidos encontraram o melhor caminho institucional para o desenvolvimento impõe-se, sem considerar o ambiente sociocultural e o caminho histórico das sociedades; o que na prática não funcionou e fez perpetuar pobreza e desigualdades (EVANS, 2003; SEN, 2000).

A esterilidade de uma teoria monocultural trouxe grandes prejuízos à compreensão do papel do Estado em sociedades capitalistas. A *questão do Estado* torna-se importante, tanto em um sentido prático como teórico, exatamente quando *relacionada às formas particulares de estruturação da sociedade capitalista em contextos históricos específicos* (MARTINS, 1985, p. 22). Entender as instituições que marcam as relações entre o Estado e o mercado em diferentes contextos nacionais, passa pelo reconhecimento de que essas relações são, em primeira instância, relações sociais imbricadas em um contexto histórico e cultural.

Karl Polanyi em *A Grande Transformação* publicado pela primeira vez em 1944, coloca de lado alguns postulados de Adam Smith, especialmente a ideia de uma propensão natural do ser humano para trocas lucrativas. Ao resgatar a história do homem primitivo (alinha-se com Weber que foi o primeiro a dar relevância às motivações e mecanismos primitivos para compreender as sociedades civilizadas), evidencia a primazia do homem como ser social e postula que a economia do homem está submersa (*embedded*) em suas relações sociais. Polanyi rejeita a ideia de que o homem age para salvaguardar seu interesse individual na posse de bens, antes valoriza os bens materiais na medida em que servem aos seus interesses sociais. Nesse sentido a ação econômica é influenciada por aspectos não-econômicos, os laços e o reconhecimento sociais se sobrepõem aos fins utilitários de bens e serviços (POLANYI, 2000).

As trocas racionais de mercado, para Max Weber, são sempre precedidas por uma relação social que chamou de *regateio preparatório*. No regateio preparatório os lados interessados na troca orientam suas ofertas levando em consideração uma pluralidade indeterminada de outros interessados e o potencial que existe nesse mercado (WEBER, 1999). Nesse processo não apenas aspectos racionais e utilitários são levados em conta mas principalmente os significados que são socialmente construídos e orientam as ações dos indivíduos de determinada sociedade.

Nas próximas seções vamos verificar como significados sociais construídos ao longo da história do Brasil, moldaram o capitalismo e as relações econômicas no nosso país.

Especialmente no que diz respeito às relações entre empresários e o Estado, entre o público e o privado.

## 2.5. CONTEXTO HISTÓRICO CULTURAL BRASILEIRO

A compreensão da Sociologia Econômica passa por um imbricamento social, histórico e cultural dos processos econômicos. É impossível compreender os fenômenos sociais como exógenos ao desenvolvimento econômico, como sugere a economia neoclássica. Schumpeter já anunciava essa limitação:

...não é possível explicar a mudança econômica somente pelas condições econômicas prévias. Pois o estado econômico de um povo não emerge simplesmente das condições econômicas precedentes, mas unicamente da situação total precedente. (SCHUMPETER, 1997. P.70)

Um primeiro ponto importante para compreender os processos econômicos como imbricados nas questões socioculturais é ampliar as compreensões a respeito de conceitos e instituições que parecem estar “resolvidos”, assimilados como sendo a mesma coisa em diferentes lugares. Quase que em um exercício fenomenológico, precisamos olhar para ideias como o capitalismo, o desenvolvimento, a inovação e questionarmos a premissa de que existe apenas uma forma conhecida e aceita sobre esses conceitos. Quebrar a “monocultura institucional” que basicamente compreende desenvolvimento como a imposição das instituições anglo-americanas, como se, seguir a cartilha fosse o suficiente para sair da pobreza. O que historicamente se mostrou ineficiente e fez perpetuar pobreza e desigualdades (EVANS, 2003; SEN, 2000).

### 2.5.1. Capitalismo Patrimonialista

Para compreender a situação total precedente é que recorreremos à Raymundo Faoro para construir uma visão de como o capitalismo se construiu em nosso país e quais características históricas ainda cobram o seu preço em nossa sociedade atual. Faoro apresenta a ideia de que no Brasil desenvolvemos um capitalismo patrimonialista, dependente do Estado, e argumenta que se excluíssemos o Estado do capitalismo brasileiro ele se dissolveria. O capitalismo no Brasil estaria ligado às raízes históricas patrimonialistas, adotou-se a técnica, as máquinas, as empresas, mas sem adotar a “alma” - a racionalidade impessoal e a lei universal (FAORO, 2013).

É o que Da Matta chamou de o dilema brasileiro, o dilema de uma sociedade que transita entre o moderno e o tradicional; entre a impessoalidade do indivíduo perante as leis e a proximidade, familiaridade e favorecimentos do sujeito (DA MATTA, 1979).

Mantiveram-se os arranjos tradicionais e a lógica do favorecimento da racionalidade personalista e casuística se manteve. Faoro defende a ideia de que no Brasil a sociedade não se organiza em classes e sim em uma clivagem primordial entre o estamento burocrático e o resto da sociedade. Ao contrário das classes sociais que são definidas em última instância pelo mercado e portanto por um critério econômico, essa divisão se dá por questões políticas e sociais, heranças, apadrinhamentos, embora o *status* econômico na maioria das vezes se sobreponha; essa característica privilegia as desigualdades e o particularismo (FAORO, 2013).

O conceito “patrimonialismo” na concepção weberiana, deriva da palavra patrimônio e por isso patrimonial, trata-se da conduta onde as esferas pública e privada se confundem, tornando-se quase indistinguíveis, ou seja, o líder político acaba por ter instrumentos públicos de poder para realizar os seus interesses (WEBER, 1978). O patrimonialismo está intimamente ligado com a história do poder no Brasil. O Estado, o governo e a burocracia estatal foram moldados por três séculos de colonização. O patrimonialismo e a força do estamento burocrático estão entre essas heranças (CASTOR, 2000).

O estamento se constitui em uma camada social organizada e que se define politicamente por sua relação com o Estado. Está baseado em relações pessoais de favorecimento, apadrinhamento, herança e se distingue pelo modo de vida estilizado e exclusivista. Não pode ser confundido com a burocracia pois não se refere a um cargo ou qualificação e sim a uma substância, ser ou não ser. Uma classe fechada, que não prevê mobilidade social, e que mantém seu poder pelo controle patrimonialista do Estado (FAORO, 2013).

No controle patrimonialista do Estado o poder pessoal reina, o sistema jurídico está a serviço do poder particular e do privilégio em detrimento da universalidade e da igualdade formal-legal, nesse contexto a forma de ascensão social é o **favoritismo** (CAMPANTE, 2003), o que faz com que ao redor dos poderosos sempre encontre-se “súditos” leais, esperando a sua hora de ser favorecido. As esperanças de pobres e ricos estão sobre o Soberano, pois o Estado é o condutor da sociedade, o pai do povo, o bom príncipe, empreende em certas circunstância políticas sociais e de bem-estar para assegurar a adesão das massas (FAORO, 2013). Uma das

características que herdamos dos colonizadores e que influenciam a relação do Estado com a população é esse *respeito reverencial pelo Estado e o fascínio da proximidade do poder, que acabaram por atribuir aos governantes um papel econômico, social e institucional desproporcionalmente grande em nossa sociedade* (CASTOR, 2000. p. 26).

Faoro ainda alerta para a compreensão de que o estamento não se refere à elite, nem mesmo política, o estamento implantado no estado patrimonialista, garante que uma minoria governe sempre (FAORO, 2013). Renovam-se os governos mesmo por voto, e os “donos do poder” continuam atuando, e a legitimidade desse poder se assenta no *tradicionalismo – assim é porque sempre foi* (FAORO, 2013. p.866).

O distanciamento do Estado dos interesses da nação reflete essa clivagem social entre o estamento burocrático e o resto da sociedade, e uma consequência dessa relação é o formalismo. Na definição de Riggs (1964), formalismo é a distância entre a conduta concreta e a lei estabelecida, sem que haja punição ao infrator. Ou seja, trata-se da complacência, da aceitação de certa conduta desviante da norma. Para o mesmo autor a existência do formalismo é mais presente em sociedades prismáticas (em desenvolvimento).

A leitura de Guerreiro Ramos era semelhante, ao propor o formalismo como uma estratégia de desenvolvimento. Apesar de inaugurar um discurso político, cultural e histórico para as organizações no Brasil e de sua leitura crítica dos estrangeirismos, a visão industrial desenvolvimentista de Ramos, situada nos anos 60, dava conta de que o estágio que o Brasil vivia era uma etapa que precisava ser superada rumo a um modelo ideal de modernização e o formalismo poderia ser encarado não como um peso, mas como uma estratégia de desenvolvimento para o país (RAMOS, 1983).

Essa compreensão linear de desenvolvimento favorece a ideia de monocultura institucional onde a experiência institucional anglo-americana de desenvolvimento se impõe como ideal (EVANS, 2003). Dessa forma, ao pensar a história como estágios, somos impelidos a aceitar a ideia de uma convergência; ou seja, a medida que os povos vão “evoluindo”, desenvolvendo-se, chegam impreterivelmente ao mesmo lugar. Porém a história do desenvolvimento econômico de um povo está atrelada aos acordos sociais e aos compromissos políticos feitos no passado. (BRESSER-PEREIRA, 2011).

Nesse sentido, o formalismo pode ser visto não apenas como uma fase passageira do desenvolvimento, como sugerem Riggs (1964), Da Matta (1979), Guerreiro Ramos (1983), mas

sim como um traço cultural que se funde ao Jeitinho brasileiro e se solidifica como uma característica onipresente do povo brasileiro (BARBOSA, 1992). Machado da Silva, Guarido Filho e Reinert (2003) constataram que este traço cultural institucionaliza o processo de mudança na sociedade brasileira, e aumenta o peso do mecanismo coercitivo de mudança. No Brasil formalista, em que algumas leis pegam e outras não, com a herança de governos autoritários, as organizações estão constantemente sujeitas a imposições legais de novas leis ou pelas mudanças constantes (CASTRO, 2000; MACHADO-DA-SILVA; GUARIDO FILHO; REINERT, 2003).

Bresser Pereira (2011) nos oferece uma leitura menos linear e evolutiva do desenvolvimento, apresentando cinco modelos de capitalismo, não necessariamente como etapas de desenvolvimento e ainda que existam fatores de convergência não podem ser considerados de maneira linear como sugere a visão neoliberal. A partir dessa formação histórica, o capitalismo no Brasil se encontra atualmente em um modelo *liberal-dependente*:

“...caracteriza-se pelo **caráter dependente em diversos graus de suas elites** e pela **falta de uma estratégia nacional** de desenvolvimento. Do ponto de vista da estrutura social, este modelo se caracteriza pela aliança política entre uma burguesia industrial nascente e uma burocracia pública e privada também nascente. Em uma primeira fase, o Estado além de indutor do desenvolvimento econômico, é produtor, porque se encarrega da poupança forçada e dos investimentos que exigem grandes capitais e proporcionam retorno lento. Nessa fase, o caráter profissional ou **tecnoburocrático** do capitalismo é muito claro. Em uma segunda, depois de se formar um sistema empresarial poderoso, o **Estado reduz seus investimentos, mas continua a ter um papel indutor importante**. E, em alguns casos, como o do Brasil, caracterizado por elevado grau de **desigualdade**, desenvolve compensatoriamente um sistema de proteção social amplo.” (BRESSER-PEREIRA, 2011, p.6 – grifo nosso)

O capitalismo politicamente orientado no Brasil remonta a época de Dom João I, passando por Getúlio Vargas e mesmo nos períodos mais neoliberais de nossa política a estrutura patrimonial não se afastou. O que faz Faoro decretar a característica não transitória do patrimonialismo no Brasil, assentado no estamento burocrático.

Há a burocracia, expressão formal do domínio racional, própria ao Estado e à empresas modernos, e o estamento burocrático, que nasce do patrimonialismo e se perpetua noutro tipo social, capaz de absorver e adotar as técnicas deste, como meras técnicas. **Daí seu caráter não transitório**. (FAORO, 2013. P.872-grifo nosso)

Portanto, não está na burocracia o problema da manutenção do patrimonialismo e das dificuldades particularistas do Estado brasileiro, e sim no próprio estamento burocrático, que se adapta, aprende novas técnicas para manter seus interesses. A burocracia é o Estado moderno, racional; o estamento burocrático o ranço tradicional, personalista. Faoro entende a burocracia no sentido weberiano, como um aparelho neutro de qualquer tipo de estado, e poderia se caracterizar pela redução do poder da monarquia absoluta. No entanto no estamento político, não se diminui o poder apenas com a implantação de técnicas democráticas, a autonomia das esferas políticas faz encontrar mecanismos de controle e regulamentação específicos com pontos de apoio móveis, valorizando aqueles que mais a sustentam em determinado momento (FAORO, 2013).

O conceito weberiano de burocracia repousa sobre um tipo-ideal de organização que faz cumprir a autoridade racional-legal. Trata-se da organização hierárquica de funcionários que ocupam cargos por mérito, com funções e autoridade conferidas pela lei. A autoridade não está sujeita à pessoa e sim ao mandamento legal, de ordem impessoal, que lhe confere autoridade para exercer determinada função. Para Weber (1978), o sistema capitalista foi fundamental para o desenvolvimento da burocracia. A necessidade de um controle estável e rigoroso que permitisse a administração racional dos recursos favoreceu o desenvolvimento burocrático (WEBER, 1978).

Os princípios da impessoalidade, da observância das regras estáveis e abstratas, e a escolha de funcionários públicos por mérito fez com que Max Weber considerasse a burocracia como o melhor modelo para a administração pública (CASTOR, 2000).

Weber apesar de desenhar um tipo ideal sem juízo de valor, sublinhou que a eficiência da burocracia em uma perspectiva puramente técnica é a forma mais racional de exercer dominação sobre os seres humanos. *A questão é saber quem controla a máquina burocrática existente* (WEBER, 1978, p.26). A história brasileira revela o uso da burocracia estatal a serviço da manutenção do poder das elites.

Apesar da aparência de renovação, de uma aparente modernidade nos processos burocráticos, o país parece enrolado nas tradições patrimonialistas. Como em um jogo de perde e ganha, de avanços e revezes, de reformas e contrarreformas, retrógrados e conservadores lutam para manter seu poder e influência e de outro lado correntes modernizantes com seus próprios aliados políticos e empresarias lutam para mudar e inovar (CASTOR, 2000).

No meio do perde e ganha de avanços e retrocessos estão os tecnoburocratas. Uma classe de técnicos e funcionários públicos sem nenhuma representação política que utilizam de suas funções para exercer poder e influência nos governos. O reduto mais poderoso se encontra na chamada equipe econômica, que, muitas vezes, se sobrepõe ao Congresso, pois possui em suas mãos o poder de decidir sobre questões muito mais importantes que impactam a capacidade financeira e operacional do Estado. (BRESSER PEREIRA, 1981; CASTOR, 2000; MARTINS, 1985).

Bresser Pereira (1981) chegou a defender que a tecnoburocracia substituiria a burguesia como nova classe dominante, em um conceito bastante questionado, mas que revela a centralidade do Estado brasileiro, inclusive na economia. Martins (1985) ao analisar o Estado brasileiro, especialmente a partir de 1964, define-o como um *Estado Capitalista* em dois sentidos: Como um Estado que garante a ordem capitalista e a como um Estado que expande o aparelho burocrático por meio de práticas capitalistas.

O predomínio dos interesses estatais são capazes de conduzir e deformar a sociedade, encontrando aliados em todas as esferas sociais com caráter especulativo e lucrativo e condicionando o funcionamento das constituições que se desobriga das regras escritas e formais sem encontrar qualquer correspondência com o que acontece no mundo real. Realidade que o mundo anglo-americano desconhece (FAORO, 2013).

A discussão sobre a adequação do termo “patrimonialismo” para representar a realidade brasileira tem sido tema da academia. Schwartzman (2007) discorda da utilização do termo especificamente por uma característica do estamento burocrático no sentido weberiano que faz referência a *ausência de honra pessoal por mérito próprio* (SCHWARTZMAN, 2007.p.97) e sugere a adoção do termo neopatrimonialismo como sendo *a existência de uma racionalidade de tipo exclusivamente “técnico”, onde o papel do contrato social e da legalidade jurídica seja mínimo ou inexistente* (SCHWARTZMAN, 2007.p.103).

José Murilo de Carvalho (1997) já havia mediado a questão na interpretação de que as postulações podem ser contestadas em termos empíricos, justamente por serem difíceis de mapear, mas do ponto de vista teórico e conceitual ambos são consistentes. E concluiu que a terminologia segue com razoável precisão dos tipos ideais weberianos e mantém a relação das consequências teóricas com a prática da política no Brasil. *Isto é, da postulação do*



*patrimonialismo deriva um estilo político baseado na cooptação, no clientelismo, no populismo, no corporativismo de Estado* (CARVALHO, 1997. p.5).

Nós seguimos a compreensão de Carvalho (1997) no entendimento de que existem muito mais características que se alinham ao tipo ideal weberiano do que pontos de desalinhamento, além do que em nossa compreensão a proposta neopatrimonialista não evidencia uma característica que na nossa leitura é fundamental na caracterização do capitalismo com características patrimoniais no Brasil, o formalismo<sup>1</sup>.

Alguns pontos importantes que podemos deprender destas leituras sobre a história e cultura brasileira e que dizem respeito ao campo do fomento à inovação. Primeiro, que o capitalismo não pode ser tomado como único no mundo que vivemos, e nem mesmo que o modelo que prevalece nos Estados Unidos seja necessariamente a convergência do desenvolvimento (BRESSER-PEREIRA, 2011). Segundo, a presença do Estado brasileiro é evidentemente mais forte do que na realidade norte-americana, por exemplo, e desempenhou na história papel importante na modernização do país (CASTOR, 2000. p.5). Um terceiro ponto será desenvolvido com mais detalhe na próxima seção, e diz respeito às feridas culturais profundas que os anos de colonização exploratória deixaram no empresariado brasileiro, marcas que ainda se mostram como barreiras e dificuldades para o desenvolvimento.

É pela complexidade das relações do contexto histórico e cultural, e a necessidade ler os fenômenos econômicos imbricados neles, que compreender o fomento à inovação se torna um desafio estimulante, provocativo e útil para a construção de novos caminhos que possam despertar atores e ajudar o país a se desvencilhar de seus entraves históricos.

---

<sup>1</sup> A concepção *neopatrimonialista* guarda uma preocupação com o totalitarismo; refere-se a ideia de que os regulamentos, as normas absorveriam os interesses dos governantes e a simples aplicação “técnica” das regras seria o caminho para o cumprimento de seus interesses individuais, adquirindo formas totalitárias. Embora essa abordagem também possa encontrar eco em nosso contexto, entendemos que essa compreensão afasta a ideia de *formalismo*, que se encontra no distanciamento do que é prescrito para o que realmente é cumprido no mundo real, uma vez que sugere que o cumprimento técnico da norma levaria a vontade totalitária do governante. Nesse sentido o termo patrimonialista na visão de Faoro (2003), guarda as características formalistas muito presentes na realidade brasileira.

### 2.5.2. Os governos e o empresariado

O empresário ocupa papel de destaque na teoria econômica neoliberal e também na perspectiva dos ciclos de desenvolvimento e inovação de Schumpeter. Esta seção fará uma incursão sobre aspectos históricos da formação do empresariado brasileiro, bem como sobre a relação do empresariado com os Governos, especialmente no que diz respeito às estratégias de desenvolvimento, ou a falta delas.

O Brasil experimentou uma tardia industrialização, durante todo o período colonial não houve interesse em desenvolver no país uma nação, muito menos um sistema industrial. O interesse nessa época era explorar as riquezas naturais e levar o dinheiro para a Portugal, o que se esperava das capitânicas hereditárias é que se extraísse o máximo dos recursos naturais do Brasil e enviasse para a Metrópole. Os donatários das capitânicas hereditárias gozavam de liberdade absoluta e ausência cobranças para enriquecer rapidamente e aproveitar sua aposentadoria em terras Portuguesas. Eram características desse período o **immediatismo**, o **desinteresse pelo longo prazo** e o **descaso com a preservação das riquezas** naturais, marcas que deixaram sequelas culturais definitivas (CASTOR, 2000).

Outra característica marcante do período colonial foi a **improvisação**, quando o Estado precedeu a existência de um povo. Havia mais cargos na coroa do que gente para ocupa-los, até a instauração da República, quando da noite para o dia houve a necessidade de se formar um governo, sem referências culturais e históricas a improvisação foi marca desde o início em nossas terras (FAORO, 2013).

No entanto, mais do que refletir um traço de indolência tropical e de preguiça intelectual, o alto nível de improvisação brasileiro reflete duas coisas: em primeiro lugar, **a presença opressiva do colonizador**, que não deixava espaços para o desenvolvimento autônomo das comunidades e da *entrepreneurship*, a capacidade empreendedora da população, que foram a regra, por exemplo, do processo de construção nacional dos Estados Unidos, país que é contemporâneo do Brasil em termos de ocupação territorial e populacional; e, em segundo, a falta de um quadro de referências culturais, históricas e políticas mais amplo, que resultou exatamente dessa presença sufocante do Estado português na vida nacional dos brasileiros. (CASTOR, 2000. p.32 – Grifo nosso)

A improvisação tem um aspecto que favorece a criatividade portanto poderia ser visto como facilitadora do processo de inovação, porém Castor (2000) faz uma leitura muito perspicaz sobre o efeito da presença opressora dos colonizadores **castrando o potencial**

**empreendedor**, à medida que o que se pretendia aqui era apenas colher, pilhar a terra para enriquecer rapidamente através da exportação de *commodities*.

Os poucos empresários que se aventuravam a querer produzir no país encontravam entraves tão grandes por parte da coroa que tornava absolutamente inviável produzir em terras brasileiras. Com o enfraquecimento do comércio com as Índias as primeiras experiências industriais procuravam reproduzir em terras brasileiras as fábricas europeias, em um processo de importação de tecnologias. Não apenas as máquinas eram importadas, mas todo o conhecimento industrial não chegava aos empreendedores brasileiros, que mais uma vez tinham que improvisar, errar, errar e errar novamente, até conseguir acertar em algo (CASTOR, 2000).

As relações de dependência do Estado Português se repetiram aqui, isso porque os industriais que agora se “arriscavam” por aqui eram cortesãos e militares reformados, amigos, que a pedido da coroa começam a produzir riquezas no Brasil. Com a vinda da Coroa para o Brasil o empresariado brasileiro desenvolve uma profunda dependência psíquica do Estado:

Como em Portugal, era ao Estado que empresários, intelectuais e membros das mais diversas elites **solicitavam e recebiam favores, isenções, concessões, proteção contra concorrentes** e honrarias várias, as quais eram pagas com submissão, servilismo e obediência. A regra é que, a cada problema e a cada dificuldade, a sociedade erguesse os olhos súplices para o estamento burocrático, pedindo sua ajuda e implorando por proteção. **Essa profunda dependência psíquica em relação ao Estado ainda está fortemente enraizada em nossa cultura empresarial e administrativa.** (CASTOR, 2000. p.28 – grifo nosso)

Com o interesse do governo em produzir em terras brasileiras, grandes senhores foram convidados a montar empresas com todas as garantias e apoio que o governo poderia dar. Criaram-se nichos superprotegidos com garantias excepcionais para os amigos da coroa que decidissem colaborar com o governo.

Essa relação de compadrio, favoritismo, e as características de dominação, subordinação e submissão do patrimonialismo, produziram uma **dependência** do empresariado brasileiro para com o governo, característica que marca profundamente essa relação e pode ser observada em alguns momentos históricos. Segundo Souza, Torres e Lucas (2011) essas características moldam uma “personalidade do colonizado” que se reflete nas organizações como barreiras para adoção de práticas de inovação.

Bresser Pereira e Diniz (2009) caracterizam a partir dos anos 1930, com ascensão de Vargas ao poder, três períodos históricos distintos de orientação econômica e da relação entre

o empresariado e o Estado brasileiro. O primeiro período, dos anos 1930 a 1980 refere-se a um momento histórico nacional-desenvolvimentista que amplia a participação do empresariado industrial em uma coalisão com a burocracia pública e o aproxima da tomada de decisão do governo. Os anos 1980 mostrou o desgaste do modelo de substituição de importações, em um momento que o Brasil enfrentava grande crise com a dívida externa em alta; o crescimento das ideias neoliberais levaram o país ao segundo período. Os anos 1990, foram marcados por uma forte ideologia neoliberal. Por fim os anos 2000 marcam uma retomada de uma proposta desenvolvimentista nacionalista.

Retomamos rapidamente os movimentos macroeconômicos desde a Revolução de 1930, por representar um marco importante para a compreensão das relações do empresariado com o Estado brasileiro. Os governos de Vargas são considerados liberal-desenvolvimentistas e a postura autoritária nacionalista, com forte presença do Estado na economia acabou por incentivar a indústria nacional com o objetivo de substituição das importações. Motivados pela crença de que o Estado era a única força capaz de modernizar de maneira rápida e profunda o país, os revolucionários dominaram áreas estratégicas agindo diretamente por meio de empresas públicas e mistas e estimulando e protegendo empresários privados (CASTOR, 2000. p.54).

A revolução de 1930 marca o início da era de ouro das empresas estatais. A força do governo criou um espécie de “capitalismo público” (CASTOR,2000), com empresas públicas e mistas que funcionavam conforme a lógica de mercado. Nesse período a afluência de gerentes e administradores advindos de empresas privadas, trouxe para essas empresas uma lógica de eficiência e racionalidade em uma forma do próprio Estado driblar a burocracia estatal e acelerar o desenvolvimento de áreas consideradas estratégicas para o desenvolvimento nacional (MARTINS, 1985; CASTOR, 2000). É nesse contexto que surgem a Petrobrás, Eletrobrás, CSN-Companhia Siderúrgica Nacional, o BNDE-Banco Nacional de Desenvolvimento, e muitas outras agências e empresas ao ponto de o governo não saber em quantas empresas o Estado tinha parte, chegando a realizar um censo para tentar mapeá-las (CASTOR, 2000).

O início dos anos trinta também marca uma época em que os industriais ocupavam lugar de prestígio na conjuntura política especialmente por dois interesses do Estado Varguista: Deslocar o polo dinâmico da economia da agricultura para a indústria e deslocar o problema das relações entre capital e trabalho da esfera policial para a política. No entanto no entendimento do empresariado a segunda questão não lhe interessava, por acreditar que mediar o conflito de classes era tarefa do governo. É nesse contexto que se institucionaliza o corporativismo no Governo Vargas (COSTA, 1998).

Nessa época que se evidencia a clivagem social da sociedade brasileira, diferente de outros países que as classes estão divididas entre burguesia e proletariado, no capitalismo patrimonialista brasileiro, como vimos, a clivagem se dá entre o estamento e o resto da sociedade. Nesse sentido, o empresariado tem dificuldade em se constituir como classe burguesa. Os empresários amigos do estamento são favorecidos das mais diferentes maneiras, o restante está sujeito a mudança constante da legislação e da intervenção do Estado, o que dificulta a constituição de uma elite burguesa.

A partir desse contexto que surge a FIESP-Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, como representante dos interesses dos industriais paulistas (não dos grandes e influentes que tinham acesso direto ao Governo) como contrapartida aos benefícios constitucionais que a classe trabalhadora recebe na nova constituição. A Lei do **Sindicalização** de 1931 (BRASIL, 1931) abre espaço para a constituição de um sindicato patronal que pudesse representar a indústria nacional. O empresariado vê uma oportunidade de ganhar força política e assim surgem as federações e sindicatos das indústrias (COSTA, 1998). O sistema de intermediação entre empresários emergentes e os trabalhadores urbanos marcou o início do sindicalismo e corporativismo patronal no País (MANCUSO, 2007).

A Lei da Sindicalização confere aos sindicatos patronais, um poder **coercitivo** para dar impulso aos seus trabalhos. A contribuição compulsória e o acesso monopolizado às negociações com o governo, somados a tradicional característica autoritária das lideranças brasileiras, permitiu que os sindicatos patronais arregimentassem coercitivamente novos associados e engrossassem o poder de sua influência (COSTA, 1998). Não obstante, a contribuição compulsória é um dos pontos cinzentos dessa relação. No Paraná as empresas pagam compulsoriamente o valor de 2,5% sobre a folha de pagamento de funcionários, sendo destinados 1,5% para Sesi e 1% para Senai (FIEP, 2016c).

Outro aspecto revelado pelo trabalho de Costa (1998) é a relação “*infantilizante*” da proteção dos empresários em relação ao mercado, que acabaram por criar uma *mentalidade de “direito à proteção”* (COSTA, 1998. p.119). A postura corporativista criou distorções de mercado que contrariam radicalmente a ideia de mercado neoliberal, e o poder da concorrência de ajustar as relações:

Os novos recursos foram usados para diversos fins. Um deles foi a organização de **carteis**. Já em 1932, a resistência a sindicalização é contornada com a utilização dos sindicatos patronais como instrumentos de cartelização. Tendo a sua disposição recursos de coerção garantidos pela lei de

sindicalização, dos sindicatos que foram se organizando em alguns ramos da indústria, consolidam-se aqueles que utilizam as **prerrogativas sindicais como instrumentos de imposição de preços e práticas uniformes no mercado.**

O procedimento começa a se difundir, generaliza-se como rotina e é institucionalizado em 1935. **A cartelização promovida pelos sindicatos substitui a competição pela cooperação compulsória.** O mercado é organizado pelo sindicato, que começa a criar barreiras à entrada no mercado e no sindicato...

O corporativismo serviu para deflacionar os custos da organização do capital. Ao tornar obrigatória a sindicalização o Estado forneceu a classe patronal instrumentos para organizar e controlar, de fora do mercado, a competição e os conflitos intra-classe gerados no mercado.

**Em outras palavras, a intervenção do Estado na organização das relações de classe garantiu o desenvolvimento da identidade capitalista fora do mercado, ao mesmo tempo em que forneceu ao capital os instrumentos necessários a organização do próprio mercado** (COSTA, 1998. P. 124 – Grifos nossos).

A intervenção do Estado produziu um capitalismo sem competição e livre do ônus da negociação com o movimento operário. Em outras palavras, o Estado assumiu os custos e permitiu que os sindicatos organizassem o mercado, protegendo as estruturas existentes, resistindo aos processos modernizantes, que colocam em risco empresas ineficientes, e ameaçam o poder político dos sindicalizados, evitando a autofagia empobreceu a capacidade competitiva da indústria. Castor (2000) fala de um “capitalismo protegido”, onde as empresas não estariam sujeitas aos riscos de mercado e que o sucesso dependia em grande medida das boas graças e favores dos governantes. No tipo ideal weberiano de mercado, o livre comércio e a livre concorrência encontram nas *relações associativas estamentais monopolistas* uma barreira para o seu desenvolvimento (WEBER, 1999). É exatamente o que descreve Costa (1998) ao analisar o fortalecimento do corporativismo no país:

**No corporativismo, a atribuição de identidade de classe e de identidade política resultam de um só ato do Estado:** o reconhecimento das associações que se organizam sob o formato definido em lei, como únicas representantes dos interesses da classe a que pertencem. O Estado atribuiu identidade de classe a grupos capitalistas, independentemente do mercado, quando, oferecendo incentivos a sindicalização, proporcionou a alguns indivíduos, firmas ou “sindicatos”, recursos para organização de suas entidades de classe. Abrindo-lhes espaços nas estruturas decisórias, permitiu aqueles grupos nelas inseridos decidir sobre as condições de entrada e permanência no mercado...

**Aqui o corporativismo garantiu um capitalismo sem competição no mercado e sem a ameaça do movimento operário.** Garantiu para as associações patronais o melhor dos mundos, onde as reivindicações da classe operaria passaram a ser respondidas diretamente pelo Estado. **As corporações patronais, “liberadas” dos custos da luta de classes, puderam investir os**

**recursos distribuídos pelo Estado (incentivos político-administrativos e econômicos) na organização, regulação e controle de suas relações de mercado, evitando a autofagia da competição.**

Os mecanismos corporativos postos à disposição da classe patronal ao longo dos anos trinta, preservam sua funcionalidade podendo ser acionados sempre que está se veja ameaçada pela desorganização e reestruturação do mercado. Além disso, a inserção, em uma nova ordem, moderna, internacional, aberta e plural, pressupõe (como pressupunham em trinta) a criação de canais de acesso a esta modernidade. **De novo, as circunstâncias do mercado e os interesses de sobrevivência da classe tornam racional preservar estruturas e mecanismos já existentes**, nos quais ainda repousam a capacidade de decisão política, de agregação e unificação de classe, ameaçadas hoje pela própria ordem da qual depende sua sobrevivência. (COSTA, 1998. P. 125 – Grifos nossos)

A Lei da Sindicalização de 1931 (BRASIL, 1931), permitiu o surgimento do nosso objeto de pesquisa, a Federação das Indústrias do Estado do Paraná, que nasceu em 1944, talvez não com a mesma força da FIESP, porém com a mesma lógica, ambas afiliadas à Confederação Nacional das Indústrias-CNI. As relações descritas por Costa (1998) ainda podem ser observadas nos dias atuais e nos ajudaram a compreender alguns dos significados das relações entre os atores envolvidos com a inovação. Retomaremos alguns dos aspectos apresentados na discussão desta dissertação.

A era desenvolvimentista de 1930 a 1980 produziu a base da indústria nacional. Os anos 1980 marcam a crise do modelo nacional desenvolvimentista. A crescente pressão para internacionalização e o fracasso do plano cruzado, em 1987, jogam o país em uma crise da dívida externa, pressionando o povo com a inflação, que culmina com a eleição de Collor, em 1990. Depois de quatro anos de uma ausência de propostas, em 1991, forma-se uma nova coalizão que passa a ser dominante no país, *formada por rentistas que vivem de juros, pelo setor financeiro e pelos interesses estrangeiros no Brasil* (BRESSER-PEREIRA; DINIZ, 2009).

Empresários e industriais aderem a hegemonia neoliberal e sua perspectiva cosmopolita e são participantes de sua própria perda de poder. Os empresários revelaram-se incapazes de articular uma proposta que pudesse ocupar o modelo nacional-desenvolvimentista, isso porque ao mesmo tempo pediam por desestatização, eram favoráveis ao mercado, mas ao mesmo tempo queriam a proteção estatal para amparar as dificuldades iniciais (DINIZ, 1997; MANCUSO, 2007). Um dos motivos da incapacidade do empresariado em assumir liderança nos assuntos macroeconômicas, estão associadas à postura **lobista** e corporativista de luta por interesses específicos, como a redução do Custo Brasil, por exemplo (MANCUSO, 2004).

O neoliberalismo se apresenta como única proposta e muda a agenda nacional com privatizações, abertura para o mercado internacional o que acaba por diminuir a influência do empresariado nacional sobre as políticas públicas. Os governos de Fernando Henrique Cardoso concretizaram essa agenda e com a moeda estável um período de crescimento ocorreu no país. Porém a abertura do mercado, permitiu a entrada de multinacionais que compraram grandes grupos nacionais e acabaram com outros que estavam estagnados no protecionismo de outrora (BRESSER-PEREIRA; DINIZ, 2009; DINIZ, 1997).

O início dos anos 2000 marca uma nova guinada na política industrial brasileira. Com a eleição de Lula, o governo retoma uma característica mais nacionalista e volta a dialogar com a classe industrial. Financiamentos e incentivos fiscais revigoram a indústria que volta a crescer.

Entretanto, o caráter sindical e de esquerda do governo leva a burguesia brasileira como um todo e, especialmente, seus setores mais conservadores e globalistas a se sentirem fora do poder. Vivem, assim, uma **contradição** que sempre caracterizou a burguesia industrial brasileira: identificam-se com governos nacionalistas porque se sentem mais fortes então, mas insistem em suas perspectivas liberal e internacionalista que os aproxima do capitalismo dominante (BRESSER-PEREIRA; DINIZ, 2009, p.99 – Grifo nosso).

É somente nesse último ciclo de desenvolvimento que o Governo passa a fomentar a inovação. Os ciclos anteriores, especialmente dos anos 1930 aos 1980 estiveram pautados na substituição de importações e na criação de produtos de valor que pudessem ser exportados. A dependência do empresariado brasileiro em relação ao governo manifesta-se mais uma vez quando chamado a assumir protagonismo diante do mercado e mostra-se ineficiente e reticente como veremos na análise dos dados encontrados.

## 2.6. *FRAMEWORK* TEÓRICO

Nosso ponto de partida teórico é a compreensão de que são as relações entre os atores que constituem o campo do fomento à inovação (FLIGSTEIN; McADAM, 2012). Essas relações se dão através de ações que estão baseadas em significados, compreensões do mundo construídas socialmente (SIMMEL, 2011) e fruto de uma imersão social no contexto cultural e histórico onde acontecem (SWEDBERG, 2005).

O olhar da Sociologia Econômica nos orienta a estabelecer relações entre a economia e o fenômeno social (TRIGILIA, 2002), por isso resgatamos o contexto histórico-social brasileiro



e a compreensão de que desenvolvemos no Brasil um capitalismo dependente (BRESSER-PEREIRA, 2011), com características patrimonialistas (FAORO, 2013). No capitalismo brasileiro o Estado ocupa um papel central de indutor do desenvolvimento (BRESSER-PEREIRA, 2011), e as relações entre o público e o privado estão marcadas por favorecimentos e apropriações (FAORO, 2013). O tradicional e moderno, a proximidade e a familiaridade do sujeito e a impessoalidade do indivíduo se alternam em um dilema constante (DA MATTA, 1979) e permanente onde o formalismo e o jeitinho aparecem como mediadores dessa relação (BARBOSA, 1992). Estas instituições que moldam as relações econômicas (TRIGILIA, 2002).

A inovação, mola propulsora do desenvolvimento capitalista (SCUMPETER, 1997), não acontece no vácuo (CASTILA; HWANG; GRANOVETTER, 2000), antes pressupõe relações de cooperação entre o público e o privado, no contexto social brasileiro elas tornam-se ainda mais complexas (SPINK, 2003). As relações entre Estado e capitalismo referem-se a relação entre os poderes políticos e econômicos, entre os interesses do cidadão e da propriedade privada (FOURCADE; STREECK, 2015).

A cooperação e a colaboração são imprescindíveis para os processos de inovação (BESSANT; TIDD, 2009), e o formato das relações Universidade-Governo-Empresas difundidas pela trílice hélice (LEYSERDORFF; ETZKOWITZ, 1998) se mostram como um modelo para o desenvolvimento dos países. Porém este é um modelo monocultural anglo-americano (EVANS, 2003), pensado para países com economias baseadas em conhecimento. É preciso olhar para essas relações com outro olhar, não apenas instrumental, mas de como estas relações envolvem disputas (FLIGSTEIN; McADAM, 2012).

As relações entre os empresários brasileiros e o Estado estão marcadas por uma profunda dependência construída pela presença opressora dos colonizadores portugueses (CASTOR, 2000) e perpetuada por governos autoritários e suas políticas protetoras como na criação de sindicatos patronais da era Vargas (COSTA, 1998).

A Teoria dos campos permite a visualização dessas relações como campos subjetivos, arenas onde os atores disputam para obter vantagens (FLIGSTEIN; McADAM, 2012). Compreender como os significados da inovação orientam as ações dos atores no campo do fomento à inovação, à partir deste *framework* teórico, é que se constituiu o desafio desta dissertação.

Gráfico 1 - *Framework* Teórico

TEORIA	RELAÇÕES	ATOR	AÇÃO	INSTITUIÇÕES
<b>SOCIOLOGIA ECONÔMICA</b>	Relacionar Economia e Fenômeno social (TRIGILIA, 2002)	Ator é movido por outras razões além das instrumentais (BECKERT, 1997)	Ação é fruto da imersão social (SWEDBERG, 2005)	Instituições socialmente construídas (SWEDBERG, 2005)
<b>TEORIA DOS CAMPOS</b>	Campos como arenas onde atores disputam por vantagens (FLIGSTEIN; McADAM, 2012)	Atores habilidosos constroem significados (FLIGSTEIN, 2007)	Ações estratégicas moldam o campo (FLIGSTEIN; McADAM, 2012)	Campos são subjetivos (FLIGSTEIN; McADAM, 2012)
<b>SIGNIFICADOS</b>	São visões compartilhadas de mundo (SIMEL, 2011)	Atores dominantes são eficazes na construção de significados (DUBUISSON-QUELLIER, 2013)	Significados orientam as ações (BECKERT; MUSSELIN, 2013)	O valor nasce de percepções não lógicas: Sentimentos, experiências. (SIMEL, 2011)
<b>INOVAÇÃO</b>	Pressupõe relações de cooperação público-privada (BESSANT; TIDD, 2009)	Empresário é o ator principal (SCHUMPETER, 1997)	Criação de algo novo que gere valor (OECD, 2005)	Tríplice Hélice modelo de desenvolvimento (LEYSERDORFF; ETZKOWITZ, 1998)
<b>CAPITALISMO PATRIMONIALISTA</b>	Relações de favorecimento, compadrio (FAORO, 2013)	Empresários dependentes do Estado (CASTOR, 2000)	Estado indutor do desenvolvimento (BRESSER-PEREIRA, 2011)	Burocracia a serviço do estamento (FAORO, 2013)

Fonte: O autor.

### 3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa foi desenvolvida sob uma orientação construtivista-interpretativa (DENZIN; LINCOLN, 2006) e a partir da Sociologia Econômica procurou descrever e explicar o campo do Fomento à Inovação no Paraná, bem como compreender os significados da inovação para os diferentes atores, considerando as questões sociais e históricas que influenciaram a formação e manutenção desse campo.

Com o intuito de alinhar os pressupostos teóricos, os objetivos a serem alcançados e os procedimentos metodológicos que foram adotados, esta pesquisa se orientou por uma abordagem qualitativa, visto que assume o pressuposto de que a realidade é construída dentro do campo a partir do relacionamento dos atores, e procura compreender relações entre conceitos e não estabelecer relações de causa e efeito entre eles (SAMPAIO, 2001).

A pesquisa é descritiva com corte transversal (TRIVIÑOS, 1987; DENZIN; LINCOLN, 2006), por realizar a coleta dos dados em um único momento. A pesquisa descritiva qualitativa se caracteriza pela riqueza de detalhes e pela consideração da subjetividade do pesquisador na interpretação das informações que coleta no campo. *O pesquisador, por sua vez, pode ser visto como um bricoleur, um indivíduo que confecciona colchas, ou, como na produção de filmes, uma pessoa que reúne imagens transformando-as em montagens* (DENZIN; LINCOLN, 2006. p. 18).

Definição do objeto: *Os campos de ação estratégica, na teoria escolhida, são ordens sociais construídas que definem uma arena dentro da qual um conjunto de atores consensualmente definidos e mutuamente sintonizados disputam vantagens* (FLIGSTEIN; McADAM, 2012, p.64.). Não são campos objetivos, formalmente constituídos e necessariamente com regras formais. Eles são mais abstratos e sua definição é um dos primeiros desafios dos pesquisadores.

Uma forma de definir o campo de ação estratégica é partir de uma organização formal, essa sim objetivamente constituída, com regras formais. Isso porque geralmente organizações formais ocupam papel central nos *campos de ação estratégica* (FLIGSTEIN; McADAM, 2012). Mas também é necessário escolher qual *ação* estratégica será observada, e se existem atores que se reúnem ao redor dela para conformar um campo.

Foi a partir dessas compreensões que se empreendeu uma pesquisa exploratória inicial, e entendeu-se que a FIEP seria escolhida como a organização formal com grande potencial para se investigar *ação estratégica* de Fomento à Inovação no Paraná. Especialmente pelo fato de a FIEP ser um ator bastante presente em programas de inovação e ocupar o papel de agência de fomento. Ela representa um elo intrigante do processo de fomento à inovação no país; uma vez que se trata de uma organização privada que possui uma relação bastante intrincada com o poder público, uma relação complexa que pode se mostrar interessante e com certeza rica como ponto de partida para mapear o campo.

Esta pesquisa observou critérios de qualidade. Paiva Junior, Leão e Mello (2011) elencam seis critérios importantes para a qualidade da pesquisa que foram observados neste trabalho. São eles: Triangulação, Reflexividade, Construção do *corpus* da pesquisa, Descrição clara, rica e detalhada, Surpresa e *Feedback* dos informantes.

Triangulação: Foram coletados dados primários e secundários. Os dados primários coletados através de entrevistas semiestruturadas (FONTANA; FREY, 2005; GODOI; MATTOS, 2006), e os dados secundários através de pesquisa documental por internet e junto à FIEP. A triangulação desses dados nos possibilitou uma visão mais completa do campo e serviu como instrumento de validação (PAIVA JUNIOR; LEÃO; MELLO, 2011). Os documentos foram reunidos em arquivos digitais, as entrevistas coletadas com gravação de áudio e posterior transcrição.

Reflexividade: A reflexividade se constitui um ponto importante para a pesquisa qualitativa, especialmente no tipo de pesquisa que escolhemos empreender. Compreender as relações e descrever um campo social requereu vigilância autorreflexiva do pesquisador, pois constantemente surgiam *novos padrões e combinações de sentimentos, pensamentos e ações emergentes nas interações conversacionais não antes identificados no plano interativo das organizações* (PAIVA JUNIOR; LEÃO; MELLO, 2011, p.199).

A estruturação e o planejamento de uma pesquisa qualitativa é bastante aberta e por isso mais difícil de organizar, alguns pontos como a escolha de um campo, a definição de teorias, e o foco na coleta de dados podem ajudar a conferir um maior grau de estruturação e confiabilidade à pesquisa (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 1999). Nesse sentido esta pesquisa foi organizada nas seguintes etapas:

A primeira etapa reuniu **73 documentos** (Apêndice B), como manuais, *folders*, legislação, notícias, coletados através de internet e visitas pessoais à FIEP. Estes documentos nos ajudaram a compreender as instituições, sua posição histórica e indicar os possíveis atores do campo. Esta permitiu a definição de algumas questões e um maior direcionamento para o aprofundamento na segunda fase da pesquisa (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 1999). A coleta de documentos estendeu-se durante todo o processo da pesquisa, organizamos aqui em etapas sucessivas apenas como um recurso didático para facilitar a compreensão dos passos realizados.

Após a coleta dos documento uma primeira análise desse material foi realizada, por meio de leitura detalhada, o que ofereceu uma primeira compreensão sobre o campo e o direcionamento das entrevistas. O conteúdo desses documentos permitiu a elaboração de um questionário semiestruturado mais adequado para guiar as entrevistas. Usamos como base para a elaboração das entrevistas, além dos dados documentais coletados, as indicações metodológicas de Fligstein e McAdam (2012), para mapear o campo e os atores.

Uma das principais bases metodológicas deste trabalho será a Teoria de Campos de Fligstein e McAdam (2012) que oferece um roteiro metodológico que procuraremos seguir para delinear o campo. O roteiro de Fligstein procura responder às seguintes questões, que ele considera as mais relevantes e complicadas:

- Definir operacionalmente e verificar a existência do campo;
- Diferenciar as ações estratégicas do campo entre emergente, estável e em transformação;
- Avaliar as relações críticas entre qualquer campo dado e atores “externos”, especialmente os imbricados com vários campos do Estado.
- Dar crédito ao papel das habilidades sociais e ações empreendedoras dentro do campo.

Para Fligstein e McAdam (2012), um primeiro desafio do pesquisador é perceber o estágio que o campo se encontra, emergente, estável ou em transformação, e para isso oferece um roteiro de questões para cada uma dessas fases. A aproximação com o campo por meio da coleta de documentos realizada na primeira fase, no permitiu definir que **o campo do fomento à inovação no Paraná é um campo emergente ou em formação.**

Em decorrência dessa decisão, além das informações provenientes da coleta e análise dos documentos da primeira fase, seguimos o roteiro de Fligstein e McAdam (2012) como orientador para a formação dos questionários semiestruturados que utilizamos nas entrevistas (Apêndice A). Importante ressaltar que houveram pequenas alterações nas perguntas conforme o entrevistado, e que muitas vezes outros assuntos levantados pelo entrevistado foram explorados. A seguir as perguntas do roteiro de Fligstein e McAdam (2012):

1. A formação ou emergência de um Campo: esta é uma das fases mais desafiadoras para os pesquisadores, as questões importantes são as seguintes:
  - a. Quem eram os principais atores que disputavam o controle do campo emergente?
  - b. Quais eram as diferentes concepções estratégicas de ação no campo que esses atores representavam?
  - c. Que recursos - material, político, ideológico - cada combatente trouxe para a luta de formação?
  - d. Quem prevaleceu nessa luta e por quê?
  - e. Qual papel dos atores externos, se houve - especialmente atores do Estado - desempenharam no resultado do episódio de fundação?
  - f. Quais os principais termos do acordo resultantes do episódio?
  - g. Quais as unidades internas de governança, se houve, se estabilizaram neste tempo que ajudaram a criar uma rotina e salvaguardar os ajustamentos?

Construção do *corpus* da pesquisa: A segunda etapa da pesquisa consistiu da coleta de dados primários através de entrevistas. Uma primeira entrevista de aproximação com o campo foi realizada com um empresário de Campo Mourão, que é também diretor da FIEP e reconhecido no estado por seus projetos inovadores (roteiro da entrevista está no Apêndice A). A segunda entrevista foi realizada com o Diretor de Inovação da FIEP, e a partir dela mapeamos os demais atores. Entrevistou-se cada um dos atores mapeados para compreender os significados da inovação para cada um deles. O contato com a FIEP se deu através de profissionais que trabalham com projetos de inovação com os quais tivemos uma aproximação durante um curso de especialização, e mesmo através do empresário de Campo Mourão que se mostrou solícito. Através deles tivemos acesso aos diretores de inovação e as empresas onde os projetos foram realizados.

Apesar de os centros de pesquisas e universidades aparecerem no discurso e na teoria como relevantes para o processo da inovação, nenhum representante de universidade foi entrevistado. Isso porque no mapeamento dos atores, a partir dos documentos e entrevistas com os diretores da FIEP, nenhuma universidade apareceu com vínculo fundamental para a construção do campo do fomento no estado. Esse aspecto é discutido na análise desta dissertação.

Foram realizadas **cinco entrevistas em profundidade** com os atores qualificados apresentados no Quadro 2:

**Quadro 2 - Lista e qualificação das entrevistas**

NR.	QUALIFICAÇÃO	CIDADE	TEMPO DA ENTREVISTA	CARACTERES TRANSCRITOS
E1	Empresário inovador, um dos diretores da FIEP	Campo Mourão - PR	51 min	25.729
E2	Diretor de inovação da FIEP, diretor do Centro Internacional de inovação	Curitiba – PR	1h e 4 min	51.894
E3	Gerente do projeto Bússola da Inovação	Curitiba – PR	41 min	19.397
E4	Consultor de Inovação da FIEP (atualmente desligado)	Curitiba – PR	1h e 6 min	52.016
E5	Empresário, presidente de sindicato e diretor da FIEP	Maringá – PR	43 min	29.163

Fonte: O autor.

As entrevistas resultaram em **265 minutos de gravações** que foram transcritas com a ajuda do *software* Express Scribe Transcription. A **transcrição reuniu 178.199 caracteres** que foram analisados por uma Análise de Conteúdo qualitativa categorial. Pode-se definir a análise de conteúdo qualitativa como [...] *uma abordagem de análise empírica metodológica controlada de textos dentro de seu contexto de comunicação, de acordo com regras de análise de conteúdo e modelos passo a passo, sem quantificação imprudente* (MAYRING, 2000, p. 2). A análise de conteúdo pode ter como objeto de análise uma grande variedade de dados, tais como transcrições de entrevistas, anotações de observações, documentos em geral e imagens gravadas (MAYRING, 2000). Para auxiliar na categorização e análise dos dados utilizaremos o *software* ATLAS.ti. Essa análise permitiu encontrar os significados, a essência do que foi

relatado nas entrevistas. A análise de conteúdo aqui empreendida teve o objetivo de revelar os significados e evidenciar os discursos que movem os atores, mas que não são percebidos em um olhar superficial. Esta perspectiva se diferencia da compreensão da “análise do discurso” porque:

...não se preocupa com o exame do detalhe das práticas discursivas, com descrever e comparar, por exemplo, os dispositivos retóricos, metáforas ou figuras de linguagem desenvolvidas na construção de cada versão dos eventos. Em vez disso, concentra-se nos tipos de versões gerais acessíveis aos nossos entrevistados, os temas e as teorias que eles usam para estruturar e formular uma visão de mundo para estes tópicos da entrevista ou o conjunto de recursos intersubjetivamente compartilhados disponíveis para eles neste caso. (WETHERELL; STIVEN; POTTER, 1987, p. 60 – livre tradução do autor).

Descrição Clara, Rica e Detalhada: A análise objetiva dos fatos sociais observados, nos permitiu uma descrição rica e detalhada do campo do fomento à inovação no Paraná, encontrada nos próximos capítulos. A Teoria do Campos e seus pressupostos metodológicos nos ajudaram a apreender os detalhes desta complexa empreitada.

Surpresa: A Teoria dos Campos de Fligstein e McAdam (2012) representam um esforço de combinar estudos e estudiosos de diferentes áreas em uma teoria ampla que busca explicar a dinâmica social complexa de nossos dias. Essa teoria ainda foi muito pouco utilizada no Brasil e no decorrer da nossa pesquisa encontramos limitações e novas contribuições para a própria teoria, bem como *insights* que nos permitiram compreender a realidade brasileira e o contexto do fomento à inovação de uma maneira nova.

Por fim, um último critério de qualidade observado foi o *feedback* dos informantes: que consistiu em confrontar as fontes para obtenção de concordância e consentimento. Não se tratou de permitir que o ator social tivesse autoridade absoluta sobre as descrições e interpretações do pesquisador, comprometendo assim sua independência; mas sim de buscar evitar erros de interpretação e servir de critério de confirmabilidade para a pesquisa.

Com o objetivo de não fugir do foco deste trabalho perdendo o rumo proposto, organizamos a tabela abaixo os objetivos deste trabalho relacionados com as teorias e metodologias que foram utilizadas:



**Quadro 3 – Relação de objetivos e teorias**

<b>OBJETIVOS</b>	<b>TEORIAS</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b>
Geral: Compreender como os significados orientam as ações de atores públicos e privados conformando o campo do fomento à inovação no Paraná, tendo a FIEP como ponto de partida.	Teoria dos Campos (FLIGSTEIN; McADAM, 2012) Capitalismo Patrimonialista (FAORO, 2013) Significados (FLIGSTEIN; McADAM, 2012; SIMMEL, 2011; WEBER, 1999; BECKERT; MUSSELIN, 2013)	Análise documental e coleta de dados primários por entrevista semiestruturada, Análise de Conteúdo.
Descrever o campo social do fomento à inovação no Paraná;	Teoria dos Campos (FLIGSTEIN; McADAM, 2012)	Análise documental e coleta de dados primários por entrevista semiestruturada. Análise de Conteúdo.
Identificar os atores do campo do fomento à inovação no Paraná, tendo a FIEP como ponto de partida;	Teoria dos Campos (FLIGSTEIN; McADAM, 2012)	Análise documental e coleta de dados primários por entrevista semiestruturada. Análise de Conteúdo.
Compreender como os significados da inovação para os atores públicos e privados orientam as ações que conformam o campo;	Teoria dos Campos (FLIGSTEIN; McADAM, 2012) Capitalismo Patrimonialista (FAORO, 2013) Significados (FLIGSTEIN; McADAM, 2012; SIMMEL, 2011; WEBER, 1999; BECKERT; MUSSELIN, 2013)	Análise documental e coleta de dados primários por entrevista semiestruturada. Análise de Conteúdo.

Fonte: O autor.

#### 4. ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO: DESENHANDO O CAMPO DO FOMENTO A INOVAÇÃO NO PARANÁ

A leitura que fazemos a partir dos dados coletados nessa dissertação é que o campo do Fomento à inovação confirmou-se como um **campo em formação**. Definimos o campo do fomento à inovação como um campo em formação por entendermos que existem poucas Unidades Internas de Governança (IGU) atuantes nesse momento. Apesar de existirem marcos legais, como a Lei da Inovação (BRASIL, 2004), a falta de regulamentação e de acordos (*settlements*) estabilizadores são indicações de que este é um campo emergente.

A evidente quantidade de disputas que estão acontecendo nesse momento no campo dão pistas de que pelo menos dois grandes discursos brigam por espaço e legitimação dentro do âmbito de atuação da FIEP: A inovação como estratégia macroeconômica e a inovação à serviço do corporativismo. Existe uma disputa por legitimação de significados que sustentem o campo. Esses discursos alternam-se no campo, em alguns momentos as ações são legitimadas por um desses discursos e em outro momento por outro.

Mesmo evidenciando a emergência do campo, pode-se perceber a proeminência do Estado como Dominante histórico do campo. Os acordos que estruturam o campo estão sendo construídos através principalmente de suas ações, como através do financiamento proveniente de agências estatais como o FINEP e o CNPq.

Antes de detalharmos os significados de cada um desses discursos, vamos descrever os principais atores encontrados que estão envolvidos nas disputas do campo do fomento a inovação no Paraná. São eles a FIEP, o Governo, as Empresas e as Universidades.

A FIEP: A Federação das Indústrias do Estado do Paraná é uma entidade paraestatal, serviço social autônomo que representa as indústrias do estado do Paraná. Ela reúne o SESI, o SENAI e o IEL. A FIEP faz parte da Confederação Nacional das Indústrias CNI. A FIEP posiciona-se como uma entidade independente, portanto não integrante da administração pública, e que atua, nas palavras do atual presidente Campagnolo, *na defesa dos interesses do setor e estruturada para o atendimento das reais necessidades da indústria*. (FIEP, 2015).

As agências reguladoras e agências de fomento são também chamadas de paraestatais. Poderíamos enquadrar, por definição, a FIEP e outras paraestatais com Unidades Internas de Governança (IGU) na Teoria dos Campos. Elas são responsáveis pela manutenção da estabilidade dos campo, regulando e garantindo através da fiscalização e controle a manutenção dos interesses do Dominante. Porém a FIEP, definitivamente não se enquadra nessa definição uma vez que ela atua em interesse próprio e de seus associados.

A FIEP se constitui uma poderosa força política sindical patronal, uma vez que é constituída pela associação de **108 sindicatos empresariais** do Estado. Ela coordena, protege e representa legalmente as 54 mil estabelecimentos industriais do Paraná. A diretoria da FIEP é formada por eleição de membros pertencentes aos sindicatos patronais (FIEP, 2016a). A entidade administra recursos da ordem 450 milhões de reais, mais do que a arrecadação da maioria dos municípios paranaense. Por isso também é alvo de disputas políticas.

Esta disputa se evidenciou na última eleição para presidente, no final do ano de 2010, onde concorreram à presidência Luiz Campagnolo e Ricardo Barros. Luiz Campagnolo venceu com 80% dos votos, e entre os motivos está o fato de os industriários não reconhecerem Ricardo Barros como empresário, e sim como um político de carreira. Em seu discurso de posse, “a FIEP nas mãos dos empresários”, Campagnolo reafirmou seu compromisso com os interesses da indústria e resgatou um discurso voltado aos interesses corporativos dos empresários. Discurso esse que o presidente anterior, apesar de ter apoiado Campagnolo, se afastava.

O industriário brasileiro tem ao longo da história assumido uma postura bastante dependente e corporativista em relação ao estado (COSTA, 1998; CASTOR, 2000). Postura que foi reforçada por políticas públicas como a criação de sindicatos patronais que criaram guetos de proteção da livre concorrência de mercado e atrofiaram a indústria nacional, especialmente no que diz respeito à inovação. Rodrigo Rocha Loures foi responsável por uma mudança no discurso e nas ações da entidade.

Rocha Loures participou, durante o Governo Lula, do **Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República**, ele tinha uma visão muito mais ampla da participação do empresariado no desenvolvimento do país.

Não é apenas pagando impostos, gerando empregos e produzindo riquezas que nós, os empresários, vamos cumprir o nosso papel de promotores do desenvolvimento. Precisamos ir além disso. Precisamos passar a exercer uma liderança cada vez mais relevante ao fortalecimento da sociedade e saneamento da política pública no Brasil.

Ir além da afirmação de que o crescimento econômico resolverá os problemas do país. Ir além da reclamação contra os altos impostos e da luta pela redução dos juros. Além da reivindicação por políticas públicas de concessão de privilégios setoriais.

Precisamos também parar de falar apenas para nós mesmos. Nossa tônica eminentemente corporativa não consegue dialogar com o resto da sociedade. Foi assim que até hoje participamos da política com uma agenda setorial, seja através de estudos de alto nível entregues as autoridades, seja articulando lobbies nos parlamentos ou nos poderes executivos, ou financiando candidaturas nas eleições. Por isso, nos convertermos em atores políticos subalternos. (FIEP, 2010a)

O conhecimento histórico e político do envolvimento do empresariado com o desenvolvimento do país, fizeram com que Rocha Loures propusesse uma “agenda de desenvolvimento”. No seu entendimento, são cinco as questões essenciais dessa agenda estratégica: educação, inovação, infraestrutura, macroeconomia e gestão pública. Desta agenda, a inovação é a que estava mais próximo de sua atividade e talvez por isso tenha feito dela uma prioridade de sua gestão frente à FIEP (FIEP, 2010b).

A FIEP tem procurado ser protagonista do fomento à inovação do Estado. Entre os anos estudados por esta dissertação (2000-2016) houve um período em que desenvolveu várias ações e construiu um discurso que procurou incentivar a indústria paranaense à inovação. Especialmente na gestão de Rocha Loures. Nos anos de 2004 e 2005 foram aprovadas a Lei da Inovação e a Lei do Bem, respectivamente. O Governo Federal, com suas agências de fomento FINEP, CNPQ e BNDES, apontava para uma vontade política de investimentos em inovação, em 2009 a CNI lança um Manifesto da Inovação e a Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI). Havia portanto um momento histórico de valorização e incentivo da indústria nacional e a FIEP procurou colocar-se nesse cenário.

A Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI) é uma iniciativa da CNI que procura colocar a inovação como prioritária no planejamento estratégico das indústrias, além de servir como instrumento de negociação com o Governo. O Manifesto da inovação é um compromisso dos industriários, assumindo seu papel de protagonista no desenvolvimento da inovação.

A inovação é uma das prioridades da ação da FIEP. Segundo o seu discurso, *a visão de inovação é ampliada... As ações de estímulo ao pensamento inovador criam soluções para a indústria no desenvolvimento sustentável. Inovar, não está apenas no avanço tecnológico ou na evolução da ciência. Está em visualizar nos processos ou ideias, o grande momento para o desenvolvimento* (FIEP, 2016d). O sistema FIEP posiciona-se como um articulador institucional, um catalisador, que operacionaliza programas e acompanha projetos.

Sua principal ação está em ajudar as empresas a captar recursos públicos para execução de projetos de inovação, para isso atua como parceira da FINEP e do TECNOVA, programa do Governo Federal que financia projetos inovadores. Apesar de no discurso e nas ações a inovação ser prioridade, muitas vezes os significados da inovação para a diretoria são diversos:

...eu faço parte da diretoria da FIEP, e nas nossas reuniões não se fala em inovação. Nas reuniões da FIEP, não se fala em inovação, não se fala em inovação, de novo a nossa preocupação ou a preocupação é, puta tem setor que ta mal, mas daí a gente vai... assim a visão do pessoal é de que os impostos estão altos, ta faltando mão de obra qualificada e tal e ninguém fala de

inovação como ferramenta para sair desse buraco. De vez em quando a gente vê um ou outro empresário que tem uma sacada e dá uma alavancada naquela empresa e tal, mas são raridades (E1).

No ano de 2009, a FIEP lançou o Centro Internacional de Inovação – C2i, talvez a mais ousada ação política interna de Rocha Loures. Ao criar o C2i, ele o faz como uma entidade de subordinação direta à diretoria da FIEP, ou seja, o C2i não fazia parte nem do SESI, nem do SENAI e nem do IEL. Tinha um orçamento próprio e servia ao propósito de fomentar a inovação a partir da FIEP, com o passar do tempo o orçamento diminui e passou a fazer parte do IEL.

Então, essa estrutura de inovação era quase que um tema que o Rodrigo Rocha Loures que era o então presidente botou como pauta, criando um órgão paralelo que era o Centro Internacional de Inovação que era o C2i, então era o Sesi, o IEL, o Senai e o C2i, era uma coisa, todo mundo falou que absurdo, criou uma outra entidade, e ao longo dos anos com a dificuldade e mudanças políticas a gente foi caindo entre aspas de orçamento (E4).

O Centro Internacional de inovação tem atuado especialmente em seis pilares: Cultura e gestão da inovação, Propriedade intelectual, Acesso ao capital, Design de produto e design de modelos de negócios, e Ecossistemas de inovação. Para o diretor de inovação e gerente do C2i, a ação mais importante da FIEP no fomento à inovação é ser um catalizador institucional dos diferentes agentes da inovação, especialmente as empresas, o Governo e as universidades (E2). Nesse sentido empreendeu esforços de criar um ecossistema de inovação, um ambiente que favoreça a inovação, aproximando do campus da indústria (sede da FIEP) em Curitiba, universidades, órgãos do governo e os empresários a quem representam.

Apesar de ter competência técnica, e habilidade sociais reconhecidas que permitem acesso a todos os atores importantes no processo de inovação, reconhecidamente existem dificuldades de manter os fluxos abertos. Existem barreiras institucionais que dificultam por exemplo a manutenção de canais abertos com as universidades, especialmente as públicas. Porém pontualmente, essas barreiras são quebradas, muito em função de editais públicos de inovação que permitem a aproximação desses atores em jornadas específicas. É o caso de um dos principais programas coordenados pelo C2i, o NAGI - Núcleo de Apoio à Gestão da Inovação.

A Lei da Inovação de 2004 tinha em seu espírito fundamental aumentar a cooperação entre os atores da inovação. Em 2010 o Ministério da Ciência, Tecnologia (MCT) lança o

Programa Nacional de Sensibilização e Mobilização para a Inovação (Pró-inova). A partir desse movimento do governo e do pacto da CNI de Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI), surge o programa NAGI.

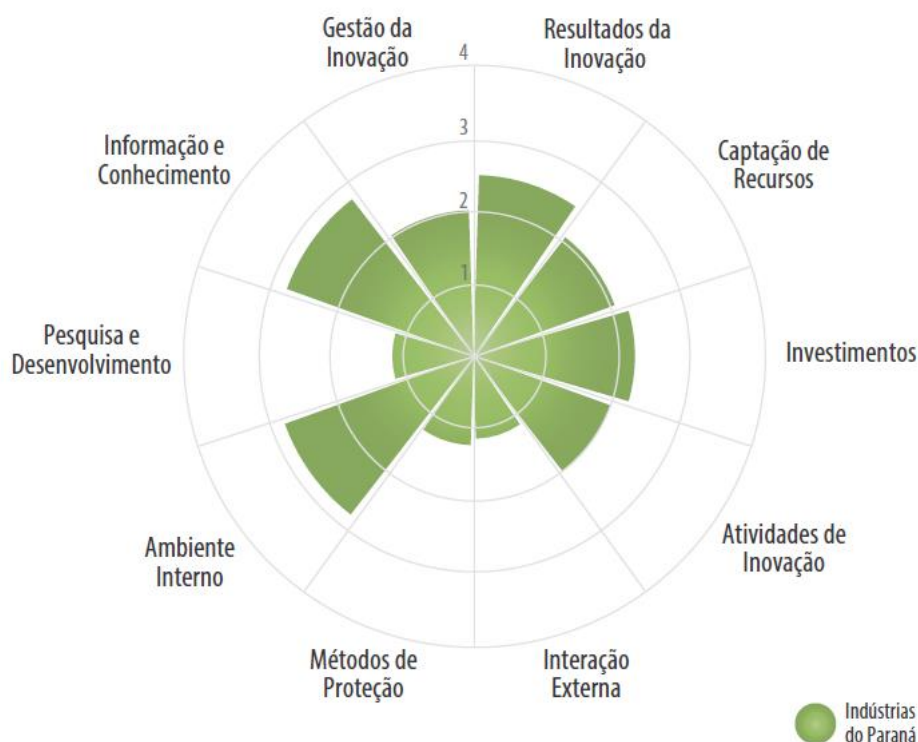
É um projeto que foi escrito com várias empresas, várias organizações, institutos de pesquisa, aí participou UFPR, UTFPR, eles eram os agentes que cediam os bolsistas, a gente coordenava esse processo, mas com dinheiro do Sebrae, governo da CNI, Confederação Nacional das indústrias e governo da FINEP (E4).

O NAGI atendeu 180 empresas de micro, pequeno, médio e grande porte em onze setores considerados estratégicos pela FIEP no período de agosto de 2012 a junho de 2014. Foram utilizados R\$ 2.458.900,00, sendo 48% recursos FINEP e 52% recursos para Bolsas de Pesquisa utilizadas por vinte e seis consultores que foram acompanhados por consultores seniores do SENAI. Os Planos de Inovação geraram 32 Projetos de captação para captar recursos em fontes de fomento e financiamento (CARVALHO; et al., 2015; E4).

Outro importante projeto realizado pela FIEP foi a Bússola da Inovação. A Bússola da Inovação nasceu do interesse dos diretores do C2i em compreender melhor o estado da inovação nas indústrias paranaense. Então, no ano de 2010, submeteu-se um projeto no CNPQ para desenvolver um Índice Paranaense de Inovação. Com o projeto aprovado foram contratados profissionais com experiência acadêmica e formou-se uma equipe multidisciplinar para desenvolver esse projeto. Entre os anos de 2010 e 2012 desenvolveu-se uma matriz com vários indicadores, baseados em pesquisas sobre o tema, e no ano de 2012 foram coletados os dados nas indústrias. Assim surgiu a Bússola da inovação que está agora em sua terceira edição (E3).

O objetivo da Bússola da Inovação é avaliar o desenvolvimento da indústria a partir dos investimentos em inovação e apontar caminhos para que a inovação avance no estado. Atualmente, a Bússola da Inovação procura medir as seguintes dimensões: Gestão da inovação, Resultados da inovação, Captação de recursos, Investimentos, Atividades de inovação, Interação externa, Métodos de proteção, Ambiente interno, Pesquisa e desenvolvimento e Informação e conhecimento (SOUZA; RUTHES; MACHADO, 2016). Os índices encontrados foram considerados medianos, e lidos como se a inovação no estado estivesse abaixo do esperado. O Gráfico 2 apresenta o radar da Bússola da Inovação com os índices medidos de 1 a 4, sendo 4 muito desenvolvido e 1 pouco desenvolvido.

**Gráfico 2 – Radar da inovação no Paraná**



Fonte: SOUZA; RUTHES; MACHADO (2016), p.74.

Os índices mais baixos encontrados referem-se à Pesquisa e desenvolvimento, Interação externa e Métodos de proteção. O que evidencia uma dificuldade em desenvolver relações especialmente com a Academia e de organizar departamentos de P&D.

O relatório aponta para os seguintes desafios: Interação com atores do sistema de inovação; Aquisição de conhecimento externo; Exploração dos incentivos à inovação; Captação de recursos em fontes públicas; Qualificação da mão de obra especializada para a inovação; Formalização de equipe e procedimentos de P&D; Estrutura local de suporte para pesquisa (institutos de pesquisa, universidades, etc.); Proteção da propriedade intelectual; Promoção da cultura empreendedora para a inovação; Inovações de impacto nacional e mundial.

O perfil mostra que as maiores dificuldades, na verdade, não estão na falta de recursos para inovação e sim na falta de investimentos em pesquisas, embora a questão financeira seja a principal queixa dos empresários. Seguido da burocracia que envolvem os editais que oferecem recursos para inovação (MAZZUCATO; PENNA, 2016; IBGE, 2016).

A Bússola da Inovação é um importante parâmetro de verificação da **qualidade da inovação** no Estado. Como vimos no referencial teórico, a construção da qualidade passa por um processo de categorização que permite diferenciação (BECKERT; MUSSELIN, 2013). Ao

definir quais aspectos da inovação são importantes, define-se também o valor desses aspectos. Para Simmel (2011) não é a qualidade em si que está em jogo mas sim o significado que estes aspectos assumem no reino ideal da inovação. Neste sentido, criar um índice paranaense de inovação dá à FIEP o poder de definir quais os aspectos da inovação serão valorizados e por consequência cria significados que orientam as ações. A Bússola da Inovação serve como direcionador das ações internas e até mesmo de algumas iniciativas públicas. A FIEP, uma vez que os dados levantados revelam as dificuldades das indústrias, o que tem ajudado a entidade a direcionar a oferta de seus serviços.

...é uma forma do Senai captar informações sobre essas empresas e fornecer serviços, bom, se eu sei que a empresa do (Fulano) lá tá precisando captar dinheiro da inovação porque os caras não tem conhecimento, opa, tá aqui o serviço, então existe esse lado institucional importante, e por outro lado, acaba norteando uma série de ações governamentais, informações públicas que isso ali pode gerar de oportunidades pro governo e até pra própria FIEP colocar isso como demanda (E3).

De certa forma, o índice tem sido alvo de desconfiança de alguns empresários, por considerarem que os próprios industriais não tem conhecimentos suficientes para responde-los de forma adequada.

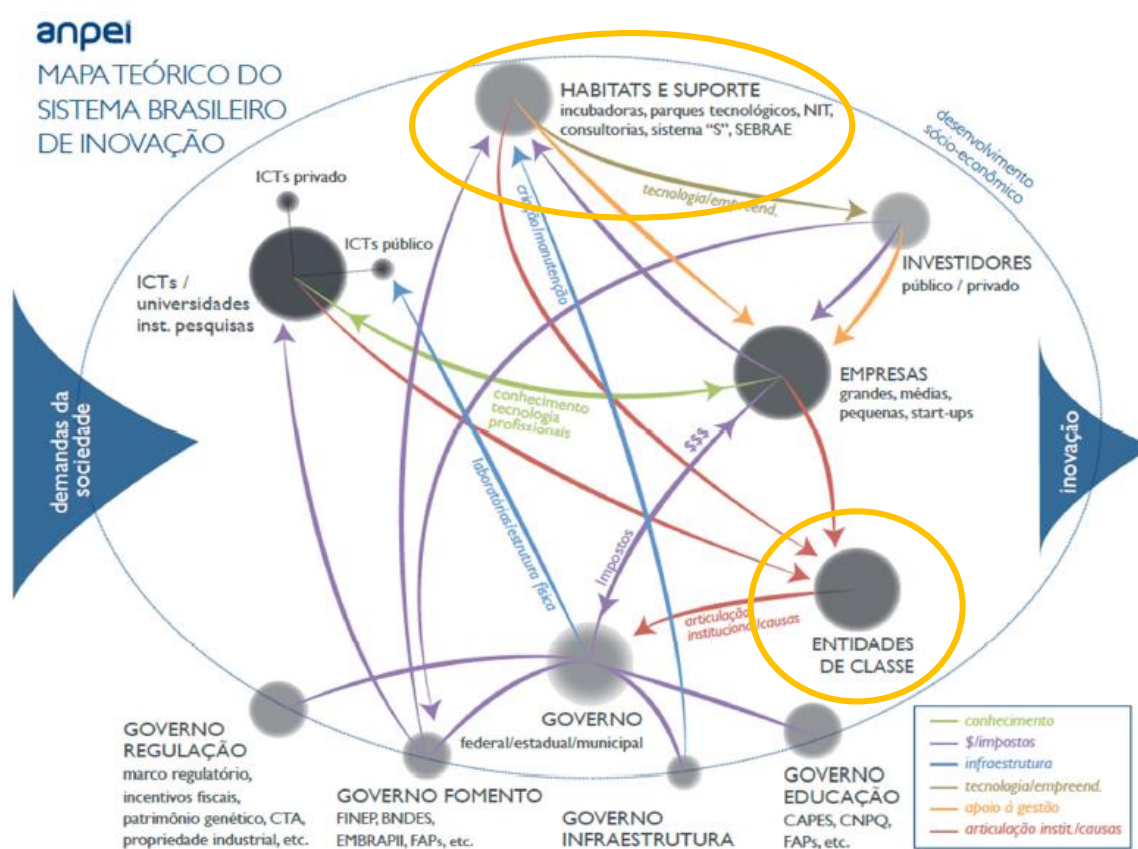
é um esforço na ponta final... mesmo assim nas entrevistas com os empresários... porque assim, o que que eles fazem... eles juntam lá os empresários, talvez um ou outro técnico das empresas e tal pra dar esse norte, né, para as indústrias no Paraná e para a inovação no Paraná... Mas eu... olha só, eu que sou considerado uma liderança aqui em Campo Mourão nessa área, nós que montamos uma escola que desenvolve alguns produtos, eu não me sinto qualificado pra alimentar as informações para essa bússola (E1).

Quando se trata da relação com os empresários associados, a FIEP tem uma postura predominante de prestadora de serviços. Apesar de ser uma entidade de ensino e emissora de discursos e significados, na prática, a relação mostrou-se bastante atrelada à demanda das próprias indústrias. Por isso, salvo em projetos como o NAGI, onde os benefícios financeiros eram bastante vantajosos, o assunto e os serviços de inovação não são prioridade para a maioria dos empresários associados. Nesse sentido, embora exista o discurso da importância da inovação, a FIEP muitas vezes precisa focar em demandas protecionistas e lobista para atender sua diretoria e associados.



A ANPEI criou um mapa teórico das relações entre atores do sistema brasileiro de inovação. Neste mapa aparece o Sistema “S” em grupo chamado **Habitats e Suporte**, e um outro grupo chamado **Entidades de Classe**. Em nossa análise, a FIEP como entidade que unifica o sistema S, reúne essa duas características. Ou seja, a FIEP é uma entidade de classe (um sindicato patronal) e também atua como entidade de suporte à atividade industrial e na criação de habitats para a inovação. Essa duplicidade cria uma complexidade ainda maior, cujo alguns aspectos discutiremos na próxima seção.

**Gráfico 3 - Mapa teórico de sistema brasileiro de inovação**



Fonte: ANPEI (2016).

Nesse complexo mapa desenhado pela ANPEI (2016), empresas, institutos tecnológicos, governo, entidades de classe e habitats e suporte, têm praticamente a mesma importância (revelada pelo tamanho das esferas que as representam). Porém se unirmos Entidades de Classe ao Habitats e Suporte, e unirmos as quatro esferas do Governo, esses dois atores tornam-se maiores. Em nossa análise, essa disposição representaria um melhor retrato do

que encontramos no campo. As Empresas, que segundo a visão Schumpeteriana seriam as mais importantes dessa relação parecem furtar-se de seu protagonismo como veremos a seguir.

O Mapa Teórico da ANPEI representa o contexto nacional brasileiro. Apesar desta pesquisa compreender âmbito estadual, faz-se necessário olhar o contexto nacional, um função do protagonismo que o Governo Federal assume no fomento à inovação no país. O Governo do Estado do Paraná possui iniciativas como a Lei Paranaense de inovação, e agências de fomento como a Fundação Araucária, porém a sua importância é tida como muito reduzida pelos atores entrevistados. Discutiremos a presença do Governo Federal no campo, mais adiante.

EMPRESAS: Um segundo ator importante do campo de fomento à inovação no Paraná são indústrias Paranaenses. Para a FIEP elas representam o lugar onde a inovação acontece. Apesar da FIEP desenvolver programas e buscar recursos para a inovação, ela em si não inova, a inovação só acontece nas indústrias. Por isso mesmo, a FIEP procura motivar e envolver o industriário paranaense em projetos de inovação.

Porém nem sempre isso é uma tarefa simples. Os industriários apesar de falarem sobre inovação, parecem não valorizá-la na mesma medida em que a teoria e o própria FIEP consideram importantes para os negócios. No discurso, a inovação é vital para os negócios, na prática, os índices revelam que a compreensão sobre inovação na média do industriário paranaense ainda é bastante incipiente (E1). A inovação é vista como necessária para sobrevivência, porém na prática as empresas estão lutando para sobreviver e não tem condições de pensar em inovação.

em princípio (a inovação) é uma questão hoje de sobrevivência e depois, mas não é só uma questão de sobrevivência, é uma questão de você buscar o seu desenvolvimento enquanto entidade jurídica, vamos dizer assim, de você estar avançando com o seu produto, é nato do empreendedor isso, e o empresário, é tem a natureza empreendedora na sua natureza, vamos dizer assim, então é vital que ele faça isso (E5).

A Bússola da Inovação revela que os maiores investimentos em inovação feitos pelos industriários paranaenses está na compra de máquinas e equipamentos. Investimento esse que apesar de importante para a atualização do parque industrial, não colabora tão diretamente para o desenvolvimento de inovações radicais, com expressão para o mercado. Estão ao contrário mais relacionadas com a melhoria dos produtos e a redução dos custos (SOUZA; RUTHES; MACHADO, 2016).

O investimento em maquinário leva os industriários à constatação de que *da porteira pra dentro, nós (a indústria) estamos relativamente bem* (E5), com um bom parque de máquinas, e que o real problema da indústria está do lado de fora, especialmente no que chamam de Custo Brasil. Até mesmo a motivação para inovação, que na teoria deveria ser o ímpeto do empresário empreendedor (SCHUMPETER, 1997), espera-se que venha da FIEP ou mesmo do Estado.

Os empresários muitas vezes esperam da FIEP a **motivação**, a iniciativa de mostrar a necessidade da inovação, para que sejam convencidos e, ainda mais, que todos os caminhos e serviços lhes sejam oferecidos. Num sentido de que a FIEP tem a obrigação de lhes prestar esse apoio.

ele (papel da FIEP) tem que ser **indutivo** né, o que é que é ser indutivo, é você mostrar absoluta necessidade, tem uns empresários que vivem, e outros que só querem sobreviver, né ele quer levar quer tal, **quer um curso de graça**, que um negócio aqui, então o papel dele ser indutivo é **mostrar a absoluta necessidade de você estar inovando sempre**, evoluindo sempre, buscando produtividade sempre né melhor. Então esse é um trabalho que você tem que estar mostrando, e além de você estar mostrando que é um papel da Federação, **afinal de contas ela é federação das indústrias**, ela tá motivando pra que você possa e as vezes botando caminhos pra técnicos qualificados pra fazer esse trabalho, e as vezes até onde buscar recursos que tenha ou linhas de financiamento pra fazer esse trabalho, que é uma questão de sobrevivência da indústria brasileira, ou de aumento de competitividade, de crescimento, quando eu falo sobrevivência é uma coisa, mas o que a gente deve buscar é o crescimento a evolução o desenvolvimento (E5 – Grifos nossos).

Essa relação de dependência é a ainda maior na relação com o Estado. Além de esperar que o estado desenvolva a legislação necessária, diminua a carga tributária, financie a inovação assumindo o risco, ainda se espera do próprio Estado a motivação para inovação.

Eu acho que o governo ou o poder público precisava ter uma política de inovação pra que ela propusesse, ...propusesse baseado essa indução, motivação e nós teríamos que ter esse trabalho de convencimento de mostra de necessidade e de apoio, **pra que o empresário se sentisse motivado** a ir pra esse lado e paralelo a isso, mais duas coisas, e uma que seria uma linha de **financiamento** que pudesse ter uma **linha de longo prazo**, porque a inovação, ela é arriscada, pode ou não dar certo, então eu vou buscar o apoio eu preciso ter recurso então financiamento para que eu possa investir e arriscar esse capital e aí eu vou buscar essa situação da inovação que ela pode ou não dar certo. E o terceiro tripé é que se eu tivesse essa inovação, **que isso aqui não tivesse todos os impostos essa carga fiscal de impostos** em cima do que eu tô inovando, depois que ele virou produto, aí sim, mas no enquanto eu tô

fazendo eu tenho os mesmos impostos, deveria ter um benefício fiscal para esse desenvolvimento tecnológico e eu não tenho. Então eu precisaria ter o benefício fiscal, a linha de financiamento, e a indução do poder público, isso poderia ser um grande programa de desenvolvimento tecnológico ou de inovação tecnológica no Paraná (E5 – Grifos nossos).

Uma percepção é que a alta carga tributária cria um sentimento de injustiça e dívida. Como se o Estado fosse o culpado das grandes dificuldades que o empresariado enfrenta. Esse sentimento as vezes se expressa também em relação a FIEP pois ela também recebe recursos dos empresários via imposto. Além disso há uma percepção de que os empresários, especialmente do interior do estado, estão muito distantes das oportunidades para inovação oferecidas. Revelou-se uma dificuldade, ou falta de interesse, de cumprir as exigências dos editais e receber um dinheiro direcionado, que não pode ser utilizado em outra coisa.

Eu acho que do empresariado... eu não tenho esse dado, mas acho que se você fizer uma pesquisa, sair aí na rua perguntando pro empresariado o que é CNPQ, o que é FINEP, o que é Fundação Araucária, provavelmente, mais de 90%, vão dizer que não sabem o que é... muito provavelmente, e aí dos 10% que vão falar assim... conheço... aí talvez de novo, desses, 10% se vai pegar, sei lá, 80% que nunca nem tentou chegar lá, dos que conhecem (E1).

eu já falei isso pra um diretor num evento da FIEP... pra mim vocês são extraterrestres, porque assim... achar que vem fazer um evento aqui em Curitiba, ou sei lá Maringá, e dizer que isso é chegar no empresariado, acho que é muita... cegueira (E1).

Além dos empresários considerarem difícil e pouco motivador engajar-se em editais de fomento à inovação, existe uma relação de descaso com o Estado e a coisa pública, uma desvalorização do que se oferece em termos de financiamento para inovação. Como se o dinheiro que está sendo oferecido fosse muito menos que a obrigação, uma dívida que o Estado tem com as empresas, por elas pagarem altos impostos. Essa percepção faz com que as exigências dos editais sejam muitas vezes vistas como burocracias desnecessárias. O que pode resultar em mal uso do dinheiro, em um certo descompromisso com o resultado final, pois a contrapartida é baixa e se o investimento não trouxer o resultado esperado, isso não trará grandes prejuízos para o empresário.

Relato de um dos entrevistados conta uma experiência com um edital de fomento à inovação. Nessa ocasião o empresário entrou em edital para melhorar as embalagens de seus

produtos. A intenção era apresentar o produto de uma forma mais profissional e interessante. De início uma frustração revelada é de que o dinheiro oferecido pelo edital não viria para a sua empresa e sim para um escritório de design que faria o serviço. Mas como a contrapartida em dinheiro que o edital solicitava era baixa, decidiu continuar. O que aconteceu é que o escritório ofereceu uma solução inviável do ponto de vista da realidade de custos e materiais utilizados nas novas embalagens. Dessa forma o projeto foi engavetado e nunca chegou a ser realizado.

...você pega o dinheiro, gasta ele com o escritório que se habilita a empresa faz lá um negócio tal ... ai você olha, hum mas ficou caro alguma coisa, mas aí já foi feito o projeto, você já pagou e tal, mas não deu pra otimizar porque ficou caro... isso é você **ser ineficaz no uso do pouco dinheiro** que tem pra inovação.

...o empresário, ele quer o dinheiro o dinheiro pra vir pra ele, e não é.

...Isso é um grande mal do dinheiro que nós temos hoje dá, do fomento à inovação que as vezes é mal aproveitado (E5).

O sistema de fomento à inovação está permeado por vícios na relação entre o Estado e a iniciativa privada. Se de um lado a dependência do empresariado de recursos estatais para viabilizar a inovação nos parece exagerado, de outro lado a máquina estatal utiliza seus instrumentos em benefício de seus próprios interesses, muitas vezes dificultando a atividade industrial, através do uso da burocracia.

A burocracia tem se mostrado um fardo para os empresários. Uma das lutas da FIEP é pela desburocratização das relações entre atores públicos e privados, para que a inovação pudesse avançar. O Marco Legal da Inovação tem se mostrado um episódio de disputa ao redor dos interesses e das compreensões sobre o processo de inovação (vamos aprofundar esse assunto adiante).

que é pra gente incentivar a inovação é a **desburocratização** logicamente e incentivos sejam eles incentivos fiscais sejam eles incentivos públicos de uma forma mais ampla para a inovação. Pra isso vamos lembrar que a gente tinha um marco legal de inovação que tinha sido preparado no final do ano passado, esse marco legal ia modernizar uma série de legislação da lei da inovação brasileira, pra poder acelerar o processo de inovação; infelizmente boa parte dos instrumentos importantes foram vetados pela então presidente (E2)

Os empresários demonstram insatisfação com as relações com os atores externos seja o Governo, seja a Academia, pois consideram tudo muito difícil e burocrático. Dessas talvez a relação com a Academia seja a mais enroscada.

Então na verdade tem algumas regras, o governo define algumas regras, tem que ter um instituto de pesquisa participando disso, se o investimento vai ser público, a questão da patente ela é compartilhada, tem uma série de regras que amarram isso, o que acontece é que o objetivo do governo é estimular esse crescimento e fazer com que esse crescimento se transforme em práticas de mercado, negócios e estimule o emprego uma série de coisas, mais do que um retorno disso financeiro (E1).

A própria tradição, a própria estrutura, vamos dizer assim, as instituições por si, a universidade é muito burocrática, você tem que cumprir, tem que ter aprovação, disso, disso e daquilo, aí demora você achar o profissional capaz de fazer aquilo dentro da universidade que tem muita gente é difícil, então não é uma entidade ágil, que vai te dar a solução na velocidade na rapidez que a empresa precisa, então tem muito a evoluir (E5).

A percepção é de que os empresários esperam que a Academia trabalhe em função de suas demandas, porém os estudos como de Mazzucato e Penna (2016) e a Bússola da Inovação, têm apontado que os próprios empresários não tem demandas para a Academia. A distância institucional parece tão grande que existe uma dificuldade de conversar.

ou a gente começa a cobrar dos pesquisadores, cobrar mesmo, que os projetos venham pra rua, ou um dos grandes ativos, talvez os maiores ativos que nós temos que são as pesquisas de mestrado e doutorado, morrem, vão morrer nas universidades, talvez tivéssemos que criar um mecanismo pra arrancar destas pesquisas produtos e serviços que viessem pra comunidade (E1).

Esse tem sido talvez um dos nós que a FIEP procura desatar. A relação com a Academia ainda parece encontrar barreiras quase intransponíveis. O Brasil apresenta baixíssimos índices de inserção de pesquisadores nas empresas, o que é mais uma evidência deste distanciamento. A PINTEC (2014) revela que apenas 24,7% das indústrias consideram universidades e centros de pesquisa como parceiros importantes na relação de cooperação para inovação.

Precisamos de inserção de pesquisadores nas empresas. Se os pesquisadores apenas estão nas universidades, logicamente as empresas não vão ter possibilidade de se apropriar do conhecimento para transformar o conhecimento em negócios. Inovação não é ter ideias, é transformar ideias em negócios que se sustentam do ponto de vista econômico. O Brasil tem apenas, atualmente, 25% dos seus pesquisadores inseridos em algum tipo de iniciativa privada, a Coreia do Sul tem 80% dos seus pesquisadores inseridos em iniciativa privada. Só a SAMSUNG são 40 mil pesquisadores trabalhando numa empresa só (E2).

Outra iniciativa que tem envolvido a FIEP, são os Institutos Senai de Inovação – ISI. Estes institutos estão sendo criados como o objetivo de promover pesquisa aplicada em projetos de inovação radical. O intuito é facilitar o processo de transferência de tecnologia dos centros de pesquisa para as empresas. O modelo foi construído a partir de parcerias entre o Governo brasileiro e o Instituto Fraunhofer da Alemanha. Esse processo tem sido encabeçado pelo CNI e no Paraná serão dois ISIs. Um em Curitiba, de Eletroquímica, e outro em Maringá de Engenharia de Estruturas. Até 2017, o SENAI vai inaugurar 25 Institutos SENAI de Inovação em 12 estados. Os ISIs pretendem criar um fluxo contínuo de interação a indústria, empreendedores, universidades, institutos de pesquisa e fontes de capital, em suas diversas formas (PORTAL DA INDÚSTRIA, 2014).

O Instituto Senai de Inovação, o ISI, foi assim... percebeu-se que um dos processos que dificultava a inovação na empresa é que o tempo que uma universidade leva hoje pra criar uma relação, vínculo, contrato e assina não sei quem, com a indústria, demora muito tempo, então o modelo da Alemanha do Instituto Fraunhofer... O Governo Federal fez uma parceria com o Instituto Fraunhofer... pra criar os Institutos Senai de Inovação que o Senai já tem um pouco desse trabalho, já faz esses institutos, mas são institutos voltados pra pesquisa pra negócios, então o que que eles fazem, pegam o dinheiro do governo, fazem alguns projetos, mas pesquisam inovação, inovação radical mesmo, inovação de impacto né, e o ISI tem esse processo, fazer essa ponte e fazer com que o negócio saia do papel de uma forma menos burocratizada. Então nesse contexto todo, até os próprios Institutos Senais passaram por uma mudança, até na pessoa jurídica pra eles se tornarem institutos tecnológicos. Porque hoje existe uma previsão na Lei que os Institutos Tecnológicos, podem fazer parcerias, podem captar dinheiro do governo, tem uma série de interesses nesse sentido (E4).

Por fim o momento atual de crise econômica no país revela dois comportamentos sintomáticos dos empresários frente à inovação. Primeiro que a inovação não é considerada uma estratégia para driblar a crise. Segundo, a maioria das empresas não investiu em pesquisa e desenvolvimento enquanto passava por momentos de crescimento, como os da última década no Brasil.

... empresas inovadoras..., hoje uma das grandes preocupações é a de sobrevivência, não é com a inovação. A inovação não é o foco principal hoje, mesmo de empresas inovadoras, a preocupação é com sobrevivência, e quando a gente pensa, quando nós aqui pensamos em inovação, é são movimentos pequenos, são inovações... dá pra falar sem medo de errar, medíocres (E1).

A própria FIEP reconhece que as medidas de austeridade do Governo Federal estão prejudicando a inovação no país. Apesar disso, a postura da FIEP é de continuar investindo na inovação como um caminho para a indústria, enquanto os empresários parecem ter deixado esse assunto em um segundo plano, preocupados com os problemas mais imediatos, de sobrevivência frente a crise. Nessas situações aumentam ainda mais o sentimento entre os industriais de que o Governo faz e pouco e mal feito, quando o assunto é o incentivo à indústria.

GOVERNO: O Governo Federal é principal ator do fomento à inovação no estado do Paraná. Apesar de a FIEP mostrar-se um importante ator social, as ações do Governo Federal, seja financiando a inovação ou na criação de significados dominam o campo e ditam as relações entre os demais atores. O Governo Federal é o *Incumbent*, o dominante histórico do campo que continua oferecer significados que sustentem o campo. Corroboram para essa percepção o trabalho de Reinert e Tsujiguchi (2016), que apontam a presença de um estado forte, com características patrimonialistas, e que tem papel fundamental nas relações econômicas do país. Não apenas como regulador das relações mas sim atuando no campo, provendo significados e agindo no fomento à inovação.

Tanto é assim que um dos marcos mais importantes para o início das ações no campo se deu a partir das Lei de Inovação (BRASIL, 2004) de 2004 e da Lei do Bem (BRASIL, 2005) de 2005. A Lei da inovação lançou bases para aproximar as relações entre os atores importantes para o processo de inovação. A Lei do Bem trata de incentivos fiscais para suportar a pesquisa e o desenvolvimento da inovação. A partir destas leis, o Governo passou a abrir programas e financiar a inovação a través da FINEP, e BNDES, criando programas como o INOVA Empresas. O Programa INOVA Empresas disponibilizou 32,9 bilhões em recursos que *são operados por meio de editais e engloba diferentes modalidades de apoio...tais como: crédito, subvenção econômica e recursos não reembolsáveis para projetos em parceria entre ITCs e empresas e investimento em empresas de forma direta ou por meio de fundos* (FINEP, 2016).

Veremos a seguir a estrutura de órgãos e entidades governamentais que estão envolvidos com inovação:

MCTI: O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação é principal órgão articulador da inovação no Governo Federal. Até o ano de 2011, chamava-se apenas Ministério da Ciência e Tecnologia, quando passou a chamar-se MCTI e reforçou a intenção do Governo em tratar a inovação como assunto estratégico para o país. Após o impeachment de Dilma, no final de 2016, o governo de Michel Temer propôs o fim do MCTI que acabou fundido com o Ministério das Comunicações, atualmente MCTIC, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e



Comunicações. Porém no período estudado, O MCTI, trabalhou em parceria com FINEP e CNPq para fomentar a inovação no país.

**FINEP:** A Financiadora de Estudos e Projetos é uma agência financiadora que busca promover o incentivo à ciência, à tecnologia e à inovação em empresas que mantêm relacionamento com institutos tecnológicos e outras instituições públicas ou privadas. A Finep é uma das principais financiadoras dos projetos que a FIEP realizou no estado.

**CNPq:** Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico é principal órgão de fomento à pesquisa científica e tecnológica do país. Ele atua financiando pesquisas e viabilizando a formação de pesquisadores através de bolsas de estudo no Brasil e no exterior.

**BNDES:** o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social é o maior instrumento federal de financiamento a longo prazo e um dos maiores bancos de desenvolvimento do mundo. Ele suporta empreendedores de todos os tamanhos em iniciativas de novos negócios. De acordo com o próprio BNDES (2015), é maior investidor de capital semente e capital de risco do país, empregando recursos da ordem R\$ 6,2 bilhões em 2015.

O aparato institucional do Governo brasileiro envolve muitas outras entidades e iniciativas de fomento à inovação, porém essas duas agências de fomento FINEP e CNPq, e o banco de desenvolvimento BNDES, representam os principais meios de fomentar a inovação no país.

No âmbito estadual, a Lei da inovação do Paraná (PR, 2012) foi uma sinalização de um maior investimento estadual em inovação, e procura criar bases para as relações entre os órgãos e agências estaduais e a iniciativa privada. A lei prevê incentivos fiscais para empresas inovadoras, o uso de poder de compra do Estado para incentivar pequenas empresas inovadoras, e subvenção para inovação. Porém não houve regulamentação, por isso não houveram avanços. Apenas o programa de subvenção TECNOVA, que utiliza recursos da FINEP está em funcionamento e disponibilizou 22,5 milhões para subsidiar a inovação em empresas inovadoras (E2).

Em janeiro de 2016, o Governo Federal sancionou a LEI Nº 13.243/2016 (BRASIL, 2016), conhecida como o Marco Legal da Ciência Tecnologia e Inovação, essa lei da inovação de 2004 e diversas outras que tratavam de parcerias entre instituições e órgãos de fomento. Existia em torno do Marco Legal da Ciência Tecnologia e Inovação uma expectativa, dos diversos atores do campo do fomento à inovação, de regulamentação das relações e desburocratização dos processos de parcerias entre instituições públicas e privadas. Porém os

vetos da Presidente Dilma Rousseff frustram as expectativas de pesquisadores e empresários, que se manifestaram através de suas entidades de representação contra os vetos apresentados.

Muitos manifestos contra os vetos presidenciais apareceram, como a Aliança em defesa do Marco Legal que publicou a Carta de Brasília (SBPC, 2016), manifesto organizado pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC que reuniu 19 entidades de pesquisa e apoio à inovação. Após o impeachment de Rousseff, o presidente Michel Temer comprometeu-se em recuperar o texto original. O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) trabalha com duas possibilidades para regulamentar o projeto no Congresso Nacional. Uma delas é a edição de uma medida provisória, pelo Executivo, para recuperar os vetos ao texto original do marco legal. Outra possibilidade é o PLS 226/2016, que busca recuperar o texto original e pode tramitar em regime de urgência.

Até o momento em que esta dissertação foi escrita não houve um desfecho para esse episódio. Identificamos nesse episódio uma evidência de que o campo do fomento à inovação é um campo emergente, em formação. Nesse **episódio de disputa** (FLIGSTEIN; McADAM, 2012) atores desafiantes, como as entidades de incentivo e defesa de pesquisas, posicionaram-se fortemente procurando intervir nas regras do campo. Esta postura desafia a posição do Governo Federal, que vetou dispositivos da proposta original por identificar uma eminente perda de receitas e de controle sobre entidades públicas.

Mais uma vez, as federações e sindicatos representantes das empresas, como a FIEP, não posicionaram-se oficialmente, e apesar de lamentarem a perda da oportunidade de um *divisor de águas* nas relações entre os atores da inovação (FIEP, 2016b). Essa postura mais uma vez revela sua relação ambígua e de *atores políticos subalternos*, como definiu Rocha Loures (FIEP, 2010a).

Encontramos, no entanto, iniciativas como a do entrevistado E1, que dotado de **habilidades sociais** escreveu outra história mesmo envolto por essas mesmas instituições e significados. Essa é a história de um empresário que tinha a vontade de construir e vender autoclaves para esterilizar equipamentos médicos. Mesmo em uma cidade sem nenhuma tradição, motivou fornecedores e desenvolveu localmente a tecnologia para produzir seu produto. Com o crescimento da empresa decidiu investir em um sonho antigo, criar uma escola para capacitar jovens, e melhorar os recursos humanos de sua empresa.

Nesse momento decidiu buscar apoio nas entidades que conhecia, Prefeitura, FIEP, SESI, SEBRAE, e recebeu negativas de todas elas. Sem o apoio que gostaria a ideia ficou adormecida por três anos, quando decidiu investir por conta própria. Reuniu pessoas,

compartilhou seu sonho e assim nasceu a Fundação Educere. O projeto ganhou proporções muito maiores que as inicialmente imaginadas, e dali nasceram empresas que hoje formam um Arranjo Produtivo Local da área da Saúde.

Atualmente esta APL tem sido estudada e reconhecida como uma APL que apresenta maior coesão, e menor senso de competição, justamente por nascer de uma iniciativa baseada na confiança pessoal, no relacionamento.

**CONHECIMENTO E PESQUISA:** Reconhecidamente a pesquisa representa parte importante para o desenvolvimento de inovações. *Gerar conhecimento novo significa investir em educação, investir em pesquisa, se não tem educação e não tem pesquisa, como teremos ideias novas, como teremos conhecimentos novos* (E2). A inovação está baseada no desenvolvimento de conhecimentos novos que possam ser aplicados para a indústria. É na pesquisa que se encontram as maiores possibilidades de desenvolvimento de inovações, mas é também ela que representa as maiores barreiras institucionais para a FIEP e os empresários.

Os indicadores do desenvolvimento da inovação no país e no estado deixam claro essa dificuldade. A Bússola da Inovação aponta o item Pesquisa e Desenvolvimento como o mais incipiente entre as indústrias paranaense (SOUZA; RUTHES; MACHADO, 2016). A falta de pesquisadores inseridos na indústria e da organização de departamentos de P&D evidenciam esse resultado.

Mesmo com incentivos fiscais para empresas que investirem em inovação tecnológica e P&D, oferecidos pela Lei do Bem, poucas empresas tem recorrido a esse dispositivo. Segundo a PINTEC (2014), apenas 3,5% das empresas inovadoras recorreram aos incentivos fiscais para P&D em 2014. Segundo esse mesmo levantamento, os programas menos utilizados foram a subvenção econômica (0,8%) e o financiamento a projetos de P&D e inovação tecnológica em parceria com universidades ou institutos de pesquisa (1,0%).

Mazzucato e Penna (2016) revelam a distância que existe entre os subsistemas de educação e pesquisa do subsistema de produção. Essa distância foi verificada no campo e pode ser entendida *devido à 'auto-orientação' da pesquisa científica e à falta de demanda por conhecimento produzido pela academia, por parte das empresas* (MAZZUCATO; PENNA, 2016, p. 9). A FIEP reconhece a dificuldade de aproximar essas realidades e de manter fluxos abertos de transferência de tecnologia (E2).

Se eu trago aqui uma empresa e um pesquisador, primeiro eles precisam sentar, conversar e se entender, não é isso? Se eles ficarem bloqueados nos preconceitos, e aí vou falar alguns preconceitos bem exagerados...

como o pesquisador falar para o empresário: Empresário, você só pensa no curto prazo, você só pensa no lucro, você não entende que pra pesquisar não é dois meses, precisa de tempo, fazer um doutorado é no mínimo quatro anos... então você nunca vai entender... vamos parar por aqui a conversa (E2).

Apesar da dificuldade a FIEP faz um esforço para aproximar estas realidades, e tem conseguido pontualmente, através de relacionamentos pessoais, e da habilidade social de pessoas como o entrevistado E2. Mesmo que em projetos específicos, que normalmente surgem a partir de chamadas públicas da FINEP ou outro órgão público de fomento.

A presença de componentes institucionais fortes que inibem essa relação. Sutz (2000) faz uma leitura bastante pertinente dessa relação, que diz respeito as formas de legitimação desses dois setores. Em sua leitura dessas relações na América Latina, percebeu que os empresários possuem um senso de desenvolvimento local, estão bastante atrelados à cidade e à região em que estão inseridos, a sua legitimidade provém do reconhecimento do seu sucesso local. Em contrapartida os centros de pesquisa encontram sua legitimação em grupos de pesquisas internacionais, e esse seria um dos motivos do distanciamento entre a indústria local e os centros de pesquisa.

A interação pode ter maior ou menor aderência, em decorrências institucionais, como cultura e costumes locais de onde se encontram as instituições. Em relação às diferenças culturais, salienta-se a distinta trajetória de institucionalização da atividade científica e dos cientistas nos países em desenvolvimento, que na ausência de padrões endógenos de legitimação buscaram a afirmação como comunidade em circuitos internacionais (SUTZ, 2000, p.285)

Os autores da teoria da Tríplice hélice reconhecem as dificuldades de estabelecer essas relações, porém acreditam na necessidade estabelecer acordos claros, onde os interesses de ambos os lados possam ser atendidos (LEYDERSDORFF; ETZKOWITZ, 1998). Nesse sentido observa-se a falta de legitimidade da FIEP, em negociar, ou ser mediador da aproximação entre a academia e o empresariado. As distâncias institucionais são enormes e a academia reconhece na FIEP um representante do empresariado, embora apresente-se nesses casos como um catalizador, sem interesses próprios.

**OUTROS ATORES:** Para evidenciar a complexidade do campo do fomento à inovação, apresentaremos em forma de lista, os demais atores que foram citados, ou que apareceram na pesquisa documental:

**Quadro 4 - Outros atores da inovação no Paraná, citados pelos entrevistados.**

ABC – Academia Brasileira de Ciências
Abinee - Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica
ABIPTI - Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica e Inovação
ABRUC - Associação Brasileira das Universidades Comunitárias
ABRUEM – Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais
ABV CAP – Associação Brasileira de Venture Capital e Private Equity
Aceleradoras
ACP - Associação Comercial do Paraná
Adetec Londrina
Agência Curitiba de Desenvolvimento
Agências de inovação das Universidades
ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
ANE – Academia Nacional de Engenharia
Anjos do Brasil
ANM – Academia Nacional de Medicina
ANPEI – Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras
ANPROTEC - Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores
BOVESPA
BRDE - Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
Centro Brasil Design
CONFAP – Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa
CONFIES – Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica
Confrapar
CONIF – Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
CONSECTI – Conselho Nacional dos Secretários Estaduais para Assuntos de CT&I
CRUB – Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras
EMBRAPII - Empresa Brasileira de Pesquisa em Inovação Industrial
Endeavor
FNQ – Fundação Nacional de Qualidade
Fomento Paraná
FOPROP – Fórum de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação
FORTEC – Fórum Nacional de Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia

Founders Institute
Fundação Araucária
Fundação Educere
FUNDETEC - Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico
GFB - Grupo FarmaBrasil
IBQP - Instituto Brasileiro Qualidade e Produtividade
Incubadoras
INPI - Instituto Nacional da Propriedade Industrial
IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas (Diretoria de Inovação)
Junior Achievement
LACTEC - Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento
MEC - Ministério da Educação e Cultura
NIT Núcleo de Inovação Tecnológica- UEM
Parques tecnológicos
PNI – Pesquisa Nacional de Inovação
Universidade Positivo
PTI - Parque Tecnológico de Itaipu
PUC - Pontifícia Universidade Católica
REPAR - Refinaria Presidente Getúlio Vargas
SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Secretaria de Ciência e Tecnologia PR
SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI-PR - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAT - Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
TECPAR - Instituto de Tecnologia do Paraná
UEM – Universidade Estadual de Maringá
UEL – Universidade Estadual de Londrina
UFPR - Universidade Federal do Paraná
UTFPR - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Fonte: O autor.

**LINHA DO TEMPO:** A seguir apresentamos um quadro onde organizamos os acontecimentos mais importantes do campo do fomento à inovação no Paraná. Na segunda coluna pode-se verificar a forte presença do Estado e as ações de fomento. Na terceira coluna

as ações da FIEP e CNI. Importante observar como ganharam força as ações na FIEP no mandato de Rodrigo Rocha Loures como presidente.

**Quadro 5 – Linha do tempo de ações de fomento à inovação**

Período	Ação do Estado	Ação FIEP - CNI	Presidência República	Presidência FIEP
1999 - 2002	Criação dos fundos setoriais		FHC	José Carvalho
2003	Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE)		LULA	Rodrigo Costa Rocha Loures
2004	Lei da Inovação (Lei Federal n. 10.973/2004)	Congresso Paranaense da Indústria – trata do tem inovação		
2005	Lei do Bem (Lei Federal 11.196/2005)	Organização das APLs do Paraná		
2006		Congresso Paranaense da Indústria – trata do tem inovação		
2007	Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação (PACTI)		LULA	Rodrigo Costa Rocha Loures
2008	Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP I e II)			
2009		- Criação do C2i - FIEP - Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI) – CNI		
2010	Sala de Inovação	- FIEP dá Início ao projeto Bussola da Inovação - Pró-Inova + MEI = Nasce NAGI PR- Chamada Pública MCT/FINEP		
2011	- Plano Brasil Maior (PBM) - MCT vira MCTI	Campagnolo vence Ricardo Barrotenções políticas internas - FIEP	DILMA	Edson Luiz Campagnolo
2012	- Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI) - Lei da Inovação no Paraná	- Bússola da Inovação - Coleta de Dados		
2013	- Criação da EMBRAPII - Plano INOVA Empresa	- NAGI- atende 180 empresas		
2014	Lançamento do Programa Nacional de Plataformas do Conhecimento			
2015	Aprovação: - Da EC 85 - Inovação na Constituição - Do PL 2177/11 na Câmara - Marco Legal de Acesso Biodiversidade		DILMA	Edson Luiz Campagnolo
2016	- Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação – com vetos presidenciais - Impeachment de Dilma	Nagi – lança Livro SelfInova	TEMER	

Fonte: desenvolvida pelo autor com base na apresentação Avanço do Marco Institucional da Inovação no Brasil (MEI, 2015).

Analisamos os dados na procura de evidências que pudessem revelar os significados da inovação para os diferentes atores, e perceber os discursos que estão em disputa no campo emergente do fomento à inovação no Paraná. No capítulo seguinte procuramos relacionar essas evidência, costurando esses discursos e evidenciando as disputas em curso.

#### 4.1. SIGNIFICADOS DA INOVAÇÃO – CONCEPÇÕES DE CONTROLE

As concepções de controle encontradas no campo do fomento à inovação no Paraná a partir do envolvimento com a FIEP circulam ao redor de dois grandes eixos de significados da inovação. Estas concepções orientam as ações dos diferentes atores e são também estratégias de posicionamento para as disputas. Essas duas concepções competem no campo, alternando sua importância conforme a ação de atores habilitados, dos episódios de disputa, e dos interesses *do incumbent*.

Elas representam a ambiguidade de interesses públicos e privados próprios da natureza da FIEP, como uma paraestatal que está a serviço dos interesses privados da indústria. De um lado a FIEP tem a indústria paranaense como seu principal cliente, em um discurso corporativista; e de outro a FIEP se apresenta para a sociedade como uma facilitadora do desenvolvimento, em uma concepção mais macroeconômica.

##### 4.1.1. Inovação como estratégia macroeconômica

Os significados que arrolamos nesse tópico têm uma característica de estratégia macroeconômica que objetiva a inserção do empresariado industrial paranaense em uma posição de **protagonista do desenvolvimento econômico do país**. Esta concepção ganhou força a partir da presidência de Rodrigo Rocha Loures como presidente da FIEP. Dentro dos significados macroeconômicos a inovação é vista como impulsionadora de desenvolvimento, como geradora de valor para a sociedade. Nessa concepção a produção de conhecimento novo é valorizada e necessária quando é convertida em riqueza para a sociedade através da criação de novos negócios a partir da indústria. O conhecimento acadêmico que não gera novos produtos, novos negócios, que não vira riqueza econômica é desnecessário, *precisa é tirar a ciência do papel* (E2).



a transformação do conhecimento em bem estar, que é riqueza e renda, renda é reinvestimento na cultura, na educação então é bem estar... a métrica final da inovação é o IDH (E2).

Esses significados circundam ao redor do **aumento do bem estar social**, com a geração de **negócios de alto impacto**, que oferecem empregos mais qualificados e por isso mais bem remunerados o que impactaria a sociedade. Porém tudo isso começa na empresa, na indústria que precisa aumentar sua lucratividade.

O Brasil é um país altamente empreendedor, mais de 10% da população brasileira empreende de alguma forma. A grande questão da realidade brasileira é que a tradição do empreendedorismo brasileiro é muito mais um empreendedorismo de sobrevivência do que um empreendedorismo de oportunidade, ou seja, ou é isso ou não tem dinheiro pra poder pagar comida pra minha família. Então a gente precisa de muito mais empreendedorismo de oportunidade (E2).

**O empreendedorismo de oportunidade** é visto como um dos caminhos para o aumento da inovação e para o aumento de negócios de alto impacto.

Quem realmente ganha no fim da cadeia é a sociedade civil. É simples, a pessoa, o ser humano que vai ter um emprego de mais alto valor agregado, ganha mais dinheiro e vai poder reinvestir na sua educação, na sua cultura, no desenvolvimento da sua família (E2).

Nessa concepção mais macroeconômica de inovação, o Estado é visto como um ator importante de indução da inovação, o principal papel do Estado é a criação de um ambiente legal favorável para a inovação, especialmente **desburocratizando** as relações universidade-empresa, público-privado e fomentando a produção de alto valor agregado, intensiva em tecnologia. É importante diminuir o papel das *commodities* na economia nacional.

Nesse discurso, a FIEP desempenharia **papéis concernentes ao Estado**, como **catalisadora** de um ecossistema de inovação desinteressada do resultado final financeiro para si própria. Coloca-se como uma paraestatal que quer facilitar o processo de desenvolvimento do país. Seria uma facilitadora da geração de riqueza para as empresas, com um papel agregador, “aproximador” das diversas partes interessadas em inovação que tenham o progresso da sociedade como interesse comum e façam com que ela possa acontecer no mundo real. *Então o nosso papel é exatamente este, fortalecer a atividade industrial, catalisando e desenvolvendo ecossistemas de inovação* (E2).

Faz parte dessa concepção de controle o reconhecimento de que existe **pouco investimento privado** e de que os índices paranaenses de inovação são muito baixos e os empresários não conhecem os caminhos para a inovação. Essa concepção aumenta a importância da FIEP como solução para os entraves que as empresas encontram na hora de inovar.

Historicamente a concepção de controle macroeconômica atua pouco sobre a mentalidade do empresariado. De um maneira geral o empresariado tem atuado mais na defesa de interesses imediatos, como a concessão de incentivos fiscais e financiamentos. O Centro Internacional de Inovação – C2i, é o guardião dos significados macroeconômicos dentro da própria FIEP. Com a saída de Rodrigo Rocha Loures da presidência a FIEP deixou essa concepção em segundo plano para retomar um discurso mais corporativista.

Os Quadros 6 e 7 procuram sintetizar os dois diferentes discursos sobre inovação encontrados no campo. Eles foram organizados a partir da compreensão de que os significados são expressos na ação (FLIGSTEIN; McADAM, 2012). Os significados orientam as ações (SIMMEL, 2011), por isso são relevantes para compreender o campo. Ou seja, para compreender os significados da inovação, é preciso analisar as ações dos diferentes atores no campo. Desta forma será possível perceber **como**, na prática, os significados orientam as ações.

A primeira coluna, dos referidos quadros, apresenta as ações que compreendem o discurso desenhado. Essas ações foram identificadas empiricamente. Na segunda coluna, aparecem os significados que foram construídos a partir do esforço analítico deste pesquisador, apoiado na teoria já apresentada. A terceira coluna revela a forma como cada significado sustenta cada ação no campo.

#### **Quadro 6 – Significados da inovação como estratégia macroeconômica**

<b>Ação</b>	<b>Significado</b>	<b>Como?</b>
Inovação impulsionadora do desenvolvimento	Protagonismo do empresário no desenvolvimento econômico do País	Utilizando a inovação como estratégia
Fomentar o investimento em inovação	Gerar valor para a sociedade	Inovações de alto impacto
Valorização do conhecimento aplicado à inovação	Gerar de riqueza econômica por meio de novos conhecimentos	Interesse pelo que é produzido na academia
Negócios de Alto impacto	Aumento do bem estar social	Gerando empregos mais bem remunerados
Desburocratização	Estado indutor da inovação	Melhorando as leis

Prioridade para produtos intensivos em conhecimento	Aumento da inovação radical	Reduzindo as commodities
Produzindo conhecimento novo para a indústria	Valorização do conhecimento	Aproximando universidade e indústria
Empreendedorismo por oportunidade	Maior potencial de impacto social	Gerando negócios de alto impacto
Catalisação de interesses	Aumentar a inovação no estado, fortalecer a atividade industrial	Criação de ecossistema de inovação
Aumentar o investimento privado	Aumentar o protagonismo do empresariado	Criando redes de financiamento privado - anjos
Luta contra a mentalidade lobista	Aumentar a participação do empresariado no macroeconomia	Discurso político

Fonte: Elaborado pelo autor.

#### 4.1.2. Inovação a serviço do corporativismo

A segunda concepção de controle encontrada no campo é a Inovação a Serviço do Corporativismo. Ela contempla os significados encontrados ao redor da própria atividade da indústria o seu desejo por proteção, auxílio e atenção. Muitas ações da FIEP são direcionadas por essa concepção, e elas ajudam a manter a coesão associativista sindical da classe industrial paranaense.

Um significado importante para essa concepção de controle é o de que o **Estado é burocrático e ineficiente**, por isso deveria concentrar-se em fazer o básico, oferecer educação básica de qualidade e deixar o resto com a iniciativa privada, como fizeram outros países como a China, Japão e Israel. A inovação é vista quase como um enfeite perto dos problemas estruturais que o Brasil apresenta *é como querer enfeitar um casa que está toda rachada, caindo* (E1).

A percepção de que **o fomento à inovação é uma obrigação do Estado**, não só restrito ao aporte financeiro, seja por financiamento direto de longo prazo ou isenções, mas também como um indutor motivacional, como se o empresário precisasse ser convencido de que é importante “investir” em inovação. *Então eu precisaria ter o benefício fiscal, a linha de financiamento, e a indução do poder público, isso poderia ser um grande programa de desenvolvimento tecnológico ou de inovação tecnológica no Paraná* (E5).

Existe nessa concepção, um desprezo pela coisa pública, apesar da exigência que o governo financie a inovação, quando o dinheiro vem, *na maioria das vezes* (E5) não é bem aproveitado, não resultando em inovações e nem mesmo sendo colocados em prática. Trata-se de um descompromisso, de uma desobrigação com o resultado uma vez que as obrigações foram cumpridas *ex ante* na hora da inscrição do edital de inovação, não atrelado a nenhum compromisso *ex post*, quando do fim do projeto.

Quando existe financiamento público para a inovação não existe o comprometimento do empresário com o resultado, isso porque as contrapartidas exigem pouco investimento financeiro do empresário, portanto o risco é baixo e as perdas são pequenas se o empreendimento não der resultado. Esse comportamento decorre da sensação de que o governo é devedor das empresas. Sentimento alimentado pelas altas taxas de impostos cobrados e pela crença de que *não existe dinheiro público, esse dinheiro é nosso, dos nossos impostos* (E5). Uma postura histórica do empresariado industrial brasileiro segundo Diniz (1997).

Uma lógica completamente inversa ao que acontece quando os investidores são privados. Quando os investidores farão de tudo para ter garantias do resultado final, de que o dinheiro investido lhes renderá lucros, nessa relação o empresário tem que convencer o investidor de que tem condições de realizar o projeto, e mais, de que o projeto tem potencial inovativo.

Em contraste com essa percepção está a concepção de que **a indústria paranaense vai muito bem “da porteira para dentro”** (E5), atribuindo a culpa pelos baixos índices da inovação exclusivamente à situação institucional do país, ao “Custo Brasil”. Atrelado a essa visão está o mito de que o funcionário brasileiro é mais caro que um funcionário alemão. A conta é feita em números reais de produção pelo número de empregados, sem levar em conta por exemplo o nível de automação da indústria, a culpa recai sobre a ineficiência dos funcionários brasileiros e os altos impostos sobre o pessoal. Castro desmente essa relação (CASTRO, 2000), e a linha de discurso mais macroeconômico tende a minimizar a importância dessa relação embora a utilize em seus discursos internos. Essa percepção é a constatação de que se existe algo de errado com a indústria paranaense, pelos baixos índices de inovação, este problema é do governo, dos funcionários ou da macroeconomia.

Nessa concepção estratégica a inovação aparece como **fundamental para o aumento da eficiência produtiva, diferenciação e aumento da competitividade industrial**. Porém de uma maneira geral é tratada com visão imediatista, em projetos que precisam começar a render rapidamente. Então o caminho mais procurado é o financiamento para compra de novas

máquinas e a melhoria do processo produtivo, o que possibilita apenas inovações incrementais, de baixo impacto (Bússola da Inovação).

A FIEP é vista como devedora de serviços à indústria e parece as vezes **refém dessa relação associativa**. Esmera-se para atender as demandas de seus clientes, desviando muito de sua atenção para a grande massa de indústrias retrógradas e com mentalidade de manutenção que existe no estado. O que fica evidente nos índices da Bússola da Inovação, apesar dos grandes investimentos feitos a partir dos anos 2000 durante a gestão de Rocha Loures para inserir a inovação de maneira mais contundente na pauta da indústria pouco se traduziu em mudança na velha elite industrial.

Uma outra característica dessa concepção é uma certa **“revolta” com a postura da academia no Brasil**. Os significados circulam ao redor do interesse de que a universidade disponibilize todo o seu conhecimento para a produtividade da indústria. O conhecimento só tem valor se puder ser transformado em produtos inovadores. A universidade deveria estar a serviço da indústria, mas isso sem que ela invista dinheiro. O financiamento deve vir do Estado, afinal “pagamos impostos”. Aparece nesse discurso o desejo de uma intervenção coercitiva de “arrancar” o conhecimento da universidade, ao mesmo tempo em que se evidencia a diminuição da inserção de pesquisadores nas empresas privadas. Nessa concepção deseja-se os benefícios das pesquisas, mas não se está disposto a pagar o preço da contratação de pesquisadores. *O Brasil tem apenas, atualmente, 25% dos seus pesquisadores inseridos em algum tipo de iniciativa privada, a Coréia do Sul tem 80% (E2).*

ou a gente começa a cobrar dos pesquisadores, cobrar mesmo, que os projetos venham pra rua, ou um dos grandes ativos, talvez os maiores ativos que nós temos que são as pesquisas de mestrado e doutorado, morrem, vão morrer nas universidades, talvez tivéssemos que criar um mecanismo pra arrancar destas pesquisas produtos e serviços que viessem pra comunidade (E1).

quando se faz uma dissertação de doutorado, você vai pesquisar alguma coisa que não tem nada a ver com o mundo real, aí você publica a sua dissertação, vai defender o seu artigo lá na Áustria, lá no Japão, mas de riqueza mesmo, de produto pra gerar emprego (prub)... você não gerou nada (E2).

Os significados apresentados nesta concepção apresentam uma inspiração neoliberal. O neoliberalismo povoa o imaginário do industrial brasileiro de uma maneira bastante antagônica com os relatos históricos. Historicamente, as vezes em que o Governo brasileiro atuou baseado em ideias neoliberais, a indústria nacional enfraqueceu-se. Em contrapartida,

governos nacionalistas favoreceram a indústria e ajudaram-na a desenvolver-se (COSTA, 1998; BRESSER-PEREIRA; DINIZ, 2009).

#### **Quadro 7 – Significados da inovação a serviço do corporativismo**

<b>Ação</b>	<b>Significado</b>	<b>Como?</b>
Apoio a captação de recursos governamentais	Coesão associativista sindical	FIEP devedora de serviços
Incentivo à privatização	Estado é burocrático e ineficiente	Estado deveria se concentrar na educação básica de qualidade o resto privatizar
Exigência de que o Estado financie a inovação	Desprezo pela coisa pública	Através da crença de que não existe dinheiro público, de que o dinheiro é dos empresários, dos impostos que pagam
Crítica ao ambiente externo produzido pelo governo – custo Brasil	Crença na eficiência privada	Acreditando na eficiência interna da indústria
Melhoria nos processos produtivos, criação de novos produtos	Inovação como aumento da competitividade e eficiência produtiva	Compra de equipamentos, inovações incrementais
Dificuldade de aproximação com a universidade	Universidade fora do mundo real, inútil para o desenvolvimento	Entendimento que os Estudos sem aplicação econômica para gerar inovações
Pouca inserção de pesquisadores na esfera privada	Descrença na utilidade da pesquisa	Somente quando há financiamento público

Fonte: Elaborado pelo autor.

## 4.2. DISCUSSÃO

### **a) Estado e Capitalismo brasileiros: Burocracia e desconfiança**

O capitalismo brasileiro de características patrimonialistas, com seus favorecimentos e personalismos, onde as esferas do pública e do privada se confundem, é marcado por relações burocráticas que estão à serviço do estamento que comanda o país. A burocracia brasileira tem a aparência das de sociedades Modernas (DA MATTA, 1979), mas na realidade não passa de uma reprodução elaborada das relações tradicionais de exploração e domínio.

O Estado brasileiro adquiriu contornos de um estado forte e muito presente em todas as esferas da sociedade. A sucessão de governos autoritários e a herança da corte portuguesa fizeram com que cidadãos e empresários dependessem excessivamente do Estado. Nesse contexto a legislação muda de acordo com os interesses em jogo, algumas leis “pegam” e outras não. Os interesses privados, particulares muitas vezes se sobrepõem, até mesmo por força de lei, aos interesses coletivos. Essas características produziram uma desconexão entre os interesses da sociedade e os interesses do estamento, um distanciamento formalista que gera desconfiança.

Esta condição gera uma desconfiança que emperra o desenvolvimento do país. Empresários desconfiam da utilidade, eficiência e das intenções do Governo. O Estado impõem impostos e burocracia pesada para garantir a manutenção da máquina pública.

No campo do fomento à inovação, onde as relações sadias entre as esferas pública e privada poderiam gerar desenvolvimento sustentável para o país, a desconfiança é uma instituição que precisa ser superada. Um empresariado mais forte e autônomo, que assumisse uma postura de protagonista do desenvolvimento econômico do país, poderia exigir transparência e ética de seus governantes.

A inovação é uma oportunidade para que novos acordos se estabeleçam e as relações se alterem, porém se os empresários quiserem deixar de serem *atores subalternos*, precisam ampliar seus horizontes e abandonar o espírito corporativista, protecionista e lobista que o sindicalismo lhes oferece.

### **b) Amarrados pelo sindicalismo:**

As federações da indústria surgiram como uma resposta corporativista da classe industrial às regalias que a legislação trabalhista de Vargas dava aos funcionários. A lei do Sindicalismo,

que instituiu a contribuição sindical compulsória foi quem viabilizou a sindicalização patronal e é nessa prerrogativa que nascem as federações das indústrias. Dotadas de força política para dialogar com o Governo e nunca mais precisar dialogar com os funcionários. A lei da Sindicalização jogou sobre o governo a responsabilidade de responder às demandas dos funcionários e deu aos capitalistas acesso de influência no governo.

Esse processo ao mesmo tempo que viabilizou a estrutura monumental que as Federações industriais têm em todo o país e deu força política à classe industrial, amarrou a FIEP aos seus clientes retrógrados. A média da indústria brasileira nem de longe lembra a competitividade e os riscos que Schumpeter considerava ao falar da destruição criativa. A herança das práticas patrimonialistas, criou uma classe dependente, acostumada a ser pajeada, favorecida, facilitada com uma mentalidade de manutenção “infantilizante”.

As federações, como a FIEP, constituíram-se como paraestatais, ou serviço social autônomo, que apesar de não fazer parte da administração pública direta, recebem recursos públicos provindos de impostos sobre os industriais. Essa relação cria uma dualidade que se revela no campo, ao mesmo tempo que a FIEP tem compromissos legais com o Estado brasileiro de prestar serviços de contrapartida como a educação, ela é uma entidade que representa os interesses privados da indústria. No campo do fomento à inovação, essa dualidade amarra a FIEP aos interesses corporativistas da indústria. Esse compromisso muitas vezes a impede de ser mais eficiente no fomento à inovação, pois atrela-se a demandas lobistas que enfraquecem o seu discurso e ação em favor da inovação.

A última década foi uma década de grandes investimentos públicos e da própria FIEP em inovação. Procurando mudar essa mentalidade, oferecer caminhos, métodos de gestão da inovação. Porém esse investimento mostrou-se ineficiente a julgar pelo próprio resultado da bússola da inovação. A solução vislumbrada pela própria FIEP é investir em uma nova geração de empreendedores, que nasçam em uma lógica de inovação tecnológica. As Startups tem proporcionado novas possibilidades, porém a FIEP continuará amarrada ao pesado ambiente institucional e aos letárgicos empresários associados, corporativistas. Estes, dependentes e cada vez exigindo mais da FIEP e do Estado, como se fossem obrigados a servi-los, afinal “não existe dinheiro público, esse dinheiro é nosso!”.

### **c) O nó do conhecimento:**

O discurso da FIEP evidencia a importância da participação das universidades e centros de pesquisa como um dos pontos chave para o desenvolvimento da inovação. Essa importância é



ressaltada de maneira empírica ao observar países como Coréia do Sul, Israel e Japão e de maneira teórica ao amparar suas concepções em conceitos como o da Hélice Tríplice de Etzkowitz. Alguns empresários chegam a expressar o desejo de que a transferência de conhecimento da universidade para a indústria seja feita de forma autoritária, por força de Lei. *Precisamos achar um jeito de arrancar o conhecimento das universidades* (E1).

Aqui existe uma evidente disputa ideológica. A indústria, representada pela FIEP, entende que a universidade deve estar à seu serviço, e que o conhecimento produzido deve virar produtos, gerar riqueza econômica, e isso deveria acontecer normalmente, em fluxo natural, em uma óbvia e lógica sequência para o desenvolvimento da sociedade. Por outro lado a universidade nem sempre entende desta forma. A ciência se presta a outros interesses que não só os econômicos, e aí as estruturas burocráticas também fazem um papel de dificultar essa relação uma vez que as formas de avaliação da academia privilegiam a publicação acadêmica, e pouco importam com a produção industrial ou essa aproximação.

Resolver esse impasse ideológico é um ponto importante para o desenvolvimento da inovação, Leydesdorff e Etzkowitz (1998) ressaltam a importância de que esses acordos aconteçam e que a forma de solucionar é colocar regras claras, instituições e até legislação que diminuam os conflitos de interesses.

Apesar da FIEP mostrar-se um ator social habilidoso em aproximar os atores necessários para o desenvolvimento da inovação e produzir, especialmente ao redor do campus da indústria em Curitiba um ambiente favorável à inovação, como costumam apresentar, fica evidente que esta hélice tem uma pá quebrada. A dificuldade de conseguir da academia o conhecimento desejado para o desenvolvimento da inovação.

Muitos aspectos estão envolvidos nessa dificuldade, inclusive onto-epistêmicos de compreensão da própria sociedade e o papel da indústria nela, aspectos que fogem ao escopo desta pesquisa. Porém a teoria dos campos nos permite analisar essas relações do ponto de vista de formação do campo e das disputas que nele ocorrem.

Em nossa análise existe uma forte disputa em andamento entre a universidade e a indústria, disputa essa que a FIEP não conseguiu até o momento apaziguar, moderar, catalisar a contento. Apesar de existir projetos de colaboração, eles acontecem pontualmente a partir de editais com financiamento do governo, aí sim indústria e universidade se aproximam para pontualmente aproveitar esse recurso, porém poucos avanços sistêmicos podem ser notados.

Um dos motivos encontrados para que a FIEP não se mostre ator hábil suficiente para lidar com essa situação é a própria vinculação sindical com a indústria. Um mediador perde

legitimidade quando está comprometido com um dos lados. Entender essa relação a partir da teoria dos campos nos permitiu evidenciar a disputa, ao passo que muito do que se tem produzido até o momento, deixa transparecer a ideia de que essa colaboração aconteceria normalmente. Porém a FIEP, dependendo do ponto de vista, representa interesses concorrentes com a própria universidade uma vez que SESI-SENAI, são fundamentalmente, e essa é sua contrapartida social legal, organizações de ensino e treinamento e portanto concorrentes de mercado e ideológicos das universidades, especialmente as públicas.

Podemos compreender a partir dessa leitura que o investimento da FIEP nos Institutos Senai de Inovação - ISI, são uma resposta a essa disputa. Esses institutos representam uma saída para a necessidade da indústria de acessar e produzir o conhecimento que desejam para fomentar a inovação. Uma evidência de que esta é uma via alternativa é o fato de não existir nenhuma universidade brasileira envolvida na parceria com o Instituto Fraunhofer, da Alemanha.

Essa leitura levanta questionamentos para a definição e compreensão de habilidades sociais na Teoria dos Campos de Fligstein e McAdam.

#### 4.3. CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS

##### 4.3.1. Habilidades sociais

As habilidades sociais descritas por Fligstein e McAdam (2012) representam uma excelente saída teórica para o dilema da agência nas teorias institucionais e neo-institucionais. As habilidades sociais ajudam a explicar a forma como pessoas ou grupos de pessoas são capazes de modificar, de **influenciar socialmente as decisões de outros atores**. Estes atores seriam **capazes de perceber e aproveitar situações** para influenciar o rumo das coisas. Eles **não estão apenas focados em seus interesses próprios**, mas estão abertos para o que o ambiente, a situação pode lhes oferecer. São capazes de **influenciar outras pessoas a colaborarem para atingir os melhores resultados** que esta situação pode lhes oferecer. Tem uma **compreensão coletiva de uma visão de mundo emergente, de uma identidade partilhada**.

Em nossa percepção, a FIEP apresenta todas as habilidades sociais descritas na teoria e realmente pudemos verificar no campo, ações em que essas habilidades foram utilizadas. Por exemplo na criação do ecossistema de inovação ao redor do campus da indústria. Catalisando, aglutinando atores para colaborarem em projetos de inovação.

A questão teórica que levantamos é que Fligstein e McAdam (2012) entendem que os atores com mais habilidades sociais, **seriam hábeis em qualquer situação**. A FIEP se mostrou, talvez, o mais hábil dos atores do campo, porém encontrou dificuldades em estabelecer vínculos permanentes e fluxos contínuos de transferência de tecnologia entre as universidades e as empresas. As questões institucionais com certeza pesam nessa relação, porém, em nossa leitura a FIEP não apresentava suficiente legitimidade para intermediar essa relação, afinal, ela é uma federação de indústrias e por isso pode ser vista como parcial.

Nosso argumento é que outros atores, talvez com menos habilidades sociais, poderiam ter sucesso nessa mediação, como por exemplo uma associação de pesquisadores. Portanto, a contribuição para a teoria é de que atores mais hábeis socialmente, nem sempre serão mais bem sucedidos do que atores com menos habilidades sociais.

#### **4.3.2. Estado imparcial**

A Teoria dos Campos de Fligstein e McAdam (2012), tratam o estado como uma entidade imparcial, promotor de ordem social, como regulador das relações. Tanto é assim que um dos desafios é compreender as relações do campo estudado com os campos externos imbricados, especialmente o Estado. Nossa contribuição é que nem sempre o Estado atente somente a essas funções.

O capitalismo brasileiro revela a presença do Estado como produtor de significados e ações que interferem diretamente no funcionamento do campo. Ao ponto de ser considerado o *incumbent*, o ator dominante do campo. O campo do fomento à inovação no Paraná, alvo deste estudo, evidenciou que as ações do Estado brasileiro moldaram as ações e influenciaram a forma como os demais atores se relacionam. Não apenas pelas regulamentações, mas especialmente pelos significados das relações entre público e privado, entre os empresários e sua dependência do Estado.

Nossa contribuição para teoria é de que se inclua a consideração de que o Estado pode ocupar a posição de ator interno do campo e não apenas um importante ator externo.

## 5. CONCLUSÃO

O principal objetivo dessa dissertação era compreender o campo do fomento à inovação no Paraná, não apenas de uma perspectiva econômica, instrumental, mas, a partir de seu imbricamento social. Queríamos compreender como os aspectos históricos, culturais e as relações sociais produzem significados que orientam as relações entre os atores no campo, em especial as relações entre o público e o privado. Os processos de inovação pressupõem a colaboração entre diversos atores, empresas privadas, o Estado, as universidades, agências de fomento, cada um com seus interesses, o que faz do fomento à inovação um campo complexo.

A perspectiva econômica, do ator racional autointeressado, é limitada em explicar porque esses atores se envolveriam em processos de inovação cooperando na busca de resultados incertos. De outro lado, os manuais de inovação abordam a cooperação para a inovação do ponto de vista instrumental, muitas vezes sem considerar os aspectos institucionais que favorecem ou dificultam essas relações colaborativas.

A Teoria dos Campos (FLIGSTEIN; McADAM, 2012) nos ajudou a olhar para o fomento à inovação como um campo de disputas, onde os atores competem por uma posição que lhes traga vantagens. Nesse sentido ficou evidente pela pesquisa empírica que o Estado brasileiro ocupa uma posição de Dominante (*incumbent*), ou seja, o ator que domina historicamente o campo. O Estado brasileiro tem oferecido significados que orientam as ações de empresários e centros de pesquisa ao redor dos processos de inovação.

A presença “forte” do Estado brasileiro no mercado, e suas características patrimonialistas produziram um capitalismo dependente, onde empreendedores esperam do Estado até mesmo a motivação para inovar. O Estado se faz presente no campo do fomento à inovação de diversas maneiras: como financiador que assume os riscos através de investimentos a fundo perdido, como produtor de significados induzindo empreendimentos em determinadas áreas através dos editais, e como regulador das relações.

As relações históricas entre a indústria e o governo no Brasil deixaram marcas profundas que impedem que as partes envolvidas no fomento à inovação assumam suas reais responsabilidades e dessa forma empatam o desenvolvimento do país. Os industriais corajosos e aventureiros foram, desde os primeiros anos da colonização, barrados e tiveram sua vida dificultada pela burocracia. O interesse do estamento e das capitânicas hereditárias era de

exploração, de aproveitar as riquezas até a sua exaustão para enriquecer e poder voltar para Portugal. A coroa favoreceu os senhores feudais que prosperaram e abriram indústrias com investimentos sem riscos em nichos protegidos e financiados pelo Estado, impedindo a entrada de concorrentes e facilitando a vida dos escolhidos.

Uma característica presente na sociedade brasileira, e também nas relações entre industriais e governo, é um esquema de aparências que torna difuso o olhar para os reais problemas que atrasam o desenvolvimento do nosso País. Na aparência somos um estado capitalista regido pelo mercado, na realidade vivemos um capitalismo patrimonialista que continua a favorecer os amigos da coroa e nichos onde o dinheiro verte em mananciais a partir do governo. Na aparência os empresários estão fazendo sua parte, investindo e trabalhando arduamente para construir o país, na realidade dependem tanto do dinheiro do Estado para produzir, que tornam a tríplice hélice disforme e portanto a impedem de funcionar.

Os principais significados circundam o campo são: a dependência do Estado, a desconfiança nas relações, o protecionismo corporativista do sindicalismo patronal, o descrédito no sistema educacional. Esses significados estão estruturados em dois discursos principais que podem ser lidos a partir da FIEP. O discurso da **Inovação como uma estratégia de desenvolvimento** e o discurso da **Inovação à serviço do corporativismo**.

O discurso da Inovação como estratégia de desenvolvimento é quase um apelo para que os empresários deixem suas cômodas posições dependentes, de atores subalternos, e assumam o protagonismo no desenvolvimento do país. Essa visão combate fortemente a postura lobista, e corporativista dos industriais e entende a inovação como fundamental para o desenvolvimento econômico e social da nação.

Concorre com essa visão o discurso da Inovação à serviço do corporativismo, que representa um reforço de instituições como a dependência, desconfiança e descrédito na educação. Nesse discurso as demandas dos industriais concentram-se na ideia de que eles estão fazendo o melhor, mas o Estado ineficiente e burocrático cria estruturas que atrasam o seu desenvolvimento. O problema está do lado de fora, no alto custo do país e na dificuldade de estabelecer parcerias com as universidades, percebidas como muito lentas e fora da realidade. Nesta perspectiva, a FIEP e o Estado são devedores dos industriais, pois é o seu dinheiro, dos altos impostos, que sustentam ambos.

Evidente que existem projetos pontuais onde esses discursos são amenizados através da habilidade social de atores, que principalmente por meio das relações pessoais, quebram a desconfiança, e conseguem bons resultados em projetos inovadores. Embora isto normalmente aconteça quando existe a legitimação e o financiamento do Estado. O que mais uma vez reforça a sua posição de *incumbent*.

Os episódios de disputa que aconteciam no momento da pesquisa reforçaram a percepção de que o campo do fomento à inovação é um campo emergente, em formação. Pode-se observar as disputas por posição nas discussões a respeito do Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação, onde especialmente as associações de ensino e pesquisa lutaram por melhores posições. Ao passo que os industriários e suas entidades, novamente assumiram uma posição refratária e dependente.

Os processos de inovação são uma grande oportunidade para que novas relações se criem. Relações que podem apontar caminhos de cooperação que levem ao desenvolvimento sustentável do país. Para que isso ocorra é preciso conhecer e encarar as limitações históricas, as instituições sociais que nos trouxeram a esse lugar. As relações entre o Estado e o empresariado podem ser diferentes, mas para que isso aconteça é preciso fugir da aparência, encarar a realidade e trabalhar para construir novos processos. Uma nova geração de empreendedores que já nasceram com base tecnológica e outras relações, tem aproveitado a estrutura e forte presença do Estado porém estabelecido novas relações com o mercado, mais competitivos, menos dependentes, procurando negócio de alto impacto.

Este estudo não pretendeu ser definitivo e muito menos generalizável, mostra-se antes como um retrato, um recorte construído a partir de relatos e percepções que a teoria e o campo nos ofereceram. Apesar de a FIEP ter se mostrado um ator bastante interessante para o desenho do fomento à inovação no Paraná, este estudo, em função do recorte escolhido, tem limitações de extensão. Ele pode ser ampliado à outras organizações públicas e privadas que fomentam a inovação no estado, o que poderá acrescentar significados a ampliar ainda mais a compreensão das relações levantadas nesta dissertação.

Outros campos próximos que representam interessantes objetos para ampliar a compreensão do campo do fomento à inovação em futuras pesquisas são: o campo do empreendedorismo e o campo da pesquisa e formação profissional.

No campo do empreendedorismo, especialmente o empreendedorismo por oportunidade pode revelar significados importantes para a compreensão das ações e posturas do empresariado frente à inovação. Este campo está na fronteira e relaciona-se diretamente com o campo do fomento à inovação estudado na presente dissertação.

Os nós do conhecimento discutidos neste estudo da mesma forma representam um interessantíssimo campo para futuras pesquisas. A relação entre os empresários e a pesquisa e formação representam sem dúvida um dos maiores desafios para avançar a inovação no país. Estudar estas relações não apenas através da perspectiva funcionalista positivista, pode oferecer novas compreensões e lançar luz para caminhos que representem significados para além dos econômicos que sustentem novas relações entre a academia e a indústria.

## REFERÊNCIAS

ALDRIDGE, A. **The Market**. Cambridge, UK: Polity, 2005.

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O Método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

AMABILE, T. M.; GRYSZKIEWICZ, N. D. The Creative Environment Scale: Work Environment Inventory. **Creativity Research Journal**. 2, 231-253, 1989.

ANDERSON, Perry. **Balço do neoliberalismo**, in Pósneoliberalismo - As Políticas sociais e o Estado democrático. São Paulo: Paz e Terra. 1995.

ANPEI. Mapas da Inovação. **Site ANPEI**, 2016. Disponível em: <http://anpei.org.br/publicacoes/mapas-da-inovacao/> Acessado em: 16/09/2016.

AVELLAR, A. P., Impacto das políticas de fomento à inovação no Brasil sobre o gasto em atividades inovativas e em atividades de P&D das empresas. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 39, n. 3, p. 629-649, 2009.

BALESTRIN, A.; VERSCHOORE, J. R.; REYES JUNIOR, E. O Campo de Estudo sobre Redes de Cooperação Interorganizacional no Brasil. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 14, n. 3, pp. 458-477, Mai./Jun., 2010.

BARBOSA, Lívia. **O jeitinho brasileiro: a arte de mais igual que os outros**. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BECKERT, J. **Beyond the Market**. Princeton: Princeton University Press, 1997.

BECKERT, J.; MUSSELIN, C. Introduction. In: BECKERT, J.; MUSSELIN, C. **Constructing Quality**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

BESSANT, John; TIDD, Joe. **Inovação e empreendedorismo**. Porto Alegre: Bookman, 2009.

BLOCK, F. Rethinking Capitalism. In Biggart, N. W. (Ed.) *Readings in Economic Sociology* (pp. 219-30). Malden, Mass: Blackwell, 219-30. 2002.

BNDES. Relatório Anual 2015. **Site do BNDES**, 2015. Disponível em: [http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/empr esa/RelAnual/ra2015/RA\\_2015.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empr esa/RelAnual/ra2015/RA_2015.pdf) Acessado em: 04/08/2016.

BOURDIEU, Pierre; ORTIZ, Renato. O campo científico. **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

BRASIL. Diretrizes de Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior. **Site Anped**. 2003. Disponível em: <http://www.anped11.uerj.br/diretrizes.pdf>. Acessado em: 12/07/2016.



BRASIL. Decreto nº 19.770, de 19 de Março de 1931. **Site Câmara dos Deputados**. 1931. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19770-19-marco-1931-526722-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acessado em: 03/11/2016

BRASIL. Lei no. 10.973, de 2 de dezembro de 2004. **Site do Planalto**. 2004. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/110.973.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.973.htm)> Acessado em: 12/07/2016.

BRASIL. Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005. **Site do Planalto**. 2005. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/111196.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111196.htm)> Acessado em: 12/07/2016.

BRASIL. Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016. **Site do Planalto**. 2016. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/lei/113243.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113243.htm)> Acessado em: 10/09/2016.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Sociedade Estatal e Tecnoburocracia**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1981.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Cinco Modelos de Capitalismo**. Texto para discussão 280. Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas FGV-EESP, mai.2011. Disponível em: <[http://www.bresserpereira.org.br/papers/2011/11.32.Modelos\\_de\\_capitalismo-TD-280.pdf](http://www.bresserpereira.org.br/papers/2011/11.32.Modelos_de_capitalismo-TD-280.pdf)>. Acessado em: 16 jul.2015.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; DINIZ, Eli. Empresariado industrial, democracia e poder político. **Novos Estudos-CEBRAP**, n. 84, p. 83-99, 2009.

CAMPANTE, R. G. O Patrimonialismo em Faoro e Weber e a Sociologia Brasileira. **DADOS-Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 46, nº1, 2003.

CARNEIRO, C. M. Q. Estrutura e ação: aproximações entre Giddens e Bourdieu. **Tempo da Ciência**, 13, 26: 39-47. Jul-dez 2006.

CASTILLA, E. J., HWANG, H., GRANOVETTER, E., GRANOVETTER, M. Social networks in silicon valley. In: C. LEE, W. F. MILLER, M. G. HANCOCK, & H. S. ROWEN (Eds.). **The Silicon Valley Edge**. (pp. 218-247). Stanford: Stanford University Press, 2000.

CASTOR, Belmiro Valverde Jobim. **O Brasil não é para amadores: estado, governo e burocracia na terra do jeitinho**. Curitiba: EBEL IBQP-PR, 2000.

CARVALHO, H. G.; CAVALCANTE, M. B.; SPINOSA, L. M.; TACLA, I. C. W.; TURETTA, A. **SelfInova: metodologia para elaboração de planos de inovação**. Curitiba: IEL, 2015.

CARVALHO, H. G. de, REIS, D. R. dos, & CAVALCANTE, M. B. **Gestão da inovação**. 1a ed. Curitiba: Aymarã, 2011.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. **Dados**, v. 40, n. 2, 1997.

COSTA, V. R. Ação patronal e corporativismo. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, 10/11, 1998, pp. 119-126

DA MATTA, Roberto. Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro. **Rio de Janeiro, Rocco**, 1979.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (Orgs.) **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DINIZ, Eli. **Crise, reforma do Estado e governabilidade: Brasil, 1985-95**. Fundação Getúlio Vargas, Editora, 1997.

DUBUISSON-QUELLIER, S. From Qualities to Values. In: BECKERT, J.; MUSSELIN, C. **Constructing Quality**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

EVANS, Peter. Além da “monocultura institucional”: instituições, capacidades e desenvolvimento deliberativo. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 5, n.9, p.20-63, jan/jul 2003.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder - Formação do patronato político brasileiro**. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2013.

FARIA, Maria de Fátima Bruno de; ALENCAR, Eunice M. L. Soriano de. Estímulos e barreiras à criatividade no ambiente de trabalho. **Revista de Administração**, São Paulo, v.31, n.2, p.50-61, abr/jun. 1996.

FIEP. Empresários na Política. **Site da FIEP**. 2010 (a). Disponível em: <<http://www.agenciafiep.com.br/artigo/empresarios-na-politica-2/>> Acessado em: 01/11/2016.

FIEP. Uma agenda para o Brasil. **Site da FIEP**. 2010 (b). Disponível em: <<http://www.agenciafiep.com.br/artigo/uma-agenda-para-o-brasil/>> Acessado em: 01/11/2016.

FIEP. Balanço de Gestão 2011-2015. **Site da FIEP**. 2015. Disponível em: <<http://www.sistemafiep.org.br/balanco-de-gestao-2011-2015-1-20910-309151.shtml>> Acessado em: 07/11/2016.

FIEP. Sobre a FIEP. **Site da FIEP**. 2016 (a). Disponível em: <<http://www.fiepr.org.br/conheca-1-97-188404.shtml>> Acessado em 10/07/2016.

FIEP. Modernização dos instrumentos legais de incentivo à inovação. **Site da FIEP**. 2016 (b). Disponível em: <<http://www.fiepr.org.br/politica-industrial/FreeComponent29827content318647.shtml>> Acessado em: 11/11/2016.

FIEP. Por dentro da auditoria interna. **Site da FIEP**. 2016 (c). Disponível em: <http://www.fiepr.org.br/nossosistema/por-dentro-da-auditoria-interna-2-12480-318762.shtml> Acessado em: 06/07/2016

FIEP. Inovação. **Site da FIEP**. 2016 (d). Disponível em: <http://www.sistemafiep.org.br/inovacao-1-9438-68719.shtml> Acessado em: 05/09/2016.

FINE, Michelle et al. Para quem? Pesquisa qualitativa, representações e responsabilidades sociais. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (Orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FINEP. **O que é o programa inova**. Disponível em: <http://www.finep.gov.br/apoio-e-financiamento-externa/programas-e-linhas/programas-inova/o-que-e-o-programa-inova> Acessado em: 10/11/2016.

FLIGSTEIN, Neil. **The Architecture of Markets – An Economic Sociology of Twenty-First-Century Capitalist Societies**. Princeton University Press, 2001.

FLIGSTEIN, Neil. Habilidade Social e a Teoria dos Campos. **RAE**. Abr./Jun. 2007.

FLIGSTEIN, Neil; McADAM, Doug. **Theory of Fields**. Oxford University Press, 2012.

FONTANA, A.; FREY, J. The Interview: from neutral stance to political involvement. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Eds) **The Sage Handbook of Qualitative Research: Third Edition**. London: Sage, 2005.

FOURCADE, M.; STREECK, W. States and Markets. In **Asa Section Newsletter**. V. XY, n.1. 2015.

GAZETA DO POVO. Inovação exige reforço no Paraná. **Site Gazeta do Povo**. 2014. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/economia/inovacao-exige-reforco-no-parana-9fropd6uqr4fia7r57goc0e32> Acessado em: 28/07/2016.

GANEM, A. O mercado como ordem social em Adam Smith, Walras e Hayek. **Revista Economia e Sociedade**. Campinas, v.21, n.1, p. 143-164, abr. 2012.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

GIDDENS, Anthony. **Em defesa da sociologia**. São Paulo: UNESP, 2003.

GODOI, C. K.; MATTOS, P. L. C. L.. Entrevista qualitativa: instrumento de pesquisa e evento dialógico. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. **Pesquisa Qualitativa em Estudos Organizacionais**. São Paulo: Saraiva, 2006, capítulo 10.

HAYEK, Friedrich. **O caminho da servidão**. Rio de Janeiro: Livraria do Globo. 1946

HAYEK, F.A. **Individualism and Economic Order**. Chicago: Chicago University Press, 1948.

HEATH, J. **Morality, Competition, and the firm**. New York: Routledge, 2011.

IBGE. PINTEC 2014. **Site do IBGE**, 2016. Disponível em:

<[http://www.pintec.ibge.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=45&Itemid=12](http://www.pintec.ibge.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=45&Itemid=12)> Acessado em: 17/10/2016.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Saraiva, 2005.

LEYDESDORFF, Loet; ETZKOWITZ, Henry. The triple helix as a model for innovation studies. **Science and public policy**, v. 25, n. 3, p. 195-203, 1998.

LUENGO, M. J.; OBESO, M. El Efecto de la Triple Hélice en los Resultados de Innovación. **Revista de Administração de Empresas**, V. 53, n. 4, pg. 388-399, jul-ago. 2013.

MACHADO-DA-SILVA, Clóvis L.; FONSECA, Valéria S. da; CRUBELLATE, João M. Estrutura, agência e interpretação: Elementos para uma abordagem recursiva do processo de institucionalização. **Revista de Administração Contemporânea**, Edição Especial, p. 09-39, 2005.

MACHADO-DA-SILVA, Clóvis L.; GONÇALVES, Sandro Aparecido. Nota Técnica: A Teoria Institucional. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C; NORD, W. **Handbook de estudos organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais**, v. 1. São Paulo: Atlas, 2001.

MACHADO-DA-SILVA, Clóvis L.; GUARIDO FILHO, Edson R.; REINERT, Maurício; OLIVEIRA, Patrícia. Institucionalização da Mudança na Sociedade Brasileira. In.: VIEIRA, Marcelo; CARVALHO, Cristina. **Organizações, Instituições e Poder no Brasil**. Rio de Janeiro : Editora FGV, 2003.

MACHADO-DA-SILVA, Clóvis L.; GUARIDO FILHO, Edson R.; ROSSONI, Luciano. Campos Organizacionais: Seis diferentes leituras e a perspectiva de estruturação. **Revista de Administração Contemporânea**, Edição Especial, p. 159-196, 2006.

MANCUSO, Wagner Pralon. O lobby da indústria no Congresso Nacional: empresariado e política no Brasil contemporâneo. **Dados**, v. 47, n. 3, p. 505-547, 2004.

MANCUSO, Wagner Pralon. O empresariado como ator político no Brasil: balanço da literatura e agenda de pesquisa. **Revista de Sociologia e Política**, v. 28, p. 131-262, 2007.

MARTINS, Luciano. **Estado Capitalista e burocracia no Brasil pós-64**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

MAYRING, P. Qualitative Content Analysis. Forum: **Qualitative Social Research**, v. 1, n. 2, art. 20, 2000. Disponível em: <http://www.qualitative-research.net/index.php/fqs/article/view/1089/2385>. Acesso em 04 Mar. 2015.

MAZZUCATO, Mariana; PENNA, Caetano. **The Brazilian innovation system: a mission-oriented policy proposal**. Brasília: CGEE, 2016.

- MOBILIZAÇÃO EMPRESARIAL PELA INOVAÇÃO - MEI. Avanço do Marco Institucional da Inovação no Brasil. Pedro Wongtschowski – Grupo Ultra. 2ª Reunião do Comitê de Líderes. 2015. Acessado em: 11/11/2016. Disponível em: <[http://homologa.portaldaindustria.com.br/media/uploads/arquivos/MarcoInstitucionaldaInovao\\_PedroW-v11.pdf](http://homologa.portaldaindustria.com.br/media/uploads/arquivos/MarcoInstitucionaldaInovao_PedroW-v11.pdf)>
- MISOCZKY, Maria Ceci A. Implicações do uso das formulações sobre campo de poder e ação de Bourdieu nos Estudos Organizacionais. **Revista de Administração Contemporânea**, Edição Especial, p.09-30, 2003.
- MORAES, Antonio Carlos de. O projeto neoliberal e o mito do “Estado mínimo”. **Lutas Sociais**. ISSN 1415-854X, n. 1, p. 81-88, 2004.
- OECD, Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Manual de Oslo**: Diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação. Paris: OECD e Gabinete Estatístico das Comunidades Européias, 2005.
- PAIVA JUNIOR, F. G; LEÃO, A. L. M; MELLO, S. C. B. Validade e confiabilidade na pesquisa qualitativa em Administração. **Revista de Ciências e Administração**. v. 13, n.31, p. 190-209, set/dez 2011.
- POLANYI, K. **A Grande Transformação**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.
- PORTAL DA INDÚSTRIA. Institutos SENAI de Inovação. **Site CNI**, 2014. Disponível em: <<http://www.portaldaindustria.com.br/agenciacni/noticias/2014/09/institutos-senai-de-inovacao/>> Acessado em: 15/11/2016
- PR. Governo do Estado do Paraná. **Site da Casa Civil**, 2012. Disponível em: <<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=76049&codItemAto=544842>> Acessado em: 12/07/2016
- QUANDT, C. O. Redes de cooperação e inovação localizada: estudo de caso de um arranjo produtivo local. **Revista de Administração e Inovação**, v. 9, n. 1, p.141-166, jan./mar. 2012.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. **Administração e contexto brasileiro**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1983.
- REINERT, M.; TSUJIGUCHI, F. Y. Meanings of Fostering Innovation in a Field Under Construction. In: **SASE 28th**, 2016. Disponível em: <<https://sase.confex.com/sase/2016am/webprogram/Paper4559.html>> Berkley, 2016.
- RIGGS, F. W. **A ecologia da administração pública**. Rio de Janeiro: FGV, 1964.
- SAMPAIO, J. R. A pesquisa qualitativa entre a fenomenologia e o empirismo formal. **Revista de Administração**, v.36, n.2, p.16-24, abril/junho 2001. Disponível em: [http://www.rausp.usp.br/busca/artigo.asp?num\\_artigo=15](http://www.rausp.usp.br/busca/artigo.asp?num_artigo=15). Acesso em: 4 Mar. 2016
- SBPC. Em defesa de uma política de estado para a ciência, a tecnologia e a inovação. **Site da SBPC**, 2016. Disponível em:

<http://www.sbpcnet.org.br/site/noticias/materias/detalhe.php?id=5074> Acessado em: 02/12/2016.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **A teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1997.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

SCHWARTZMAN, Simon. **Bases do autoritarismo brasileiro**. Ed 4. Rio de Janeiro: Publit Soluções Editoriais, 2007.

SEN, Amartya K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SIMMEL, G. **The Philosophy of Money**. New York: Routledge, 2011.

SMITH, A. **Riqueza das Nações**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

SOUZA, E.C.L.; TORRES, C.V.; LUCAS, C.C. Práticas sociais, cultura e inovação: três conceitos associados. **Revista Adm, FACES Journal**. V.10, n.2, p. 210-230, abr/jun 2011.

SOUZA, M.; RUTHES, S.; MACHADO, A. C. **Bússola da inovação**: perfil de inovação industrial. Curitiba: Senai/PR, 2016.

SPINK, Peter K. A articulação de ações públicas em situações complexas. In: GOMES, Marcus V. P.; ALVES, Mario A.; FERNANDES, Renê J. R. **Políticas públicas de fomento ao empreendedorismo e às micro e pequenas empresas**. 1ed. São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania, 2013. P. 43-59.

SUTZ, J. The University-Industry-Government relations. **Latin America. Research Policy**, v.29, n.2, p.279-290, February, 2000.

SWEDBERG, R. Markets in Society. In: SMELSER, N. SWEDBERG, R. (org.) **The Handbook of Economic Sociology**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2005.

TCU. Grupo II – Classe I – Plenário TC 004.531/2004-5. **Site TCU**. 2004. Disponível em: <<http://www.tcu.gov.br/Consultas/Juris/Docs/judoc%5CAcord%5C20050527%5CTC-004-531-2004-5.doc>> Acessado em: 11/11/2016.

TRIGILIA, C. **Economic Sociology**. OXFORD-MA: Blackwell, 2002.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo da Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. v. 1. **Brasília: UnB**, 1999.

WEBER, Max. **Os fundamentos da organização burocrática**: uma construção de tipo ideal. In: CAMPOS, E. **Sociologia da Burocracia**. Rio de Janeiro: Zahar Edições, 1978.

WETHERELL, Margaret; STIVEN, Hilda; POTTER, Jonathan. Unequal egalitarianism: A preliminary study of discourses concerning gender and employment opportunities. **British Journal of Social Psychology**. v. 26, n. 1, p. 59-71, 1987.

WEST, M. A.; FARR, J. L. Innovation at work. In: WEST, M. A.; FARR, J. L. (Eds.). **Innovation and creativity at work**. p. 03-13. New York: John Wiley and Sons, 1990.

WILLIAMSON, O. **The Economic Institutions of Capitalism**. New York: Free Press, 1985.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A – Roteiro de entrevista 01

OBJETIVO GERAL:			
Compreender como os significados norteiam as ações de atores públicos e privados conformando o campo do fomento à inovação no Paraná, tendo a FIEP como ponto de partida.			
Perguntas	Sub-perguntas: caso não haja resposta	Justificativa	Objetivos específicos
Quais <b>ações</b> na sua história pessoal você considera que foram inovadoras e como elas contribuíram para sua caminhada como empreendedor?	Qual a importância de se inovar nos negócios?  Porque isso é importante?	- Compreender os significados de inovação para o ator enquanto <b>empresário inovador</b> - Identificar características de possíveis <b>habilidades sociais</b>	Compreender como os significados da inovação para os diferentes atores contribuem para sustentar o campo;
O que você entende por inovação e fomento à inovação?	Qual a importância da inovação e do fomento para a indústria? Porque isso é importante?	- Compreender os significados de inovação para o ator enquanto <b>empresário inovador</b>	
A Educere aparece como apoiadora da <b>Bússola da Inovação</b> . Como esse processo foi estabelecido? Quais as condições de participação?	Qual a participação da Educere? Desde o início?	- identificar a posição dos atores no campo <i>(incumbents, challengers)</i>	Descrever o campo social do fomento à inovação no Paraná
Como você percebe a <b>FIEP</b> com relação ao <b>Fomento à inovação</b> ?	Como ou quais ações da FIEP são importantes para fomentar a inovação no Estado?	- identificar a posição dos atores no campo <i>(incumbents, challengers)</i>	Identificar os atores do campo do fomento à inovação no Paraná, tendo a FIEP como ator principal;
Quem são os atores envolvidos no fomento à inovação no PR, que você considera os mais importantes?	Porque eles são importantes?	- identificar a posição dos atores no campo <i>(incumbents, challengers)</i>	
Descreva um pouco e relate o tipo de <b>relação</b> (institucional, política, financeira, pessoal...) que você percebe entre atores <b>públicos</b> e <b>privados</b> no fomento à inovação?	Especialmente o papel da FIEP-PR Existem regras, leis, acordos, formais ou informais que ajudam ou atrapalham o fomento à inovação no Estado?	- identificar o estágio do campo.  - identificar a posição dos atores no campo <i>(incumbents, challengers)</i>	Entender como as relações entre os atores públicos e privados contribuem para conformar o campo.
Qual a importância de o empresário <b>investir</b> em inovação?	O empresariado investe em inovação no PR? Porque isso é importante?	- identificar os <b>discursos</b> sobre inovação e o papel do estado.	Entender como as relações entre os atores públicos e privados contribuem para conformar o campo.
Qual a importância de o governo <b>investir</b> em inovação nas diferentes esferas (Municipal, estadual, federal)?	O governo investe em inovação?  Porque isso é importante?	- identificar os <b>discursos</b> sobre inovação e o papel do estado.	
O que é mais importante para fomentar a inovação no Estado?	Que tipo de <b>investimento</b> (financeiro, institucional, legal)? Porque ele é o mais importante?	- identificar os <b>discursos</b> sobre inovação e o papel do estado.	
Conte um pouco como as entidades estão agindo frente ao cenário de crise no Brasil e como isso tem influenciado a FIEP e o fomento à inovação?			
Algo mais que gostaria de dizer ou comentar? Tem alguma dúvida ou pergunta que gostaria de fazer para mim?			



## APÊNDICE B – Lista de documentos coletados e analisados

No.	Nome do documento	Endereço	Data coleta
D1	Balanço de Gestão 2011-2015	<a href="http://www.sistemafiep.org.br/balanco-de-gestao-2011-2015-1-20910-309151.shtml">http://www.sistemafiep.org.br/balanco-de-gestao-2011-2015-1-20910-309151.shtml</a>	07/11/2016
D2	Matéria: Entidades patronais defendem contribuição sindical compulsória	<a href="http://www.fiepr.org.br/sindicatos/sindbor/News11328content301883.shtml">http://www.fiepr.org.br/sindicatos/sindbor/News11328content301883.shtml</a>	15/11/2016
D3	Inovação – Site FIEP	<a href="http://www.sistemafiep.org.br/inovacao-1-9438-68719.shtml">http://www.sistemafiep.org.br/inovacao-1-9438-68719.shtml</a>	05/09/2016
D4	Livro Self Inova	<a href="http://www.selfinova.com.br/pdf/Cap%C3%ADtulo%200-1%20-%20Pr%C3%A9-textos%20(1).pdf">http://www.selfinova.com.br/pdf/Cap%C3%ADtulo%200-1%20-%20Pr%C3%A9-textos%20(1).pdf</a>	08/11/2016
D5	Matéria: A FIEP nas mãos dos empresários	<a href="http://www.agenciafiep.com.br/artigo/a-fiep-nas-maos-dos-empresarios/">http://www.agenciafiep.com.br/artigo/a-fiep-nas-maos-dos-empresarios/</a>	01/11/2016
D6	Matéria: Agora é a nossa vez	<a href="http://www.agenciafiep.com.br/artigo/agora-e-a-nossa-vez/">http://www.agenciafiep.com.br/artigo/agora-e-a-nossa-vez/</a>	01/11/2016
D7	Matéria: Cooperativismo, Inovação e Competitividade	<a href="http://www.agenciafiep.com.br/artigo/cooperativismo-inovacao-e-competitividade/">http://www.agenciafiep.com.br/artigo/cooperativismo-inovacao-e-competitividade/</a>	01/11/2016
D8	Matéria: Integridade não custa caro; corrupção sim	<a href="http://www.agenciafiep.com.br/artigo/integridade-nao-custa-caro-corrupcao-sim/">http://www.agenciafiep.com.br/artigo/integridade-nao-custa-caro-corrupcao-sim/</a>	01/11/2016
D9	Matéria: Iguais perante a lei	<a href="http://www.agenciafiep.com.br/artigo/iguais-perante-a-lei/">http://www.agenciafiep.com.br/artigo/iguais-perante-a-lei/</a>	23/11/2016
D10	Matéria: Inovar para transformar	<a href="http://www.agenciafiep.com.br/artigo/inovar-para-transformar/">http://www.agenciafiep.com.br/artigo/inovar-para-transformar/</a>	01/11/2016
D11	Matéria: Pesquisa e ciência como propulsoras do empreendedorismo de alto impacto: Inovação no setor da Eletroquímica	<a href="http://www.agenciafiep.com.br/artigo/pesquisa-e-ciencia-como-propulsoras-do-empreendedorismo-de-alto-impacto-inovacao-no-setor-da-eletoquimica/">http://www.agenciafiep.com.br/artigo/pesquisa-e-ciencia-como-propulsoras-do-empreendedorismo-de-alto-impacto-inovacao-no-setor-da-eletoquimica/</a>	01/11/2016
D12	Matéria: Inovação em tempos de crise e o primeiro passo para inovar	<a href="http://www.agenciafiep.com.br/artigo/inovacao-em-tempos-de-crise-e-o-primeiro-passo-para-inovar/">http://www.agenciafiep.com.br/artigo/inovacao-em-tempos-de-crise-e-o-primeiro-passo-para-inovar/</a>	01/11/2016
D13	Matéria: A geração de riqueza e bem-estar social exige parcerias entre universidades e empresas	<a href="http://www.agenciafiep.com.br/artigo/a-geracao-de-riqueza-e-bem-estar-social-exige-parcerias-entre-universidades-e-empresas/">http://www.agenciafiep.com.br/artigo/a-geracao-de-riqueza-e-bem-estar-social-exige-parcerias-entre-universidades-e-empresas/</a>	01/11/2016
D14	Matéria: Da Pesquisa para a Inovação	<a href="http://www.agenciafiep.com.br/artigo/da-pesquisa-para-a-inovacao-os-desafios-da-articulacao-entre-a-ciencia-e-o-empreendedorismo/">http://www.agenciafiep.com.br/artigo/da-pesquisa-para-a-inovacao-os-desafios-da-articulacao-entre-a-ciencia-e-o-empreendedorismo/</a>	01/11/2016
D15	Matéria: Uma agenda para o Brasil	<a href="http://www.agenciafiep.com.br/artigo/uma-agenda-para-o-brasil/">http://www.agenciafiep.com.br/artigo/uma-agenda-para-o-brasil/</a>	01/11/2016
D16	Matéria: Indústria do Paraná saúda a presidente	<a href="http://www.agenciafiep.com.br/artigo/industria-do-parana-sauda-a-presidente-3/">http://www.agenciafiep.com.br/artigo/industria-do-parana-sauda-a-presidente-3/</a>	01/11/2016
D17	Matéria: Empresários na política	<a href="http://www.agenciafiep.com.br/artigo/empresarios-na-politica-2/">http://www.agenciafiep.com.br/artigo/empresarios-na-politica-2/</a>	01/11/2016
D18	Matéria: Um empresário estadista	<a href="http://www.agenciafiep.com.br/artigo/um-empresario-estadista/">http://www.agenciafiep.com.br/artigo/um-empresario-estadista/</a>	01/11/2016
D19	Matéria: Cadê a macroeconomia?	<a href="http://www.agenciafiep.com.br/artigo/cade-a-macroeconomia-2/">http://www.agenciafiep.com.br/artigo/cade-a-macroeconomia-2/</a>	01/11/2016
D20	Matéria: Uma nova agenda para o desenvolvimento	<a href="http://www.agenciafiep.com.br/artigo/uma-nova-agenda-para-o-desenvolvimento-2/">http://www.agenciafiep.com.br/artigo/uma-nova-agenda-para-o-desenvolvimento-2/</a>	01/11/2016

D21	Matéria: Reformar e inovar na política	<a href="http://www.agenciafiiep.com.br/artigo/reformar-e-inovar-na-politica/">http://www.agenciafiiep.com.br/artigo/reformar-e-inovar-na-politica/</a>	01/11/2016
D22	Matéria: FIEP lança programa que fomenta a inovação no Paraná	<a href="http://www.diarioinduscom.com/fiep-lanca-programa-que-fomenta-a-inovacao-no-parana/">http://www.diarioinduscom.com/fiep-lanca-programa-que-fomenta-a-inovacao-no-parana/</a>	01/11/2016
D23	Matéria: NAGI foi apresentado na Fundação Educere	<a href="http://www.crn1.com.br/maisVistos/24543/NAGI-foi-apresentado-na-Fundacao-Educere.html">http://www.crn1.com.br/maisVistos/24543/NAGI-foi-apresentado-na-Fundacao-Educere.html</a>	08/11/2016
D24	Matéria: Sistema FIEP inicia as ações do Núcleo de Apoio à Gestão da Inovação	<a href="http://www.agenciafiiep.com.br/noticia/sistema-fiep-inicia-as-acoes-do-nucleo-de-apoio-a-gestao-da-inovacao/">http://www.agenciafiiep.com.br/noticia/sistema-fiep-inicia-as-acoes-do-nucleo-de-apoio-a-gestao-da-inovacao/</a>	08/11/2016
D25	Matéria: Livro aborda metodologia para elaboração de planos de inovação	<a href="https://www.agenciafiiep.com.br/noticia/livro-aborda-metodologia-para-elaboracao-de-planos-de-inovacao/">https://www.agenciafiiep.com.br/noticia/livro-aborda-metodologia-para-elaboracao-de-planos-de-inovacao/</a>	08/11/2016
D26	Matéria: Por dentro da Auditoria Interna	<a href="http://www.fiepr.org.br/nossosistema/por-dentro-da-auditoria-interna-2-12480-318762.shtml">http://www.fiepr.org.br/nossosistema/por-dentro-da-auditoria-interna-2-12480-318762.shtml</a>	01/11/2016
D27	Minuta do Estatuto da FIEP	<a href="http://www.fiepr.org.br/estatuto-social-1-97-303198.shtml">http://www.fiepr.org.br/estatuto-social-1-97-303198.shtml</a>	28/06/2016
D28	Panorama industrial do Paraná 2015	<a href="http://www.fiepr.org.br/observatorios/uploadAddress/Panorama_Industrial_2015[63113].pdf">http://www.fiepr.org.br/observatorios/uploadAddress/Panorama_Industrial_2015[63113].pdf</a>	12/07/2016
D29	Paraná em dados 2015	<a href="http://www.fiepr.org.br/observatorios/uploadAddress/Parana_em_Dados_2015%5B62837%5D.pdf">http://www.fiepr.org.br/observatorios/uploadAddress/Parana_em_Dados_2015%5B62837%5D.pdf</a>	12/07/2016
D30	Relatório de Gestão FIEP 2014	<a href="http://www.sistemafiep.org.br/relatorio-de-gestao-e-sustentabilidade-1-20910-247804.shtml">http://www.sistemafiep.org.br/relatorio-de-gestao-e-sustentabilidade-1-20910-247804.shtml</a>	12/07/2016
D31	Relatório de Sustentabilidade 2011	<a href="http://webp.sistemafiep.org.br:8080/webp/tools/pagingInterceptor.jsp?componentPid=20910&amp;pageNumber=1">http://webp.sistemafiep.org.br:8080/webp/tools/pagingInterceptor.jsp?componentPid=20910&amp;pageNumber=1</a>	12/07/2016
D32	Bussola da Inovação – Perfil Inovação no Paraná 2012	<a href="http://www.bussoladainovacao.org.br/edicoes/parana">http://www.bussoladainovacao.org.br/edicoes/parana</a>	16/09/2016
D33	Bussola da Inovação – Perfil Inovação no Paraná 2014	<a href="http://www.bussoladainovacao.org.br/edicoes/parana">http://www.bussoladainovacao.org.br/edicoes/parana</a>	16/09/2016
D34	Relatório Embrapii 2015	<a href="http://embrapii.org.br/wp-content/uploads/2016/01/embrapii_relatorio-desempenho-embrapii_1o-semester-2015_v2_diagramado.pdf">http://embrapii.org.br/wp-content/uploads/2016/01/embrapii_relatorio-desempenho-embrapii_1o-semester-2015_v2_diagramado.pdf</a>	16/09/2016
D35	ANPEI Mapa do Sistema Brasileiro de Inovação	<a href="http://anpei.org.br/publicacoes/mapas-da-inovacao/">http://anpei.org.br/publicacoes/mapas-da-inovacao/</a>	16/09/2016
D36	O que é o Programa Inova?	<a href="http://www.finep.gov.br/apoio-e-financiamento-externa/programas-e-linhas/programas-inova/o-que-e-o-programa-inova">http://www.finep.gov.br/apoio-e-financiamento-externa/programas-e-linhas/programas-inova/o-que-e-o-programa-inova</a>	02/12/2016
D37	Lei 17314 - 24 de Setembro de 2012 – Lei da Inovação no Paraná	<a href="http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&amp;codAto=76049&amp;codItemAto=544842">http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&amp;codAto=76049&amp;codItemAto=544842</a>	12/07/2016
D38	Decreto nº 19.770, de 19 de Março de 1931 – Lei da Sindicalização	<a href="http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decreto/1930-1939/decreto-19770-19-marco-1931-526722-publicacaooriginal-1-pe.html">http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decreto/1930-1939/decreto-19770-19-marco-1931-526722-publicacaooriginal-1-pe.html</a>	02/12/2016
D39	Manifesto da Inovação CNI	<a href="http://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2012/9/inovacao-a-construcao-do-futuro/">http://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2012/9/inovacao-a-construcao-do-futuro/</a>	08/11/2016
D40	MANUAL DE ORIENTAÇÕES GERAIS SOBRE INOVAÇÃO	<a href="http://redsang.ial.sp.gov.br/site/docs_leis/pd/pd9.pdf">http://redsang.ial.sp.gov.br/site/docs_leis/pd/pd9.pdf</a>	02/12/2016
D41	Perfil do grau de inovação da mpe do Paraná	<a href="http://www.sebraepr.com.br/Sebrae/PortaI%20Sebrae/Anexos/Perfil_do_grau_de_inovacao_da_mpe_do_pr.pdf">http://www.sebraepr.com.br/Sebrae/PortaI%20Sebrae/Anexos/Perfil_do_grau_de_inovacao_da_mpe_do_pr.pdf</a>	12/07/2016
D42	PINTEC 2011	<a href="http://www.pintec.ibge.gov.br/index.php?option=com_content&amp;view=article&amp;id=45&amp;Itemid=12">http://www.pintec.ibge.gov.br/index.php?option=com_content&amp;view=article&amp;id=45&amp;Itemid=12</a>	17/10/2016

D43	PINTEC 2014	<a href="http://www.pintec.ibge.gov.br/index.php?option=com_content&amp;view=article&amp;id=45&amp;Itemid=12">http://www.pintec.ibge.gov.br/index.php?option=com_content&amp;view=article&amp;id=45&amp;Itemid=12</a>	17/10/2016
D44	SBPC - Em Defesa De Uma Política De Estado Para A Ciência, A Tecnologia E A Inovação	<a href="http://www.sbpcnet.org.br/site/noticias/materias/detalhe.php?id=5074">http://www.sbpcnet.org.br/site/noticias/materias/detalhe.php?id=5074</a>	02/12/2016
D45	Vetos Marco Legal da Inovação	<a href="file:///D:/01%20Rodrigo/Mestrado/Disserta%C3%A7%C3%A3o/Coleta%20de%20Documentos/03%20Governo%20federal/Vetos%20ao%20Marco%20LEgal.html">file:///D:/01%20Rodrigo/Mestrado/Disserta%C3%A7%C3%A3o/Coleta%20de%20Documentos/03%20Governo%20federal/Vetos%20ao%20Marco%20LEgal.html</a>	02/12/2016
D46	Impacto dos vetos no Marco Legal de CT&I preocupa dirigentes e cientistas	<a href="http://anpei.org.br/destaques/impacto-dos-vetos-no-marco-legal-de-cti-preocupa-dirigentes-e-cientistas/">http://anpei.org.br/destaques/impacto-dos-vetos-no-marco-legal-de-cti-preocupa-dirigentes-e-cientistas/</a>	11/11/2016
D47	Carta de Brasília - Aliança em defesa do Marco Legal	<a href="http://www.sbpcnet.org.br/site/artigos-e-manifestos/detalhe.php?p=5385">http://www.sbpcnet.org.br/site/artigos-e-manifestos/detalhe.php?p=5385</a>	02/12/2016
D48	Matéria: Marco Legal de Ciência e Tecnologia: O que muda na vida dos pesquisadores?	<a href="http://ciencia.estadao.com.br/blogs/herton-escobar/marco-legal-de-ciencia-e-tecnologia-o-que-muda-na-vida-dos-pesquisadores/">http://ciencia.estadao.com.br/blogs/herton-escobar/marco-legal-de-ciencia-e-tecnologia-o-que-muda-na-vida-dos-pesquisadores/</a>	02/12/2016
D49	Matéria: Aliança em Defesa do Marco Legal da CT&I apresenta manifesto em Seminário no Congresso	<a href="http://www.sbpcnet.org.br/site/artigos-e-manifestos/detalhe.php?p=5385">http://www.sbpcnet.org.br/site/artigos-e-manifestos/detalhe.php?p=5385</a>	02/12/2016
D50	Imprensa: Eleição na FIEP: Campagnolo contabiliza 80% votos de sindicatos empresariais	<a href="http://www.esmaelmorais.com.br/2011/07/eleicao-na-fiep-campagnolo-contabiliza-80-votos-de-sindicatos-empresariais/">http://www.esmaelmorais.com.br/2011/07/eleicao-na-fiep-campagnolo-contabiliza-80-votos-de-sindicatos-empresariais/</a>	01/11/2016
D51	Imprensa: Indústria reage a proposta de corte de repasses ao Sistema S	<a href="http://www.opovo.com.br/app/economia/ae/2015/09/04/noticiaseconomiaae,3500051/industria-reage-a-proposta-de-corte-de-repasses-ao-sistema-s.shtml">http://www.opovo.com.br/app/economia/ae/2015/09/04/noticiaseconomiaae,3500051/industria-reage-a-proposta-de-corte-de-repasses-ao-sistema-s.shtml</a>	15/11/2016
D52	Imprensa: Um ecossistema de inovação para desenvolver o Paraná	<a href="http://www.gazetadopovo.com.br/opiniao/artigos/um-ecossistema-de-inovacao-para-desenvolver-o-parana-6wqn6nijugf5glptdt8x1djr">http://www.gazetadopovo.com.br/opiniao/artigos/um-ecossistema-de-inovacao-para-desenvolver-o-parana-6wqn6nijugf5glptdt8x1djr</a>	04/08/2016
D53	Imprensa: Efetiva transferência de tecnologia	<a href="http://www.paranaonline.com.br/editoria/policia/news/30008/">http://www.paranaonline.com.br/editoria/policia/news/30008/</a>	12/07/2016
D54	Matéria: Filipe Cassapo é reeleito diretor da Anpei	<a href="http://www.fiepr.org.br/nossosistema/filipe-cassapo-e-reeleito-diretor-da-anpei-2-12480-321428.shtml">http://www.fiepr.org.br/nossosistema/filipe-cassapo-e-reeleito-diretor-da-anpei-2-12480-321428.shtml</a>	05/09/2016
D55	FAPESP: Vetos em artigos do novo Marco Legal da CT&I desapontam entidades	<a href="http://agencia.fapesp.br/vetos_em_artigos_do_novo_marco_legal_da_ct_i_desapontam_entidades/22556/">http://agencia.fapesp.br/vetos_em_artigos_do_novo_marco_legal_da_ct_i_desapontam_entidades/22556/</a>	01/11/2016
D56	Imprensa: Skaf diz que vai para 'guerra' se governo cortar verba do Sistema S	<a href="http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/09/1686875-presidente-da-fiesp-diz-que-vai-para-guerra-se-governo-cortar-verba-do-sistema-s.shtml">http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/09/1686875-presidente-da-fiesp-diz-que-vai-para-guerra-se-governo-cortar-verba-do-sistema-s.shtml</a>	15/11/2016
D57	Imprensa: Inovação exige reforço no Paraná	<a href="http://www.gazetadopovo.com.br/economia/inovacao-exige-reforco-no-parana-9fropd6uqr4fia7r57goc0e32">http://www.gazetadopovo.com.br/economia/inovacao-exige-reforco-no-parana-9fropd6uqr4fia7r57goc0e32</a>	28/07/2016
D58	Matéria: A inovação no Brasil	<a href="http://cbsanchez.jusbrasil.com.br/artigos/247900606/a-inovacao-no-brasil">http://cbsanchez.jusbrasil.com.br/artigos/247900606/a-inovacao-no-brasil</a>	11/11/2016
D59	Matéria: FIEP cria Rede C2i Anjos	<a href="http://www.fiepr.org.br/contribuicaoindical/fiep-cria-rede-c2i-anjos-2-10912-160433.shtml">http://www.fiepr.org.br/contribuicaoindical/fiep-cria-rede-c2i-anjos-2-10912-160433.shtml</a>	05/09/2016
D60	Imprensa: Temer sanciona nova lei do Supersimples e Lei do Salão Parceiro	<a href="http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-10/temer-sanciona-nova-lei-do-supersimples-e-lei-do-salao-parceiro">http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-10/temer-sanciona-nova-lei-do-supersimples-e-lei-do-salao-parceiro</a>	16/11/2016
D61	ANPEI: Entidades pedem que pesquisadores estudem Marco Legal para driblar burocracia	<a href="http://anpei.org.br/anpeinews/entidades-pedem-que-pesquisadores-estudem-marco-legal-para-driblar-burocracia/">http://anpei.org.br/anpeinews/entidades-pedem-que-pesquisadores-estudem-marco-legal-para-driblar-burocracia/</a>	18/11/2016

D62	Imprensa: Campagnolo é eleito presidente da FIEP com quase 80% dos votos	<a href="http://maringa.odiario.com/parana/2011/08/campagnolo-e-eleito-presidente-da-fiep-com-quase-80-dos-votos/458632/">http://maringa.odiario.com/parana/2011/08/campagnolo-e-eleito-presidente-da-fiep-com-quase-80-dos-votos/458632/</a>	01/11/2016
D63	Imprensa: Paraná assina parceria com universidade russa para transferência de tecnologia	<a href="http://www.vicegovernadoria.pr.gov.br/2015/09/330/Parana-assina-parceria-com-universidade-russa-para-transferencia-de-tecnologia.html">http://www.vicegovernadoria.pr.gov.br/2015/09/330/Parana-assina-parceria-com-universidade-russa-para-transferencia-de-tecnologia.html</a>	12/07/2016
D64	Imprensa: Com indicação de Rocha Loures, paranaenses mantêm “feudo” em Itaipu	<a href="http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/com-indicacao-de-rocha-loures-paranaenses-mantem-feudo-em-itaipu-5us7npxtsefgnx1ayr7kx3dy4">http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/com-indicacao-de-rocha-loures-paranaenses-mantem-feudo-em-itaipu-5us7npxtsefgnx1ayr7kx3dy4</a>	14/10/2016
D65	Imprensa: Sustentabilidade Paranaense via Lei de Inovação	<a href="http://www.gazetadopovo.com.br/blogs/giro-sustentavel/sustentabilidade-paranaense-via-lei-de-inovacao/">http://www.gazetadopovo.com.br/blogs/giro-sustentavel/sustentabilidade-paranaense-via-lei-de-inovacao/</a>	12/07/2016
D66	Imprensa: Maringá ganha parque tecnológico para apoiar empresas	<a href="http://www.uem.br/index.php?option=com_content&amp;task=view&amp;id=10711&amp;Itemid=1">http://www.uem.br/index.php?option=com_content&amp;task=view&amp;id=10711&amp;Itemid=1</a>	10/12/2016
D67	Quadrilátero Acadêmico: UFPR, PUC-PR, UTFPR e UP oficializam parceria histórica	<a href="http://www.ufpr.br/portafulpr/blog/noticias/quadrilatero-academico-ufpr-puc-pr-utfpr-e-up-oficializam-parceria-historica/">http://www.ufpr.br/portafulpr/blog/noticias/quadrilatero-academico-ufpr-puc-pr-utfpr-e-up-oficializam-parceria-historica/</a>	16/12/2016
D68	Relatório Anual BNDES 2015	<a href="http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/RelAnual/ra2015/RA_2015.pdf">http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/RelAnual/ra2015/RA_2015.pdf</a>	04/08/2016
D69	Identificação E Mapeamento Das Aglomerações Produtivas do Estado do Paraná: Uma Atualização Para o Ano de 2008	<a href="http://www.planejamento.pr.gov.br/arquivos/File/mapeamento_aglomeracoes_produtivas.pdf">http://www.planejamento.pr.gov.br/arquivos/File/mapeamento_aglomeracoes_produtivas.pdf</a>	12/07/2016
D70	Análise do Mapeamento e das Políticas para Arranjos Produtivos Locais no Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil	<a href="http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/pesquisa/Consolidacao_APLs_Sul_Sudeste.pdf">http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/pesquisa/Consolidacao_APLs_Sul_Sudeste.pdf</a>	12/07/2016
D71	Novos Critérios para aprovação de APL no Paraná	<a href="http://www.planejamento.pr.gov.br/arquivos/File/Novos_criterios.PDF">http://www.planejamento.pr.gov.br/arquivos/File/Novos_criterios.PDF</a>	12/07/2016
D72	Rede de APL no Paraná	<a href="http://www.planejamento.pr.gov.br/modulos/conteudo/conteudo.php?conteudo=16">http://www.planejamento.pr.gov.br/modulos/conteudo/conteudo.php?conteudo=16</a>	12/07/2016
D73	IPARDES: Termo de Cooperação	<a href="http://www.ipardes.gov.br">http://www.ipardes.gov.br</a>	12/07/2016